



Número: **0801447-39.2018.8.15.0301**

Classe: **PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL**

Órgão julgador: **1ª Vara Mista de Pombal**

Última distribuição : **05/11/2020**

Valor da causa: **R\$ 3.375,00**

Assuntos: **Seguro**

Segredo de justiça? **NÃO**

Justiça gratuita? **SIM**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **NÃO**

Partes		Procurador/Terceiro vinculado	
ELIEUDA FERNANDES DA COSTA (AUTOR)		JAQUES RAMOS WANDERLEY (ADVOGADO)	
SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A. (REU)		SUELIO MOREIRA TORRES (ADVOGADO)	
Documentos			
Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
17262463	25/10/2018 16:33	Petição Inicial	Petição Inicial
17262499	25/10/2018 16:33	1 - PROCURAÇÃO	Procuração
17262506	25/10/2018 16:33	2 - DOC. PESSOAIS E COMPROV. DE RESIDENCIA	Documento de Identificação
17262515	25/10/2018 16:33	3 - DOCS. COMPROBATÓRIOS DE HIPOSSUFICIENCIA	Documento de Comprovação
17262525	25/10/2018 16:33	4 - SINISTRO	Documento de Comprovação
17262532	25/10/2018 16:33	5 - DOC. MEDICA	Documento de Comprovação
17262541	25/10/2018 16:33	6 - DOC. DO VEICULO	Outros Documentos
17262546	25/10/2018 16:33	7 - BOLETIM DE OCORRENCIA	Documento de Comprovação
17685734	28/11/2018 00:58	Despacho	Despacho
19220183	14/02/2019 13:44	Ato Ordinatório	Ato Ordinatório
19934170	20/03/2019 17:01	Despacho	Despacho
25355909	16/10/2019 13:17	Ato Ordinatório	Ato Ordinatório
25355931	16/10/2019 13:20	Mandado	Mandado
25355942	16/10/2019 13:23	Expediente	Expediente
25356271	16/10/2019 13:27	Carta	Carta
25397114	17/10/2019 13:21	Mandado Cumprido	Diligência
25397120	17/10/2019 13:21	ELIEUDA FERNANDES DA COSTA 0801447-39.2018.815.0301	Devolução de Mandado
25466428	21/10/2019 11:18	CÓPIA DA CARTA DE CITAÇÃO - QUE FORA ENTREGUE NO SETOR DE CORRESPONDÊNCIA DESTE FÓRUM	Outros Documentos

25466 430	21/10/2019 11:18	0801447-39.2018.8.15.0301 - COP.CARTA CITAÇÃO - SEGURADORA LIDER	Outros Documentos
26057 592	08/11/2019 12:38	Petição	Petição
26057 593	08/11/2019 12:38	2666097_PETICAO_DE_QUESITOS_JUR_01	Outros Documentos
26335 954	19/11/2019 16:08	Contestação	Contestação
26335 960	19/11/2019 16:08	2666097_CONTESTACAO_01	Outros Documentos
26335 962	19/11/2019 16:08	2666097_CONTESTACAO_Anexo_02	Outros Documentos
26335 967	19/11/2019 16:08	KIT_SEGURADORA_LIDER	Outros Documentos
26528 568	26/11/2019 11:55	Petição	Petição
26528 571	26/11/2019 11:55	2666097_JUNTADA_DE_HONORARIOS_PERICIAIS _JUR_Anexo_02	Outros Documentos
26528 573	26/11/2019 11:55	2666097_JUNTADA_DE_HONORARIOS_PERICIAIS _JUR_01	Outros Documentos
26721 245	03/12/2019 08:14	Documento de Comprovação	Documento de Comprovação
26721 246	03/12/2019 08:14	AR SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS	Aviso de Recebimento
26832 313	05/12/2019 19:24	Termo de Audiência	Termo de Audiência
26832 320	05/12/2019 19:24	0801447-39.2018.8.15.0301 - Termo de Audiência, Laudo, Carta de Prepositção e Substabelecimento	Termo de Audiência
27005 265	12/12/2019 12:04	Petição	Petição
27005 268	12/12/2019 12:04	2666097_IMPUGNACAO_AO_LAUDO_PERICIAL_J UR_Anexo_02	Outros Documentos
27005 271	12/12/2019 12:04	2666097_IMPUGNACAO_AO_LAUDO_PERICIAL_J UR_01	Outros Documentos
27094 753	16/12/2019 15:07	HABILITAÇÃO	Petição de habilitação nos autos
27094 765	16/12/2019 15:07	PROCURAÇÃO ATOS SUBS 2016	Procuração
27094 766	16/12/2019 15:07	SUBSTABELECIMENTO- SUELIO	Substabelecimento
27117 021	17/12/2019 09:22	Petição manifestação de laudo	Petição
27117 415	17/12/2019 09:29	Petição impugnação a contestação	Petição
30214 748	30/04/2020 23:31	Sentença	Sentença
30496 242	08/05/2020 11:08	Expediente	Expediente
31152 215	01/06/2020 11:52	Apelação	Apelação
31152 217	01/06/2020 11:52	Recurso Apelatório	Apelação
31354 608	08/06/2020 11:14	Ato Ordinatório	Ato Ordinatório
31545 270	15/06/2020 10:54	Contrarrrazões	Contrarrrazões
31545 272	15/06/2020 10:54	2666097_CONTRARRAZOES_DE_RECURSO_01	Outros Documentos
31709 647	19/06/2020 12:17	Petição	Petição
31709 648	19/06/2020 12:17	2666097_PETICAO_DE_JUNTADA_DE_LIQUIDACA O_Anexo_03	Outros Documentos
31710 099	19/06/2020 12:17	2666097_PETICAO_DE_JUNTADA_DE_LIQUIDACA O_Anexo_02	Outros Documentos
31710 100	19/06/2020 12:17	2666097_PETICAO_DE_JUNTADA_DE_LIQUIDACA O_01	Outros Documentos
32281 129	13/07/2020 14:52	Petição	Petição

32281 130	13/07/2020 14:52	2666097_JUNTADA_DE_CUSTAS_FINALS_Anexo_02	Outros Documentos
32281 131	13/07/2020 14:52	2666097_JUNTADA_DE_CUSTAS_FINALS_01	Outros Documentos
36298 757	05/11/2020 15:18	Despacho	Despacho
38544 632	20/01/2021 09:37	Expediente	Expediente
39040 910	03/02/2021 12:21	Petição	Petição
41754 297	04/05/2021 09:50	Despacho	Despacho

EXCELENTÍSSIMO(A) SENHOR(A) DOUTOR(A) JUÍZ(A) DE DIREITO DA ____ VARA DA COMARCA DE POMBAL – PB.

ELIEUDA FERNANDES DA COSTA, brasileira, casada, agricultora, inscrita no CPF sob o nº. 060.231.784-30 e no RG sob o nº. 3137478 SSP/PB, residente e domiciliada na Rua Dalva Ferreira Queiroga, 201, Bairro Santo Amaro, Pombal – PB, por meio de seu procurador e advogado que esta subscreve, ***Bel. Jaques Ramos Wanderley, OAB/PB 11.984***, com endereço no rodapé, vem, perante Vossa Excelência, ajuizar a presente

AÇÃO DE COBRANÇA DO SEGURO DPVAT

Em desfavor da **SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 09.248.608/0001-04, situada a Rua Senador Dantas, 76, 3º andar, CEP: 20.031-201, Centro, Rio de Janeiro – RJ, pelos fatos e motivos que passa a aduzir:

1. DOS BENEFÍCIOS DA JUSTIÇA GRATUITA

A Autora trata-se de humilde agricultora conforme documentação em anexo referente a Carteira do Sindicato dos Trabalhadores, vivendo pois da agricultura familiar, estando inscrita no Sindicato dos Trabalhadores Rurais desde 2010. Consta em anexo, cópia de sua CTPS demonstrando que a mesma não possui vínculo empregatício.

Sendo assim, a Promovente não possui renda fixa, e por esta razão declara que, por insuficiência de recursos, não pode arcar com as custas, despesas processuais e honorários advocatícios, conforme *declaração de hipossuficiência* devidamente assinalada, requerendo, como de seu direito, a gratuidade da justiça, nos termos do art. 98 e seguintes do Código de Processo Civil de 2015.



2. DOS FATOS

A promovente foi vítima de acidente de trânsito no dia 22 de junho de 2016, conforme boletim de ocorrência, *em anexo*.

Do malsinado acidente a promovente sofreu **POLITRAMAUTISMO NO PÉ ESQUERDO (CID 10 - S92)** além de escoriações ao longo de todo o corpo, necessitando de tratamento medicamentoso e fisioterápico, e ainda se ausentar das suas atividades laborais por 60 (sessenta dias). Atualmente não consegue fazer longas caminhadas, em detrimento das dores que sofridas advindas da lesão no membro.

Logo, conforme Laudo Médico e ficha de atendimento hospitalar acostada aos autos, a promovente sofreu politraumatismo no pé esquerdo de caráter médio (50%), fazendo jus à indenização que corresponde à importância de **R\$ 3.375,00 (três mil, trezentos e setenta e cinco reais)**, conforme estabelece a Lei 6.194/74 cominada com a TABELA da SUSEP.

Diante os fatos, a Promovente requereu administrativamente a empresa demandada o pagamento da indenização do seguro obrigatório DPVAT (**SINISTRO: 3170668565**), referente à invalidez permanente constante nos documentos médicos em anexo.

Acontece Excelência, que a seguradora não realizou o pagamento, e não analisou a documentação enviada pela autora, indeferindo seu pedido administrativamente por alegar “pendência documental”. Todavia, a Promovente enviou a documentação necessária, tendo inclusive entrado em contato com a Promovida para explicar a situação, todavia, a mesma insiste em dificultar a continuação do processo e, conseqüentemente, o pagamento da indenização.

Por esta razão, busca a requerente a tutela jurisdicional para ver a sua pretensão acolhida.

3. DO DIREITO

I - REGULAMENTAÇÃO JURÍDICA

A matéria encontra-se regulamentada pela lei 6.194/74, que determina o pagamento de indenização de até R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) aos beneficiários das vítimas de acidentes de trânsito, em caso de invalidez permanente, consoante se depreende, da leitura do caput do art. 3º, e inciso II, alterada pela LEI 11.482/07, *in verbis*:



“Art. 3º. Os danos pessoais cobertos pelo seguro estabelecido no artigo 2º compreendem as indenizações por morte, invalidez permanente e despesas de assistência médica e suplementares, nos valores que se seguem, por pessoa vitimada:

II - até R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) - no caso de invalidez permanente;

Todavia, as seguradoras não cumpriram sequer com os normativos da CNSP, pois não estabeleceu índices percentuais correspondente a debilidade que ficou sujeito a promovente.

Desta forma, aplicando-se os limites estabelecidos pela lei, bem como usando a própria TABELA DA CNSP, percebe-se que a indenização foi paga em valores inferiores aos realmente devidos, merecendo pois ser feito justiça, condenando-se a empresa promovida ao pagamento do valor devido.

As seguradoras não vêm cumprindo o que determina a lei, alegando em seu favor RESOLUÇÕES editadas pelo Conselho Nacional de Seguros Privados – CNSP, que fixam os valores das indenizações para cada tipo de cobertura.

Outrossim, registre que os documentos anexados, são suficientes a um julgamento meritório, sendo dispensado a apresentação de Laudo do UML.

O entendimento dos Tribunais pátrios, com efeito, não é outro senão o aqui defendido, valendo citar duas recentes ementas do Egrégio TJMG que se amoldam perfeitamente ao caso presente:

APELAÇÃO CÍVEL - AÇÃO DE COBRANÇA - INDENIZAÇÃO DO SEGURO DPVAT - AUSÊNCIA DE LAUDO DO IML - INDEFERIMENTO DA PETIÇÃO INICIAL - DOCUMENTO DISPENSÁVEL - INÉPCIA NÃO CONFIGURADA - EXTINÇÃO PREMATURA - SENTENÇA CASSADA. É dispensável a juntada do Laudo do IML ou outro documento médico para instruir a ação de cobrança de seguro DPVAT, uma vez que é possível a comprovação do grau e da extensão das lesões durante a instrução processual. (TJ-MG - AC: 10686140012978001 MG, Relator: Aparecida Grossi, Data de Julgamento: 08/04/2015, Câmaras Cíveis / 16ª CÂMARA CÍVEL, Data de Publicação: 17/04/2015). **(Grifei)**

AÇÃO DE COBRANÇA - SEGURO DPVAT - AUSÊNCIA DE LAUDO DO IML - IRRELEVÂNCIA - INÉPCIA DA INICIAL - NÃO OCORRÊNCIA -



RECURSO DE APELAÇÃO PROVIDO - Para a propositura de ação de cobrança do seguro DPVAT não é indispensável a juntada, com a inicial, de laudo do IML, motivo por que não se pode falar em inépcia da inicial, em ação de tal natureza, tão só porque não veio instruída com tal documento.

(TJ-MG - AC: 10024123336687001 MG, Relator: Evandro Lopes da Costa Teixeira, Data de Julgamento: 15/05/2014, Câmaras Cíveis / 17ª CÂMARA CÍVEL, Data de Publicação: 27/05/2014). (Grifei)

Aliás, tal entendimento não é isolado, senão vejamos:

APELAÇÃO. AÇÃO DE COBRANÇA. ACIDENTE DE TRÂNSITO.SEGURO OBRIGATÓRIO DPVAT. AUSÊNCIA DE LAUDO DO IML. IRRELEVÂNCIA. DOCUMENTAÇÃO QUE ACOMPANHA A PEÇA EXORDIAL É SUFICIENTE PARA AFASTAR A INÉPCIA DA INICIAL. SENTENÇA CASSADA. BAIXA DOS AUTOS À ORIGEM PARA O REGULAR PROCESSAMENTO DO FEITO. APELO PROVIDO. (TJPR - 10ª C.Cível - AC - 1257132-5 - Marechal Cândido Rondon - Rel.: Ângela Khury - Unânime - - J. 05.03.2015) (TJ-PR - APL: 12571325 PR 1257132-5 (Acórdão), Relator: Ângela Khury, Data de Julgamento: 05/03/2015, 10ª Câmara Cível, Data de Publicação: DJ: 1556 04/05/2015). (Grifei)

II - DA CORREÇÃO MONETÁRIA

Em casos de Seguro Obrigatório DPVAT, quando se tratar de verba complementar indenizatória, a correção monetária deverá iniciar-se a partir da data do ato ilícito que ensejou prejuízo para a vítima, compreendendo portanto, a data em que a seguradora não adimpliu corretamente ao pagamento em via administrativa, fazendo-o a menor. Deste modo entende o **SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA em sua Súmula 43 que assim preleciona: "Incide correção monetária sobre dívida por ato ilícito a partir da data do efetivo prejuízo".**

Coadunando com este mesmo entendimento, segue julgado do ilustre Relator José Sebastiao Fagundes Cunha do **TJPR - Apelação Cível: AC 4451245 PR 0445124-5:**



RECURSO DE APELAÇÃO COBRANÇA. SEGURO. [DPVAT](#). INDENIZAÇÃO SECURITÁRIA RECEBIDA PARCIALMENTE. QUITAÇÃO DO VALOR PAGO À MENOR. FIXAÇÃO DA INDENIZAÇÃO VINCULADA AO SALÁRIO MÍNIMO. POSSIBILIDADE. RESOLUÇÃO CNSP. NORMA QUE NÃO PODE SOBREPOR-SE À LEI ORDINÁRIA. HIERARQUIA DAS NORMAS. CORREÇÃO MONETÁRIA. SÚMULA 43 DO STJ. RECURSO DE APELAÇÃO CONHECIDO E NÃO PROVIDO. RECURSO ADESIVO COBRANÇA. SEGURO [DPVAT](#). QUITAÇÃO DA INDENIZAÇÃO EFETUADA A MENOR. INCIDÊNCIA DE JUROS DESDE O PAGAMENTO ADMINISTRATIVO. JUROS. 1% AO MÊS A PARTIR DA VIGÊNCIA DO [CÓDIGO CIVIL](#) DE 2002 - (12.01.2003) - E INCIDÊNCIA DE 0,5% ANTES DESTA DATA. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. MAJORAÇÃO. RECURSO ADESIVO CONHECIDO E PROVIDO PARCIALMENTE. 1. Restando demonstrado que o valor do seguro obrigatório [DPVAT](#) não foi pago em sua integralidade (40 salários mínimos), faz jus a autora ao recebimento da diferença entre o que foi pago e o que deveria sê-lo.

(...)

4. Súmula 43 do STJ: "Incide correção monetária sobre dívida por ato ilícito a partir da data do efetivo prejuízo". No caso em apreço, verificou-se o ato ilícito contratual da seguradora quando não adimpliu corretamente, em sede administrativa, com a sua obrigação junto aos beneficiários do seguro obrigatório, motivo pelo qual é a partir desta data que a correção monetária deve incidir.

Consoante o exposto, pedimos licença para deixa de discorrer sobre o mérito, para adentrarmos nos pedidos.

4. DOS PEDIDOS

EX POSITIS, requer a Vossa Excelência:

a) a **citação da promovida** no endereço descrito no pórtico desta, para que no prazo legal em querendo, contestar a presente ação, sob pena de sofrer os efeitos da revelia e confissão;

b) seja a ação **julgada procedente**, para condenar a promovida ao pagamento de **R\$ 3.375,00 (três mil, trezentos e setenta e cinco reais)**, a título de indenização pelas lesões sofridas supracitadas, devidamente acrescidos de juros mora a partir da citação da empresa promovida e correção monetária, a contar da data em que ocorreu o acidente (22/06/2016);



c) a **inversão do ônus da prova**, nos precisos termos do art. 6º, VIII do CODECOM;

d) seja concedido os benefícios da JUSTIÇA GRATUITA, assegurados pelos arts. 98 e seguintes do Código de Processo Civil/2015, tendo em vista não poder arcar com as despesas processuais por insuficiência de recursos.

e) a condenação da empresa promovida nas custas processuais, honorários advocatícios no valor de 20% e demais emolumentos legais.

Requer que seja dispensada a designação da audiência de conciliação, nos termos do art. 319, VII c/c art. 334, §4º, I do Novo Código de Processo Civil, tendo em vista a prática de atitudes reiteradas da Promovida em não demonstrar interesse na realização da COMPOSIÇÃO CONSENSUAL.

Protesta provar o alegado por todos os meios de provas admitidos em direito, além dos documentos que seguem em anexo, bem como REQUER, desde já, a produção de prova pericial, com a juntada dos quesitos.

Dar-se à causa para os devidos fins fiscais, o valor de **R\$ 3.375,00 (três mil, trezentos e setenta e cinco reais)**.

Termos em que, pede Deferimento.

Pombal – PB, 18 de Outubro de 2018.

Bel. JAQUES RAMOS WANDERLEY

- OAB/PB 11.984 –



***Bela.* PATRÍCIA REBECA SOUZA FREITAS**

- OAB/PB 24.064-



PROCURAÇÃO PARTICULAR

OUTORGANTE: ELIEUDA FERNANDES DA COSTA, BRASILEIRA, CASADA, AGRICULTORA, COM RG: 3137478 SSP/PB E CPF: 060.231.784-30, RESIDENTE E DOMICILIADO NA RUA DALVA FERREIRA QUEIROGA, 201, SANTO AMARO, POMBAL – PB.

OUTORGADO: Dr. JAQUES RAMOS WANDERLEY, brasileiro, casado, advogado OAB/PB 11.984, RG 2428326 SSP/PB, CPF nº 032.976.134-08; Dr.ª MAYARA QUEIROGA WANDERLEY, brasileira, casada, advogada, OAB/PB nº 18.791, RG 3141039, SSP/PB, CPF nº 059.842.772-09, ambos com escritório profissional a rua Francisco Almeida, nº 219, centro CEP: 58.840-000, Pombal – PB. Tele-fax: (83) 3431-1825 / Cel. (83) 9 9974-6390 (TIM) e (83) 9 8164-0979 (VIVO)

PODERES:

Pelo presente instrumento de mandato, o(a) outorgante acima qualificado(a), nomeia e constitui o outorgado seu bastante procurador, com os mais amplos poderes, inclusive os gerais para o foro, representá-lo em juízo ou fora dele, de acordo com o estatuto da Advocacia – Lei 8.906/94, bem como perante qualquer repartição pública Federal, Estadual ou Municipal podendo dito procurador, com vistas ao cabal desempenho deste mandato, tudo requerer e praticar, patrocinar a defesa dos interesses do(a) outorgante como autor(a) ré(u), oponente, assistente, ou de qualquer forma interessada, usar dos poderes contidos na cláusula “ad judícia”, mais os **poderes especiais** de receber citação, confessar, reconhecer a procedência do pedido, transigir, desistir, renunciar ao direito sobre o qual se funda a ação, acordar, discordar, arguir suspeições, excepcionar, prestar caução, receber, dar quitação, firmar compromisso, pedir a justiça gratuita e assinar declaração de hipossuficiência econômica (em conformidade com a norma do art. 105 do NCPC15) e finalmente praticar todo e qualquer ato que se faça necessário ao fiel e cabal desempenho do presente mandato, dando tudo por firme e valioso.

Os poderes específicos acima outorgados poderão ser substabelecidos.

POMBAL - PB, 17/10/2018.

Elieuda Fernandes da Costa
Outorgante





REGISTRO GERAL 137478 DATA DE EXPEDICAO JUL 2003

NOME ELIEUDA FERNANDES DA COSTA

FILIAÇÃO Vicente Urtiga da Costa
Maria Fernandes da Costa

Pombal-PB 19-08-1983

NATURALIDADE DATA DE NASCIMENTO

Cert.Nas.Nº.17.603.Fls.171.Liv.A-16,
Cart.Pombal-PB

CPF 060.231.784-30

João Pessoa - PB ASSINATURA DO DIRETOR

LEI Nº 7.116 DE 29/08/83





CAGEPA

COMPANHIA DE ÁGUA E ESGOTOS DA PARAÍBA
Rua Feliciano Cirne, 220 - Jaguaribe João Pessoa - PB
CEP: 58.015-570 - CNPJ: 09.123.854/0001-87

PARA CONTATO COM A CAGEPA,
INFORME ESTE NÚMERO

MATRÍCULA

69694249

REFERENCIA

SET/2017

CONTA DE CONSUMO DE ÁGUA / ESGOTO E SERVIÇOS

ELIEUDA FERNANDES DA COSTA
RUA DALVA PEREIRA QUEIROGA 201 - CASA
SANTO AMARO 58840-000
POMBAL

Inscrição	SMI	Quantidade de Economias				Responsável
		Residencial	Comercial	Industrial	Público	
112.02.490.0171	0	1	0	0	0	69694249
Hidrômetro	Data de Instalação	Localização	Situação Água	Situação Esgoto		
A01A008487	28/07/2010	4	LIGADO	POTENCIAL		

ANTERIOR	ATUAL	CONSUMO (m³)	NUM. DE DIAS	PROXIMA LEITURA
1142	1158	16	31	05/10/2017
HIST. DE CONS./ANOR. LEIT. QUALID. DA ÁGUA-DECRETO 2.914/2011-MS				
MAR/2017	12	0	PARAMETROS	EXIG. ANALIS. CONFORMES
ABR/2017	13	0	TURBIDEZ	46 46 46
MAI/2017	14	0	COR	10 26 22
JUN/2017	12	0	CLORO	46 46 46
JUL/2017	14	0	COL.TERMOT	0 0 0
AGO/2017	12	0	COL.TOTAIS	46 46 46
MEDIA(M)	13			

DADOS REFERENTES A: JUL/2017

DATA DA LEITURA: 08/09/2017	HORA DA LEITURA: 11:10:57
DESCRICAÇÃO	CONSUMO VL ÁGUA VL ESGOTO TOTAL(R\$)
RESIDENCIAL CONSUMO ATE 10m	10 36,84 R\$36,84
DE 11m A 20m	6 28,50 R\$28,50
TOTAIS	65,34

VALOR APROXIMADO DE TRIBUTOS. R\$6,04 PIS E COFINS. LEI 12.741/12.

VENCIMENTO: 22/09/2017 Total a Pagar: R\$65,34

v.16.12 R. 1.0

CONDICAO DE LEITURA: REALIZADA
CONDICAO DO FATURAMENTO: REAL TIPO DE TARIFA: NORMAL
POSICAO DE DEB. ANTERIOR(ES)
NAO EXISTE(M) CONTA(S) ANTER. EM DEBITO.
INFORMACOES GERAIS:
ACOMPANHE COMO ESTA SENDO APLICADO SEU DINHEIRO
WWW.TRANSPARENCIA.PB.GOV.BR



DECLARAÇÃO DE HIPOSSUFICIÊNCIA

ELIEUDA FERNANDES DA COSTA, BRASILEIRA, CASADA, AGRICULTORA, COM RG: 3137478 SSP/PB E CPF: 060.231.784-30, RESIDENTE E DOMICILIADO NA RUA DALVA FERREIRA QUEIROGA, 201, SANTO AMARO, POMBAL – PB, declara sob as penas da lei, que não pode arcar com despesas processuais por insuficiência de recursos, pelo que, nos termos assegurados pelos arts. 98 e seguintes do Código de Processo Civil/2015, faz jus aos benefícios da gratuidade da justiça.

Declaro, ainda, ser conhecedor das sanções civis, administrativas e criminais, caso o presente documento não porte a verdade.

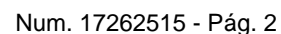
Pombal-PB, 17 de OUTUBRO de 2018.

* Elieuda Fernandes da Costa
DECLARANTE



Olívia Fernandes da Costa

.....



CONTRATO DE TRABALHO

Empregador

CNPJ/MF

Rua Nº

Município Est.

Esp. do estabelecimento

Cargo CBO nº

Data admissão de de

Registro nº Fls./Ficha

Remuneração especificada

Ass. do empregador ou a rogo c/test.

1º 2º

Data saída de de

Ass. do empregador ou a rogo c/test.

1º 2º

Com. Dispensa CD Nº

CONTRATO DE TRABALHO

Empregador

CNPJ/MF

Rua Nº

Município Est.

Esp. do estabelecimento

Cargo CBO nº

Data admissão de de

Registro nº Fls./Ficha

Remuneração especificada

Ass. do empregador ou a rogo c/test.

1º 2º

Data saída de de

Ass. do empregador ou a rogo c/test.

1º 2º

Com. Dispensa CD Nº

CONTRATO DE TRABALHO

Empregador

CNPJ/MF

Rua Nº

Município Est.

Esp. do estabelecimento

Cargo CBO nº

Data admissão de de

Registro nº Fls./Ficha

Remuneração especificada

Ass. do empregador ou a rogo c/test.

1º 2º

Data saída de de

Ass. do empregador ou a rogo c/test.

1º 2º

Com. Dispensa CD Nº

CONTRATO DE TRABALHO

Empregador

CNPJ/MF

Rua Nº

Município Est.

Esp. do estabelecimento

Cargo CBO nº

Data admissão de de

Registro nº Fls./Ficha

Remuneração especificada

Ass. do empregador ou a rogo c/test.

1º 2º

Data saída de de

Ass. do empregador ou a rogo c/test.

1º 2º

Com. Dispensa CD Nº



CONTRATO DE TRABALHO

Empregador

CNPJ/MF

Rua N°

Município Est.

Esp. do estabelecimento

Cargo

..... CBO n°

Data admissão de de

Registro n° Fls./Ficha

Remuneração especificada

.....

.....

Ass. do empregador ou a rogo c/test.

1° 2°

Data saída de de

.....

Ass. do empregador ou a rogo c/test.

1° 2°

Com. Dispensa CD N°

CONTRATO DE TRABALHO

Empregador

CNPJ/MF

Rua N°

Município Est.

Esp. do estabelecimento

Cargo

..... CBO n°

Data admissão de de

Registro n° Fls./Ficha

Remuneração especificada

.....

.....

Ass. do empregador ou a rogo c/test.

1° 2°

Data saída de de

.....

Ass. do empregador ou a rogo c/test.

1° 2°

Com. Dispensa CD N°



**SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS
POMBAL - PARAÍBA**

Nome: Elienda Fernandes da Costa

Associado Nº: 20.714

Data de Inscrição: 22 / 04 / 2010

Maria de Lourdes S. dos Santos Araújo
PRESIDENTE



MESES ANOS	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ
10					PG	PG	PG	PG	PG	PG	PG	PG
11	PG	PG	PG	PG	PG	PG	PG	PG	PG	PG	PG	PG
12	PG	PG	PG	PG	PG	PG	PG	PG	PG	PG	PG	PG
13	PG	PG	PG	PG	PG	PG	PG	PG	PG	PG	PG	PG
14	PG	PG	PG	PG	PG	PG	PG	PG	PG	PG	PG	PG
15	PG	PG	PG	PG	PG	PG	PG	PG	PG	PG	PG	PG
16	PG	PG	PG	PG	PG	PG	PG	PG	PG	PG	PG	PG

Esposo(a):

Filhos:

ENDEREÇO:

Sítio: Santa Rosa

Esposo(a): João Paulo da Costa Alves

Filhos: Erica, Everton

MESES ANOS	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ
17	PG	PG	PG	PG	PG	PG	PG	PG	PG	PG	PG	PG
18	PG	PG	PG	PG	PG	PG	PG	PG	PG	PG	PG	PG
19												
20												
21												
22												
23												

Esposo(a):

Filhos:



Rio de Janeiro, 25 de Junho de 2018 .

Aos Cuidados de: **ELIEUDA FERNANDES DA COSTA**

Nº Sinistro: **3170668565**
Vitima: **ELIEUDA FERNANDES DA COSTA**
Data do Acidente: **22/06/2016**
Cobertura: **INVALIDEZ**

Assunto: NEGATIVA POR AUSÊNCIA DE COMPROVAÇÃO DOCUMENTAL

Senhor(a),

Até a presente data, não recebemos a documentação complementar solicitada para prosseguimento da análise do seu pedido de indenização cadastrado sob o sinistro **número 3170668565**.

Tendo em vista que a pendência não foi sanada no período de 180 dias, informamos que o seu pedido de indenização foi negado.

Caso deseje dar continuidade ao seu pedido de indenização, procure o ponto de atendimento onde o seu processo foi aberto para apresentar os documentos complementares.

Qualquer dúvida, acesse o nosso site **www.seguradoralider.com.br** ou ligue para o **SAC DPVAT 0800 022 12 04**. Para pessoas com deficiência auditiva, ligue para **0800 022 12 06**. Tenha em mãos o número do sinistro e o CPF do beneficiário.

Atenciosamente.

Seguradora Líder-DPVAT

Carta nº 13007597



HOSPITAL REGIONAL DE POMBAL
"SENADOR RUI CARNEIRO"

FICHA DE ATENDIMENTO AMBULATORIAL

CÓDIGO DA UNIDADE: 000734/0

CNPJ/CPF: 08.778.268/0004-03

☐ AZUL☐ VERDE☐ AMARELA☐ LARANJA☐ VERMELHA

ENFERMARIA: _____

LEITO: _____

PACIENTE:

NOME: Eleonora Fernandes da CostaCOR: Marrom DATA DE NASCIMENTO: 19/08/93 IDADE: 39 SEXO: FNOME DA MÃE: Maria Fernandes da Costa PROFISSÃO: AgricultoraCARTÃO DO SUS: 708 6055 6047 0154 RG/CNH: _____MUNICÍPIO: Pombal ENDEREÇO: Dona Emma GuimaraesESTADO: PB CEP: 58.540-00 CÓDIGO DO MUNICÍPIO: _____ DATA DE ATEND.: 22/06/2016

SINAIS VITAIS:

PA: _____ SPO: _____ FC: _____ R: _____ HGT: _____

T: _____ PESO: _____ GESTANTE: () SIM () NÃO SE SIM, SEMANAS: _____

QUEIXAS: _____

MEDICAÇÃO EM USO: _____

ALÉRGICO: () SIM () NÃO SE SIM, AO QUE: _____

ANAMNESE E EXAME FÍSICO SUMÁRIOS:

Pré-garça com quadro de: Arterite
de miosclerose com dor intensa
e pé esquerdo.

EXAMES REALIZADOS NA UNIDADE:

TIPOS: _____

RESULTADOS: _____

PRESCRIÇÃO MÉDICA/MATERIAL UTILIZADO:

- 1° Dipirona Etorb 16.00
- 2° Tilolil 40 Etorb 16.00
- 3° Dexametazona 4mg Etorb 16.00
- 4°
- 5°
- 6°
- 7°
- 8°
- 9°
- 10°
- 11°
- 12°
- 13°
- 14°
- 15°
- 16°
- 17°
- 18°
- 19°
- 20°



GOVERNO DA PARAÍBA
SECRETARIA DO ESTADO DA SAÚDE

HOSPITAL REGIONAL DE POMBAL
"SENADOR RUI CARNEIRO"



DIAGNÓSTICO MÉDICO/CID: _____

OBSERVAÇÕES DA ENFERMAGEM: _____

ASS./COREN: _____

CARACTERIZAÇÃO DO ATENDIMENTO:

NATUREZA DA CONSULTA:

CONSULTA BÁSICA (PAD): _____

CONSULTA ESPECIALIZADA: _____

PROCEDIMENTO

TIPO DE ATENDIMENTO:

- ☐ 01 - ATENDIMENTO DE URGÊNCIA;
☐ 02 - PRIMEIRA CONSULTA;
☐ 03 - CONSULTA SUBSEQUENTE;
☐ 04 - ATENDIMENTO DE URGÊNCIA / EMERGÊNCIA COM REFERÊNCIA PARA OUTRA UNIDADE;
☐ 05 - VACINAÇÃO DE ROTINA;
☐ 06 - VACINAÇÃO DE BLOQUEIO (SURTO OU SITUAÇÕES PARTICULARES);
☐ 07 - VACINAÇÃO DE CAMPANHA;
☐ 08 - PRIMEIRA CONSULTA ANUAL COM REFERÊNCIA PARA OUTRA UNIDADE;
☐ 09 - CONSULTA SUBSEQUENTE COM REFERÊNCIA PARA OUTRA UNIDADE.

MEDICAÇÃO:

- ☐ 1 - PRESCRIÇÃO
☐ 2 - APLICADA

- ☐ OBSERVAÇÃO
☐ OUTRO HOSPITAL

ENCAMINHAMENTO:

- ☐ RESIDÊNCIA
☐ ÓBITO

- ☐ INTERNAÇÃO
☐ OUTROS

SERVIÇOS REALIZADOS:

CÓDIGO/PROCEDIMENTO	ATIV. PROF.	TIPO ATEND.	GRUPO ATEND.	FAIXA ETÁRIA
050106006	22	15	25	

ASS. DO (S) PROFISSIONAL (IS) ASSISTENTE (S) - CARIMBO (S)

ASS. DO PACIENTE/ACOMPANHAMENTO OU RESPONSÁVEL

OU POLEGAR DIREITO

ASS. DO REVISOR TÉCNICO - CARIMBO

ASS. DO REVISOR ADMINISTRATIVO - CARIMBO





GOVERNO
DA PARAÍBA

SECRETARIA DE SAÚDE



HOSPITAL REGIONAL DE POMBAL "SENADOR RUI CARNEIRO"
SECRETARIA DE SAÚDE

ATESTADO MÉDICO

Atesto, para os devidos fins, que

Eliandro Fernandes da Costa
portador (a) do RG _____, foi submetido(a) à
consulta médica nesta data, no horário das 16 horas,
sendo portador da infecção CID-10 592.

Em decorrência, deverá permanecer afastado(a) de suas
atividades laborativas por um período de 60
(Sessenta) dias, a partir desta data.

Pombal - PB, 14 de Setembro de 20 16

Denis Rocha
MÉDICO
CRM 7046

Assinatura e Carimbo do Médico

AUTORIZAÇÃO

Eu, _____ autorizo o

Dr. _____, a registrar o diagnóstico
codificado CID ou por extenso neste atestado médico.

Assinatura do paciente ou Responsável





REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

DETRAN - PB Nº 4732873420
PRT - 2000240003719-9

CERTIFICADO DE REGISTRO DE VEÍCULO

VIA 1 COD. RENAVAM 688572472 RTB.

NOME/ENDEREÇO
CICERA DOS ANJOS SEBASTIAO

R JOAQUIM S NOVO 21
58695000 DESTERRO - PB

OPF/COG 50026216434 PLACA MNA9638/PB

PLACA ANT/UF MNA9638 PB CHASSI 9C2JC250WVR043014

ESPECIE TIPO PAS/MOTOCICLO/ MARCA/MODELO HONDA/CG 125 TITAN

CAP/ROT/CIL 2 P/124 /CI CATEGORIA PARTIC

COMBUSTIVEL GASOLINA ANO FAB. 1997 ANO MOD. 1998

COR PREDOMINANTE AZUL

OBSERVAÇÕES

SEM RESERVA DE DOMINIO
DOCUMENTO VALIDO SUBLENTE PARA TRANSFERENCIA
GUARDE EM LOCAL SEGURO

TEIXEIRA Y PB 240593

ARIELANO D. LEITE 31052

AUTORIZAÇÃO PARA TRANSFERÊNCIA DE VEÍCULO
 AUTORIZO O DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO-DETRAN,
 TRANSFERIR O REGISTRO DESTE VEÍCULO, PARA:

VÁLOR R\$ _____

NOME DO COMPRADOR _____

RG. _____

CPF/CGC. _____

ENDEREÇO _____

LOCAL E DATA _____

Posto, 18.10.05

ASSINATURA DO PROPRIETÁRIO (VENDEDOR)

João dos Santos

ATENÇÃO:
 a) O VENDEDOR SE ISENTA DE QUALQUER RESPONSABILIDADE ADMINISTRATIVA, CIVIL OU CRIMINAL A PARTIR DA DATA ACIMA, CABENDO AO COMPRADOR A IMEDIATA TRANSFERÊNCIA DE REGISTRO DO VEÍCULO PARA O SEU NOME.
 b) A TRANSFERÊNCIA DE REGISTRO PODERÁ, SER COMUNICADA PELO VENDEDOR, REMETENDO CÓPIA DESTE DOCUMENTO AO DETRAN, APÓS DEVIDAMENTE PREENCHIDO E FIRMADO.

DE ACORDO _____

ASSINATURA DO COMPRADOR

RECONHECIMENTO DE FIRMA DO PROPRIETÁRIO (VENDEDOR)
 CONFORME ART. 368 C.P.C.

RECONHEÇO A FIRMA SUPRA DE Cícera

dos Anjos Sebastião. x:x:x:x

POR SER VERDADEIRO PAB° PCO.

EM TESTE *de* VERDADE.

DESTERRO-BR 18 DE 08 DE 2005.

TABELA

JOSE DIRUSSARE B. QUEIROZ
 ESC. SUBSTITUTO EM 18.10.05

SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA E DA DEFESA SOCIAL
3ª SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DE POLÍCIA CIVIL
19ª DELEGACIA SECCIONAL DE POLÍCIA CIVIL
1ª DELEGACIA DISTRITAL DE POLÍCIA CIVIL DE POMBAL
Rua Prof. Newton Seixas, Sn, Boa Esperança / Fone (83) 3431-2206

BOLETIM DE OCORRÊNCIA Nº 757/2016

Versando sobre: **Acidente de trânsito**

Data do fato: **22/06/2016** – Horário: **15h 30min**

Local do ocorrido: - Rua Jose Bezerra Neto, Pombal/PB

Data e hora em que a Delegacia tomou conhecimento: **04/11/2016 – 15h 24min**

COMUNICANTE: Elieuda Fernandes da Costa, alcunha //; **Filiação:** Vicente Urtiga da Costa e de Maria Fernandes da Costa; **Profissão:** agricultora; **Estado Civil:** solteiro (), casado (x), união estável (), viúvo(a) (); **Naturalidade:** Pombal - PB; **Nacionalidade:** brasileiro (a); **Data de Nascimento:** 19/08/1983; **Endereço Residencial:** Rua Dalva Ferreira de Queiroga, 163, Santo Amaro, Pombal - PB; **Endereço Profissional:** **; **Telefone //**; **Portador da CI/RG nº:** 3137478 – SSP/PB.

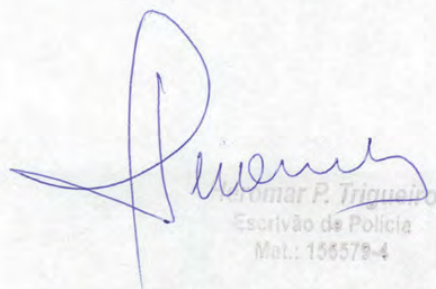
VÍTIMA:

HISTÓRICO: Que afirma o comunicante que no dia, hora e local acima referenciados conduzia uma moto, quando colidiu com outra moto e conduzido não identificado, vindo a cair ao chão; Que foi socorrido por populares e levado para o Hospital Regional de Pombal; Que devido ao acidente fraturou um dos dedos do pé esquerdo; Que são testemunhas: Emanuel da Costa Alves, conhecido NEO, residente na Rua Miguel Brilhante, sn, Pereiros, Pombal/PB; Que conduzia moto Honda CG 125, Titan, Placa MNA 9638/PB, cor azul, NIV 9C2JC250WNA043014, ano 1997/1998, licenciada em nome de Cicera dos Anjos Sebastião; Que vem comunicar o fato para fins de direito.

Pombal – PB, 04 de novembro de 2016.

AUTORIDADE POLICIAL: Del. Pol. Francisco Claudio Beserra.

COMUNICANTE: Elieuda Fernandes da Costa



Flamar P. Trigueiro
Escrivão de Polícia
Mat.: 155578-4





Estado da Paraíba
Poder Judiciário
3ª Vara Mista de Pombal

Processo nº: 0801447-39.2018.8.15.0301
Classe: PROCEDIMENTO COMUM (7)
Assunto: [SEGURO]
Autor(a): ELIEUDA FERNANDES DA COSTA
Ré(u): SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS S/A

DESPACHO

Vistos.

Antes de dar prosseguimento ao presente feito, certifique-se a Escrivania, mediante consulta no sistema STI e PJE, se há processo contendo a mesma causa de pedir (mesmo acidente), as mesmas partes e com o mesmo pedido em trâmite ou arquivado relativas ao Seguro DPVAT.

Cumpra-se.

POMBAL, na data da assinatura eletrônica.

[Documento datado e assinado eletronicamente - art. 2º, lei 11.419/2006]
JOSÉ EMANUEL DA SILVA E SOUSA – Juiz de Direito

Valor da causa: R\$ 3.375,00





PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DA PARAÍBA
3ªVARA MISTA DA COMARCA DE POMBAL

PROCEDIMENTO COMUM (7)

PROCESSO: Nº 0801447-39.2018.8.15.0301

CERTIDÃO

Certifico e dou fé que, pesquisando processos ATIVOS e BAIXADOS, no Sistema STI e PJE do TJPB, constatei que existe apenas o presente feito em trâmite tendo como **AUTOR: ELIEUDA FERNANDES DA COSTA** contra a **promovida SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS S/A**.
Pombal, 14 de fevereiro de 2019.

[Documento datado e assinado eletronicamente - art. 2º, lei 11.419/2006]

LUCIANA ELIAS DE ALENCAR

Técnico Judiciário





Estado da Paraíba
Poder Judiciário
3ª Vara Mista de Pombal

Processo nº: 0801447-39.2018.8.15.0301
Classe: PROCEDIMENTO COMUM (7)
Assunto: [SEGURO]
Autor(a): ELIEUDA FERNANDES DA COSTA
Ré(u): SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS S/A

DESPACHO

Vistos.

DEFIRO a gratuidade judiciária requerida (art. 98 e seguintes, NCPC), vez que não há elementos nos autos que evidenciem a falta dos pressupostos legais para a concessão do benefício, aptos a autorizar a desconsideração da presunção relativa da alegação de insuficiência de recursos (art. 99, §§ 2º e 3º, NCPC).

DESIGNE-SE audiência de conciliação **de acordo com a disponibilidade de pauta e do ajuste prévio com o perito(a)**, a realizar-se no Fórum Local desta Comarca, oportunidade em que será realizada perícia, conforme abaixo determinada.

CITE-SE E INTIME-SE a parte ré. O prazo para contestação (de quinze dias úteis) será contado a partir da realização da audiência. A ausência de contestação implicará revelia e presunção de veracidade da matéria fática apresentada na petição inicial. A presente citação é acompanhada de senha para acesso ao processo digital, que contém a íntegra da petição inicial e dos documentos. Tratando-se de processo eletrônico, em prestígio às regras fundamentais dos artigos 4º e 6º do NCPC fica vedado o exercício da faculdade prevista no artigo 340 do NCPC.

Fiquem as partes cientes de que o comparecimento na audiência é obrigatório (pessoalmente ou por intermédio de representante, por meio de procuração específica, com outorga de poderes para negociar e transigir). A ausência injustificada é considerada ato atentatório à dignidade da justiça, sendo sancionada com multa de até dois por cento da vantagem econômica pretendida ou do valor da causa. As partes devem estar acompanhadas de seus advogados.

A audiência só não será realizada se ambas as partes manifestarem, expressamente, desinteresse na composição consensual, devendo a parte ré fazê-lo, por petição, apresentada com 10 (dez) dias de antecedência, contados da data da audiência.

Considerando que a parte autora ajuizou a presente ação sem se submeter previamente à perícia médica através do IML, inexistindo nos autos documento que ateste a existência da invalidez permanente e/ou extensão da lesão, bem como que a rotina judiciária vem nos mostrando que a transação em ações que buscam o pagamento ou complementação de seguro DPVAT somente se realiza após a realização de perícia médica, com fulcro no art. 139,



inciso VI, do NCPC, determino que a audiência de conciliação ora agendada seja precedida de perícia judicial, nos termos do convênio do Tribunal de Justiça com a Seguradora Líder (Convênio nº 15/2014).

Para realização de perícia na parte autora, NOMEIO o Dr. Rodolpho Dantas Mafaldo Pinto CRM-PB 8679, fixando honorários de R\$ 200,00 (duzentos reais), a título de honorários periciais – cujo depósito pela promovida dar-se-á em momento posterior, estando ele já ciente da nomeação, data e horário da perícia

Intime-se a Seguradora para efetuar o pagamento em 15 dias a contar da intimação, devendo providenciar a comprovação de pagamento das perícias realizadas nos autos.

Poderão as partes, dentro de 15 (quinze) dias, contados da intimação do despacho de nomeação do perito: I - arguir o impedimento ou a suspeição do perito, se for o caso; II - indicar assistente técnico; III - apresentar quesitos.

Os quesitos a serem respondidos são os constantes do laudo pericial adotado pelo Núcleo de Conciliação e Mediação do TJPB.

Procedam-se com os expedientes necessários à feitura do exame pericial.

Como forma de viabilizar a transação, após realização da perícia médica, faz-se mister o comparecimento da Seguradora Líder na audiência ora designada, através de preposto munido de poderes para firmar acordos.

INTIMEM-SE a parte autora (**PESSOALMENTE**, ressaltando no mandado que sua presença é indispensável para a realização da perícia), e seu advogado, para comparecerem ao ato.

Cópia deste despacho digitalmente assinado servirá como mandado de citação/intimação.

Cumpra-se.

POMBAL, na data da assinatura eletrônica.

[Documento datado e assinado eletronicamente - art. 2º, lei 11.419/2006]

JOSÉ EMANUEL DA SILVA E SOUSA – Juiz de Direito

Valor da causa: R\$ 3.375,00





TRIBUNAL DE JUSTIÇA
PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DA PARAÍBA
3ªVARA MISTA DA COMARCA DE POMBAL

PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)

PROCESSO: Nº 0801447-39.2018.8.15.0301

CERTIDÃO

Certifico e dou fé que, esta Secretaria designou a audiência de **TENTATIVA de CONCILIAÇÃO** e realização de **PERÍCIA** para o dia **26/11/2019 às 08:40hs**, na sala de audiência da 3ª Vara Mista da Comarca de Pombal. Pombal, 16 de outubro de 2019.

[Documento datado e assinado eletronicamente - art. 2º, lei 11.419/2006]

WATSON HERICK RAMOS NOBRE

Técnico Judiciário





TRIBUNAL DE JUSTIÇA
PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DA PARAÍBA
3ª VARA MISTA DA COMARCA DE POMBAL
Rua José Guilhermino de Santana, nº 414, Bairro Petrópolis, CEP: 58.840-000, Fone/Fax: (83)3431-2298

MANDADO DE INTIMAÇÃO

PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)

Processo nº 0801447-39.2018.8.15.0301

AUTOR: ELIEUDA FERNANDES DA COSTA

RÉU: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.

Nome: ELIEUDA FERNANDES DA COSTA, brasileira, casada, agricultora, CPF nº 060.231.784-30, RG nº 3.137.478, SSP/PB, nascida em 19/08/1983, filha de Vicente Urtiga da Costa e de Maria Fernandes da Costa, residente e domiciliada na Rua Dalva Ferreira Queiroga, nº 201, bairro Santo Amaro, Pombal-PB, CEP: 58.840-000.

De ordem do Exmo. Sr. Dr. **José Emanuel da Silva e Sousa**, MM. Juiz de Direito da 3ª Vara Mista da Comarca de Pombal, MANDA a qualquer Oficial de Justiça, a quem este for entregue, que em seu cumprimento proceda a **INTIMAÇÃO** da parte **AUTORA** supra, para comparecer a audiência de **TENTATIVA** de **CONCILIAÇÃO** e realização de **PERÍCIA** designada para o dia **26/11/2019 às 08:40hs**, na sala de audiência da **3ª Vara Mista da Comarca de Pombal-PB, localizada na Rua José Guilhermino de Santana, nº 414, bairro Petrópolis, CEP: 58.840-000, telefone: (83)3431-2298**. Advirto, que o não comparecimento na audiência designada, poderá implicar na **extinção do feito** e **pagamento das custas processuais**.
POMBAL, 16 de outubro de 2019.

[Documento datado e assinado eletronicamente - art. 2º, lei 11.419/2006]

WATSON HERICK RAMOS NOBRE

Técnico Judiciário

AUTOR(A): _____

PARA VISUALIZAR A CONTRAFÉ ACESSE O LINK: <https://pje.tjpb.jus.br/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam>

NO CAMPO "Número do documento" INFORME O IDENTIFICADOR DO DOCUMENTO: **ID nº**





TRIBUNAL DE JUSTIÇA
PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DA PARAÍBA
3ª VARA MISTA DA COMARCA DE POMBAL

PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)

PROCESSO: Nº 0801447-39.2018.8.15.0301

CERTIDÃO

Certifico e dou fé que, expedi intimação ao advogado da parte **autora**, para comparecer a audiência de **TENTATIVA DE CONCILIAÇÃO E PERÍCIA** designada para o dia **26/11/2019 às 08:40hs**, na sala de audiência da **3ª Vara Mista** da Comarca de **Pombal**. Autor(a) intimado(a) através de advogado, (CPC, art.334, §3º).

ADVOGADO: Dr. JAQUES RAMOS WANDERLEY, OAB/PB-11.984

Pombal, 16 de outubro de 2019.

[Documento datado e assinado eletronicamente - art. 2º, lei 11.419/2006]

WATSON HERICK RAMOS NOBRE

Técnico Judiciário





TRIBUNAL DE JUSTIÇA
PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DA PARAÍBA
3ª VARA MISTA DA COMARCA DE POMBAL



PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)

DESTINATÁRIO:

Representante Letal da Empresa

RÉU: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.

Endereço: RUA SENADOR DANTAS, Nº 76, 3º andar, BAIRRO CENTRO, CEP: 20.031-205
RIO DE JANEIRO-RJ

REMETENTE:

UNIDADE JUDICIÁRIA:

3ª Vara Mista da Comarca de Pombal

Rua José Guilhermino de Santana, nº 414, bairro Petrópolis, CEP: 58.840-000, Fone:(83)3431-2298

PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)

Processo nº0801447-39.2018.8.15.0301

AUTOR: ELIEUDA FERNANDES DA COSTA

RÉU: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.

CARTA DE CITAÇÃO/INTIMAÇÃO

POMBAL-PB, 16 de outubro de 2019.

De ordem do Exmo. Sr. Dr. **José Emanuel da Silva e Sousa**, MM. Juiz de Direito da 3ª Vara Mista da Comarca de Pombal-PB, POR MEIO DA PRESENTE, fica Vossa Senhoria através de seu representante legal, que poderá ser preposto habilitado com carta de preposição, devidamente **CITADO** e **INTIMADO**, para os termos da ação que lhe é movida pelo(a) autor(a) indicado(a) na epígrafe, devendo comparecer à Audiência de **TENTATIVA DE CONCILIAÇÃO** e realização de **PERÍCIA** designada para o dia **26/11/2019 às 08:40hs**, na sala de audiência da **3ª Vara Mista da Comarca de Pombal-PB**, localizada no Edifício do Fórum "Promotor de Justiça Francisco Nélson da Nóbrega", Rua José Guilhermino de Santana, nº 414, Bairro Petrópolis, CEP: 58.840-000, Fone/Fax: (83)3431-2298. A audiência somente não será realizada se ambas as partes manifestarem, expressamente, desinteresse na composição consensual, cabendo à parte ré, se for o caso, indicar seu desinteresse, por meio de petição, apresentada com 10 dias de antecedência, cantados da data da audiência (CPC, art. 334¹, § 5º). Ressalvada a hipótese de oportuna manifestação de desinteresse pela parte ré, ficam as partes cientes de que o comparecimento,



acompanhado de advogado, é obrigatório e que a ausência injustificada caracteriza ato atentatório à dignidade da Justiça a ser sancionado com multa (CPC, art. 334, §8º). As partes poderão constituir representante, por meio de procuração específica, com poderes para negociar e transigir (CPC, art. 334, § 10º). Realizada a audiência e não havendo autocomposição, o prazo de contestação, de 15 dias e terá início a partir da audiência ou, se for o caso, da última sessão de conciliação. Em havendo manifestação oportuna de desinteresse da parte ré, o prazo de contestação, 15 dias, terá início a partir do protocolo do pedido de cancelamento da audiência (CPC, art. 335³, II). Se a parte ré não apresentar contestação, será considerada revel e presumir-se-ão aceitos por verdadeiras as alegações da parte autora (CPC, art. 344²). **INTIMANDO-O, para efetuar o depósito dos honorários do perito, no valor de R\$ 200,00 (Duzentos reais), até 10 (dez) dias, após a data da realização da audiência, nos termos do Convênio 015/2014, firmado entre a Seguradora Líder e o Tribunal de Justiça.**

[Documento datado e assinado eletronicamente - art. 2º, lei 11.419/2006]

WATSON HERICK RAMOS NOBRE

Técnico Judiciário

¹**Art. 334** - Se a petição inicial preencher os requisitos essenciais e não for o caso de improcedência liminar do pedido, o juiz designará audiência de conciliação ou de mediação com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, devendo ser citado o réu com pelo menos 20 (vinte) dias de antecedência.

§ 4º - A audiência não será realizada:

Inciso I - se ambas as partes manifestarem, expressamente, desinteresse na composição consensual.

§ 5º - O autor deverá indicar, na petição inicial, seu desinteresse na autocomposição, e o réu deverá fazê-lo, por petição, apresentada com 10 (dez) dias de antecedência, contados da data da audiência;

§ 8º - O não comparecimento injustificado do autor ou do réu à audiência de conciliação é considerado ato atentatório à dignidade da justiça e será sancionado com multa de até dois por cento da vantagem econômica pretendida ou do valor da causa, revertida em favor da União ou do Estado.;

§ 10º - A parte poderá constituir representante, por meio de procuração específica, com poderes para negociar e transigir.

²**Art. 344** - Se o réu não contestar a ação, será considerado revel e presumir-se-ão verdadeiras as alegações de fato formuladas pelo autor.

³**Art. 335** - O réu poderá oferecer contestação, por petição, no prazo de 15 (quinze) dias, cujo termo inicial será a data:

I - da audiência de conciliação ou de mediação, ou da última sessão de conciliação, quando qualquer parte não comparecer ou, comparecendo, não houver autocomposição;

II - do protocolo do pedido de cancelamento da audiência de conciliação ou de mediação apresentado pelo réu, quando ocorrer a hipótese do art. 334, § 4º, inciso I.

PARA VISUALIZAR A CONTRAFÉ ACESSE O LINK: <https://pje.tjpb.jus.br/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam>
NO CAMPO "Número do documento" INFORME O IDENTIFICADOR DO DOCUMENTO: ID nº18101814421673500000016810292, 19032017002814000000019394018, 19101613174213200000024521805





CERTIDÃO

Pombal - PB, 17 de outubro de 2019
WELLINGTON SOUSA FONTES



TRIBUNAL DE JUSTIÇA
PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DA PARAÍBA
3ª VARA MISTA DA COMARCA DE POMBAL
Rua José Guilhermino de Santana, nº 414, Bairro Petrópolis, CEP: 58.840-000, Fone/Fax: (83)3431-2298

MANDADO DE INTIMAÇÃO

PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)

Processo nº 0801447-39.2018.8.15.0301

AUTOR: ELIEUDA FERNANDES DA COSTA

RÉU: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.

Nome: ELIEUDA FERNANDES DA COSTA, brasileira, casada, agricultora, CPF nº 060.231.784-39, RG nº 3.137.478, SSP/PB, nascida em 19/08/1983, filha de Vicente Urtiga da Costa e de Maria Fernandes da Costa, residente e domiciliada na Rua Dalva Ferreira Queiroga, nº 201, bairro Santo Amaro, Pombal-PB, CEP: 58.840-000.

De ordem do Exmo. Sr. Dr. **José Emanuel da Silva e Sousa**, MM. Juiz de Direito da 3ª Vara Mista da Comarca de Pombal, MANDA a qualquer Oficial de Justiça, a quem este for entregue, que em seu cumprimento proceda a **INTIMAÇÃO** da parte **AUTORA** supra, para comparecer a audiência de **TENTATIVA** de **CONCILIAÇÃO** e realização de **PERÍCIA** designada para o dia **26/11/2019 às 08:40hs**, na sala de audiência da **3ª Vara Mista da Comarca de Pombal-PB, localizada na Rua José Guilhermino de Santana, nº 414, bairro Petrópolis, CEP: 58.840-000, telefone: (83)3431-2298**. Advirto, que o não comparecimento na audiência designada, poderá implicar na **extinção do feito** e **pagamento das custas processuais**.
POMBAL 16 de outubro de 2019.

[Documento datado e assinado eletronicamente - art. 2º, Lei 11.415/2006]

WATSON HERICK RAMOS NOBRE

Técnico Judiciário

AUTOR(A):

Elieuda Fernandes da Costa

PARA VISUALIZAR A CONTRAFÉ ACESSE O LINK: <https://pje.tjpb.jus.br/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam>
NO CAMPO "Número do documento" INFORME O IDENTIFICADOR DO DOCUMENTO: ID nº



Assinado eletronicamente por: WATSON HERICK RAMOS NOBRE

15/10/2019 13:20:51

<http://pje.tjpb.jus.br:80/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam>

ID do documento: 25355931



1910161320.612340000002452222

17/10/2019 07:54



Assinado eletronicamente por: WELLINGTON SOUSA FONTES - 17/10/2019 13:21:56

<http://pje.tjpb.jus.br:80/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=19101713215655000000024560931>

Número do documento: 19101713215655000000024560931

**EM ANEXO CÓPIA DA CARTA DE CITAÇÃO - QUE FORA ENTREGUE NO
SETOR DE CORRESPONDÊNCIA DESTES FÓRUM**





TRIBUNAL DE JUSTIÇA
PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DA PARAÍBA
3ª VARA MISTA DA COMARCA DE POMBAL

**PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)****DESTINATÁRIO:**

Representante Letal da Empresa

RÉU: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.

Endereço: RUA SENADOR DANTAS, Nº 76, 3º andar, BAIRRO CENTRO, CEP: 20.031-205
RIO DE JANEIRO-RJ**REMETENTE:**

UNIDADE JUDICIÁRIA:

3ª Vara Mista da Comarca de Pombal

Rua José Guilhermino de Santana, nº 414, bairro Petrópolis, CEP: 58.840-000, Fone:(83)3431-2298

PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)

Processo nº0801447-39.2018.8.15.0301

AUTOR: ELIEUDA FERNANDES DA COSTA

RÉU: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.

CARTA DE CITAÇÃO/INTIMAÇÃO

POMBAL-PB, 16 de outubro de 2019.

De ordem do Exmo. Sr. Dr. **José Emanuel da Silva e Sousa**, MM. Juiz de Direito da 3ª Vara Mista da Comarca de Pombal-PB, POR MEIO DA PRESENTE, fica Vossa Senhoria através de seu representante legal, que poderá ser preposto habilitado com carta de preposição, devidamente **CITADO** e **INTIMADO**, para os termos da ação que lhe é movida pelo(a) autor(a) indicado(a) na epígrafe, devendo comparecer à Audiência de **TENTATIVA DE CONCILIAÇÃO** e realização de **PERÍCIA** designada para o dia **26/11/2019 às 08:40hs**, na sala de audiência da 3ª Vara Mista da Comarca de Pombal-PB, localizada no Edifício do Fórum "Promotor de Justiça Francisco Nélson da Nóbrega", Rua José Guilhermino de Santana, nº 414, Bairro Petrópolis, CEP: 58.840-000, Fone/Fax: (83)3431-2298. A audiência somente não será realizada se ambas as partes manifestarem, expressamente, desinteresse na composição consensual, cabendo à parte ré, se for o caso, indicar seu desinteresse, por meio de petição, apresentada com 10 dias de antecedência, cantados da data da audiência (CPC, art. 334¹, § 5º). Ressalvada a hipótese de oportuna manifestação de desinteresse pela parte ré, ficam as partes cientes de que o comparecimento, acompanhado de advogado, é obrigatório e que a ausência injustificada caracteriza ato atentatório à dignidade da Justiça a ser sancionado com multa (CPC, art. 334, §8º). As partes poderão constituir representante, por meio de procuração específica, com poderes para negociar e transigir (CPC, art. 334, § 10º). Realizada a audiência e não havendo autocomposição, o prazo de contestação, de 15 dias e terá início a partir da audiência ou, se for o caso, da última sessão de conciliação. Em havendo manifestação oportuna de desinteresse da parte ré, o prazo de contestação, 15 dias, terá início a partir do protocolo do pedido de cancelamento da audiência (CPC, art. 335³, II). Se a parte ré não apresentar contestação, será considerada revel e presumir-se-ão aceitos por verdadeiras as alegações da parte autora (CPC, art. 344²). INTIMANDO-O, para efetuar o depósito dos honorários do perito, no valor de R\$ 200,00 (Duzentos reais), até 10 (dez) dias, após a data da realização da audiência, nos termos do Convênio 015/2014, firmado entre a Seguradora Líder e o Tribunal de Justiça.

[Documento datado e assinado eletronicamente - art. 2º, lei 11.419/2006]

WATSON HERICK RAMOS NOBRE

17/10/2019

<https://pje.tjpb.jus.br/pje/Processo/ConsultaProcesso/Detalhe/documentoHTML.seam?ca=a230789fd24073080ecbf5badb6b038afc20f9b553a2a0...> 1/2

Assinado eletronicamente por: WATSON HERICK RAMOS NOBRE - 21/10/2019 11:18:35

<http://pje.tjpb.jus.br:80/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=1910211183473700000024626067>

Número do documento: 1910211183473700000024626067

¹Art. 334 - Se a petição inicial preencher os requisitos essenciais e não for o caso de improcedência liminar do pedido, o juiz designará audiência de conciliação ou de mediação com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, devendo ser citado o réu com pelo menos 20 (vinte) dias de antecedência.

§ 4º - A audiência não será realizada:

Inciso I - se ambas as partes manifestarem, expressamente, desinteresse na composição consensual.

§ 5º - O autor deverá indicar, na petição inicial, seu desinteresse na autocomposição, e o réu deverá fazê-lo, por petição, apresentada com 10 (dez) dias de antecedência, contados da data da audiência;

§ 8º - O não comparecimento injustificado do autor ou do réu à audiência de conciliação é considerado ato atentatório à dignidade da justiça e será sancionado com multa de até dois por cento da vantagem econômica pretendida ou do valor da causa, revertida em favor da União ou do Estado.;

§ 10º - A parte poderá constituir representante, por meio de procuração específica, com poderes para negociar e transigir.

²Art. 344 - Se o réu não contestar a ação, será considerado revel e presumir-se-ão verdadeiras as alegações de fato formuladas pelo autor.

³Art. 335 - O réu poderá oferecer contestação, por petição, no prazo de 15 (quinze) dias, cujo termo inicial será a data:

I - da audiência de conciliação ou de mediação, ou da última sessão de conciliação, quando qualquer parte não comparecer ou, comparecendo, não houver autocomposição;

II - do protocolo do pedido de cancelamento da audiência de conciliação ou de mediação apresentado pelo réu, quando ocorrer a hipótese do art. 334, § 4º, inciso I.

PARA VISUALIZAR A CONTRAFÉ ACESSE O LINK: <https://pje.tjpb.jus.br/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam>

NO CAMPO "Número do documento" INFORME O IDENTIFICADOR DO DOCUMENTO: ID nº18101814421673500000016810292, 19032017002814000000019394018, 19101613174213200000024521805

Assinado eletronicamente por: WATSON HERICK RAMOS NOBRE

16/10/2019 13:27:33

<http://pje.tjpb.jus.br:80/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam>

ID do documento: 25356271



19101613273267200000024522262



EM ANEXO





EXMO. SR. DR. JUIZ DE DIREITO DA 3ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE POMBAL/PB

Processo: 08014473920188150301

SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A., previamente qualificada nos autos do processo em epígrafe, neste ato, representada por seus advogados que esta subscrevem, nos autos da **AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT**, que lhe promove **ELIEUDA FERNANDES DA COSTA**, em trâmite perante este Douto Juízo, vem respeitosamente, à presença de V. Exa., em cumprimento ao despacho proferido por este Juízo, apresentar os seus quesitos.

- 1 - Queira o Sr. Perito informar se há nexos de causalidade entre o acidente narrado na petição inicial e a lesão apresentada pelo autor. Caso haja, informar se da referida lesão resultou invalidez permanente ou temporária;
- 2 - Queira o Sr. Perito informar se a invalidez permanente é notória ou de fácil constatação;
- 3 - Queira o Sr. Perito esclarecer quando o vítima teve ciência de sua incapacidade com base nos documentos médicos acostados aos autos;
- 4 - Queira o Sr. Perito informar se a vítima encontra-se em tratamento ou já se esgotaram todas as possibilidades existentes na tentativa de minimizar o dano;
- 5 - Queira o Sr. Perito informar se à época do acidente o membro afetado já contava com alguma sequela oriunda de circunstância anterior;
- 6 - Queira o Sr. Perito informar se a lesão apresenta caráter parcial ou total. Sendo a invalidez parcial incompleta, queira o Ilustre Perito informar o membro afetado e se a redução proporcional da indenização corresponde a 75% (setenta e cinco por cento) para as perdas de repercussão intensa, 50% (cinquenta por cento) para as de média repercussão, 25% (vinte e cinco por cento) para as de leve repercussão, 10% (dez por cento) para as de sequelas residuais, consoante o disposto no Art. 3º, inciso II, da Lei 6.194/74;
- 7 - Queira o Sr. Perito esclarecer todo e qualquer outro elemento necessário ao deslinde da causa.

Por fim com fulcro no artigo 5º, LV, da Constituição Federal, requer que após a produção da prova pericial, seja aberto prazo para as partes se manifestarem sobre o laudo, a fim de que não se cause na demanda o cerceamento de defesa, frente ao princípio constitucional do devido processo legal.

Nestes Termos,
Pede Deferimento,

POMBAL, 6 de novembro de 2019.

JOÃO BARBOSA

Rua São José, 90, 8º andar, Centro, Rio de Janeiro/RJ – CEP: 20010-020
www.joaobarbosaadvass.com.br



OAB/PB 4246-A

SUELIO MOREIRA TORRES
15477 - OAB/PB

Rua São José, 90, 8º andar, Centro, Rio de Janeiro/RJ – CEP: 20010-020
www.joaobarbosaadvass.com.br



Assinado eletronicamente por: SUELIO MOREIRA TORRES - 08/11/2019 12:38:33
<http://pje.tjpb.jus.br:80/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=19110812383267400000025178147>
Número do documento: 19110812383267400000025178147

Num. 26057593 - Pág. 2

EM ANEXO





EXMO. SR. DR. JUIZ DE DIREITO DA 3ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE POMBAL/PB

Processo: 08014473920188150301

SÚMULA 474 STJ: "A indenização do seguro DPVAT, em caso de invalidez parcial do beneficiário, será paga de forma proporcional ao grau de invalidez."

SEGURADORA LIDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S.A., com sede na cidade do Rio de Janeiro/RJ, à Rua Senador Dantas, nº 74, 5º andar, inscrita no CNPJ sob nº 09.248.608/0001-04, neste ato representado por seus advogados que esta subscrevem nos autos da **AÇÃO DE COBRANÇA DO SEGURO DPVAT**, que lhe promove **ELIEUDA FERNANDES DA COSTA**, em trâmite perante este Douto Juízo, vem, *mui* respeitosamente, à presença de Vossa Excelência, apresentar

CONTESTAÇÃO

Consoante às razões de fato e de direito que passa a expor

BREVE SÍNTESE DA DEMANDA

Alega a parte Autora em sua peça vestibular que foi vítima de acidente automobilístico na data de **22/06/2016**, restando permanentemente inválida.

Destaca-se que a parte apenas procedeu com o registro na Delegacia de Polícia na data **04/11/2016**.

Cumpra esclarecer que em que pese a parte autora realizar requerimento do pagamento, através da via administrativa, porém, o sinistro foi cancelado por inatividade, haja vista que a parte autora não apresentou a documentação necessária para a perfeita regulação do sinistro.

Rua São José, 90, 8º andar, Centro, Rio de Janeiro/RJ – CEP: 20010-020
www.joaobarbosaadvass.com.br



Não obstante, em qualquer hipótese de acidente, a atitude normal do segurado é procurar a seguradora, para que esta regule, primeiramente, o sinistro. Somente em caso de não pagamento, ressarcimento incompleto ou de mora, as demandas devem ser ajuizadas.

Assim, tendo o autor deixado de apresentar a documentação exigida por lei, carecendo o autor de uma condição específica do regular exercício do direito de ação, qual seja, interesse de agir.

Compulsando atentamente aos autos, em nenhum momento foi demonstrado e comprovado de forma contundente que a parte autora faz jus ao pleito deduzido na presente demanda, devendo o pleito ser julgado extinto em virtude da inocorrência de mora por parte da Ré.

A pretensão esposada na inicial não merece prosperar, visto que sua argumentação afigura-se totalmente contrária à orientação jurisprudencial traçada pelo Superior Tribunal de Justiça, bem como preceitua a legislação vigente sobre o DPVAT. É o que se demonstrará em seguida.

PRELIMINARMENTE

DA TEMPESTIVIDADE

A Ré apresenta a presente contestação em consonância com regra prevista no art. 218, § 4º do CPC/2015¹, prestigiando os princípios da celeridade, economia processual e boa-fé, pugnando desde já pelo recebimento da mesma.

DO DESINTERESSE NA REALIZAÇÃO DA AUDIÊNCIA PRELIMINAR DE CONCILIAÇÃO

Conforme se observa na exordial, a natureza do pedido do Seguro Obrigatório DPVAT, cujo cerne da questão é a suposta invalidez do demandante e o grau da lesão sofrida para fins indenizatórios do referido Seguro.

Assim, **torna-se imprescindível a realização da prova pericial**, pois, a Lei do DPVAT prevê graus diferenciados referentes à extensão das lesões acometidas pelas vítimas, classificando-as em total ou parcial, esta última subdividida em completa e incompleta, em caso de invalidez parcial do beneficiário a indenização será paga de forma proporcional ao grau da debilidade sofrida.

Desse modo, informa que não há interesse na realização da audiência preliminar de conciliação, e, visando dirimir as dúvidas existentes sobre a invalidez do autor, requer, se Vossa Excelência assim entender, a antecipação da prova pericial nos termos do art. 381, do CPC/2015².

DO MÉRITO

DA AUSÊNCIA DE LAUDO DO IML QUANTIFICANDO A LESÃO - ÔNUS DA PROVA DO AUTOR

Pode-se observar que a parte autora não apresentou qualquer documento conclusivo no que tange ao direito de receber a íntegra do teto indenizatório no que se refere à invalidez de caráter permanente, vez que não

¹[1] Art. 218 - Os atos processuais serão realizados nos prazos prescritos em lei. [...] § 4º - Será considerado tempestivo o ato praticado antes do termo inicial do prazo.

²[1] Art. 381. A produção antecipada da prova será admitida nos casos em que: II - a prova a ser produzida seja suscetível de viabilizar a autocomposição ou outro meio adequado de solução de conflito;



trouxe aos autos laudo do IML que atenda o disposto no Art. 5º § 5º da Lei 6.194/74, documento imprescindível para que se estabeleça o grau de limitação do membro afetado, a fim de quantificar da indenização.

Com efeito, a parte Autora deixou de juntar aos autos o Laudo do Instituto Médico Legal, furtando-se de provar o percentual de invalidez e o grau de redução funcional do membro supostamente afetado, em inobservância ao art. 373, I, CPC³.

Logo, tendo a parte autora deixado de comprovar suas alegações, impõe-se a improcedência total dos pedidos Autorais.

Caso este não seja o entendimento deste Douto Juízo, prossegue a Ré em suas argumentações apenas por amor ao debate.

DA APLICABILIDADE DA SÚMULA 474 DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Com advento da Medida Provisória nº 451/08, convertida na Lei nº 11.945/2009, estabeleceu-se percentuais indenizatórios aos danos corporais, subdividindo-os em totais e parciais, de modo que se impõe a graduação da lesão para fins indenizatórios.

Em continuidade, tem-se a aludida Lei prevê graus diferenciados de invalidez permanente, classificando-a em total ou parcial, esta última subdividida em completa e incompleta, o que de certo deverá ser observado por esse Nobre Magistrado.

A referida inovação legal trouxe a figura da invalidez parcial incompleta. Portanto, para dirimir o percentual indenizável no caso concreto, é imprescindível a realização de prova pericial, ocasião em que se verificará se a lesão suportada pela parte autora é parcial incompleta, apontando sua respectiva repercussão geral⁴.

No mesmo sentido, o Superior Tribunal de justiça editou a Súmula 474 pacificando o entendimento que no caso de invalidez a indenização do Seguro Obrigatório DPVAT deverá ser paga em conformidade com o grau da invalidez da vítima⁵.

Frisa-se que a Suprema Corte firmou posicionamento sobre a constitucionalidade da inovação legal trazida originariamente pela MP 451/08, conforme se verifica no julgamento da ADI 4627/DF.

Assim, para se chegar ao valor indenizável devido, na hipótese de invalidez parcial incompleta, devem ser observadas duas etapas:

³“APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT. AUSÊNCIA DE PROVA DA INVALIDEZ PERMANENTE. LAUDO INDIRETO DO IML. INSUFICIÊNCIA. ÔNUS DA PROVA DO AUTOR. IMPROCEDÊNCIA DO PEDIDO. MANUTENÇÃO DA SENTENÇA. 1 - O pagamento de indenização com base no seguro obrigatório se restringe às hipóteses de morte da vítima ou de invalidez permanente, ainda que parcial, além da possibilidade de reembolso por despesas médicas que se fizerem necessárias em razão do acidente. 2 - Não se desincumbindo o Autor do ônus de comprovar a invalidez permanente decorrente de acidente automobilístico, conforme exigem os artigos 5º da Lei 6.194/74 e 333, I, do Código de Processo Civil, deve ser julgado improcedente o pleito indenizatório.” (TJ-MG - AC: 10342120045667001 MG, Relator: José Marcos Vieira, Data de Julgamento: 13/03/2014, Câmaras Cíveis / 16ª CÂMARA CÍVEL, Data de Publicação: 24/03/2014)

⁴RECURSO CÍVEL. SEGURO DPVAT. AÇÃO DE COBRANÇA. COMPLEMENTAÇÃO DE INDENIZAÇÃO. i) EM CASO DE INVALIDEZ PARCIAL, O PAGAMENTO DO SEGURO DPVAT DEVE, POR IGUAL, OBSERVAR A RESPECTIVA PROPORCIONALIDADE. É VÁLIDA A UTILIZAÇÃO DE TABELA PARA REDUÇÃO PROPORCIONAL DA INDENIZAÇÃO A SER PAGA POR SEGURO DPVAT, EM SITUAÇÕES DE INVALIDEZ PARCIAL, AINDA QUE O ACIDENTE TENHA OCORRIDO ANTES DA LEI N.º 11.945/09. ii) INDENIZAÇÃO INDEVIDA. HIPÓTESE EM QUE A PARTE AUTORA NÃO FAZ JUS À COMPLEMENTAÇÃO DA INDENIZAÇÃO, POIS NÃO HOUE A DEMONSTRAÇÃO DE QUE A LESÃO SOFRIDA TENHA SIDO DE MAIOR GRAVIDADE DO QUE A INDENIZADA ADMINISTRATIVAMENTE. iii) APLICAÇÃO DA SÚMULA 474 DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA. A indenização do seguro DPVAT, em caso de invalidez parcial do beneficiário, será paga de forma proporcional ao grau da invalidez. iv) RECURSO CONHECIDO E PROVIDO. SENTENÇA REFORMADA.

⁵**Súmula 474 | Superior Tribunal de Justiça** “A indenização do seguro DPVAT, em caso de invalidez parcial do beneficiário, será paga de forma proporcional ao grau da invalidez.”



Identifica-se o tipo de dano corporal segmentar na Tabela, aplicando-se o respectivo percentual de perda; e

Sobre o valor encontrado, aplica-se os percentuais de acordo com o grau de repercussão: intensa – 75%; média – 50%; leve – 25%; e sequela residual – 10%.

Evidente, pois, inexistir qualquer direito de indenização integral a parte Autora, devendo ser respeitada a proporcionalidade do grau de invalidez.

Sendo assim, na hipótese de condenação da seguradora, o valor indenizatório deverá ser apontado após a realização de perícia médica, constatando a extensão da lesão do autor, observando-se o método de cálculo apresentado.

DA IMPOSSIBILIDADE DA INVERSÃO DO ÔNUS DA PROVA

Não há que se falar em inversão do ônus da prova, vez que o seguro DPVAT não se trata de relação de consumo, e sim de uma obrigação legal.

Assim, não pode a parte autora ser confundida como consumidora, pois, não há qualquer relação de consumo entre as partes litigantes, o que gera a inaplicabilidade da inversão do ônus da prova, característica do Código de Defesa do Consumidor.

Neste sentido é o recente entendimento firmado pelos Tribunais pátrios⁶, ratificando o descabimento da inversão do ônus da prova com base na aplicação do Código de Defesa do Consumidor.

Sendo assim, por se tratar de prova essencial dos fatos constitutivos da pretensão autoral, deverá o ônus da prova ser custeado pela parte autora, como determina o art. 373, I do CPC.

DOS JUROS DE MORA E DA CORREÇÃO MONETÁRIA

Em relação aos juros de mora, o Colendo Superior Tribunal de justiça editou a Súmula nº 426 pacificando a incidência dos juros a partir da citação⁷.

Com relação à correção monetária, é curial que seja analisada questão acerca a forma da Lei 6.899/1981, ou seja, a partir da propositura da ação⁸.

Assim sendo, na remota hipótese de condenação, requer que os juros moratórios sejam aplicados a partir da citação, bem como a correção monetária seja computada a partir do ajuizamento da presente ação.

⁶“PROCESSO CIVIL. AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT. PRELIMINAR DE FALTA DE INTERESSE DE AGIR NÃO APRECIADA PELO JUÍZO A QUO. IMPOSSIBILIDADE DE APRECIÇÃO PELA INSTÂNCIA REVISORA. **INVERSÃO DO ÔNUS DA PROVA, COM BASE NO CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR. INAPLICABILIDADE DO DIPLOMA LEGAL CONSUMERISTA ÀS RELAÇÕES DE SEGURO OBRIGATÓRIO.** Agravo de Instrumento interposto de decisão que em ação de cobrança do seguro obrigatório DPVAT deferiu a inversão do ônus da prova. 1. Preliminar de ausência de interesse de agir não enfrentada pelo juízo a quo impede o exame pela instância revisora, sob pena de supressão de instância. 2. **A contratação compulsória do seguro obrigatório DPVAT afasta a natureza consumerista da relação jurídica entre seguradora e segurado, e impossibilita a decretação da inversão do ônus da prova com base no artigo 6º, VIII, da Lei nº 8078/90.** 3. Recurso a que se dá provimento, com base no artigo 557 § 1º-A do Código de Processo Civil, para afastar a inversão do ônus da prova decorrente da aplicação do Código de Defesa do Consumidor.” (TJ-RJ - AI: 00612946320148190000 RJ 0061294-63.2014.8.19.0000, Relator: DES. FERNANDO FOCH DE LEMOS ARIGONY DA SILVA, Data de Julgamento: 12/01/2015, TERCEIRA CAMARA CIVEL, Data de Publicação: 16/01/2015).

⁷“SÚMULA N. 426: Os juros de mora na indenização do seguro DPVAT fluem a partir da citação.”

⁸art. 1º. (...)

§2º Nos demais casos, o cálculo far-se-á a partir do ajuizamento da ação.



DOS HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS

Observar-se que o parte autora litiga sob o pálio da Gratuidade de Justiça e, em caso de eventual condenação, os honorários advocatícios deverão ser limitados ao patamar **máximo** de 20% (vinte por cento), nos termos do art. 85, §2º do Código de Processo Civil.

Contudo, a demanda não apresentou nenhum grau de complexidade nem mesmo exigiu um grau de zelo demasiado pelo patrono da parte autora, pelo que se amolda nos termos dos incisos I, II, III e IV do §2º art. 85, do Código de Processo Civil.

Desta feita, na remota hipótese de condenação da Ré, requer que o pagamento dos honorários advocatícios seja arbitrado na monta de 10% (dez por cento), conforme supracitado.

CONCLUSÃO

Ante o exposto, reafirma o desinteresse na audiência de conciliação, conforme amplamente demonstrado no corpo da presente peça.

Em caso de eventual condenação, pugna a Ré, pela aplicação da tabela de quantificação da extensão da invalidez permanente, conforme preconiza a Sumula 474 do STJ.

Na remota hipótese de condenação, pugna-se para que os juros moratórios sejam aplicados a partir da citação válida e honorários advocatícios sejam limitados ao percentual máximo de 10% (dez por cento).

Requer, outrossim, a produção de prova documental suplementar e haja vista a necessidade de elucidar aspectos que contribuam com a veracidade dos fatos alegados na exordial requer o depoimento pessoal da vítima para que esclareça:

- Queira a vítima esclarecer a dinâmica do acidente, os veículos envolvidos e suas características, o membro ou segmento do corpo afetado e se houve encaminhamento ao hospital;
- Queira esclarecer se houve requerimento administrativo em razão do sinistro narrado na inicial ou outro sinistro;
- Se a vítima recebeu algum valor referente a este ou outro sinistro.

Requer a produção de prova pericial nos termos do Convênio de Nº015/2014 firmado entre este Egrégio Tribunal e a Seguradora Líder dos Consórcios de Seguro DPVAT. Assim, após a realização da perícia judicial, requer a intimação da Ré para realização do pagamento dos honorários periciais no valor de R\$ 200,00 (duzentos reais) em até 15 (quinze) dias.



Para fins do exposto no artigo 106, inciso I, do Código de Processo Civil, requer que todas as intimações sejam encaminhadas ao escritório de seus patronos, sito na Rua São José, nº 90, Grupo 810/812, Centro, Rio de Janeiro-RJ, CEP: 20010-020 e que as publicações sejam realizadas, exclusivamente, em nome do patrono **Dr. SUELIO MOREIRA TORRES** inscrito sob o nº **15477 - OAB/PB**, sob pena de nulidade das mesmas.

Nestes Termos,
Pede Deferimento,

POMBAL, 5 de novembro de 2019.

SUELIO MOREIRA TORRES
15477 - OAB/PB

Rua São José, 90, 8º andar, Centro, Rio de Janeiro/RJ – CEP: 20010-020
www.joaobarbosaadvass.com.br



QUESITOS DA RÉ

- 1 - Queira o Sr. Perito informar se há nexos de causalidade entre o acidente narrado na petição inicial e a lesão apresentada pelo autor. Caso haja, informar se da referida lesão resultou invalidez permanente ou temporária;
- 2 - Queira o Sr. Perito informar se a invalidez permanente é notória ou de fácil constatação;
- 3 - Queira o Sr. Perito esclarecer quando o vítima teve ciência de sua incapacidade com base nos documentos médicos acostados aos autos;
- 4 - Queira o Sr. Perito informar se a vítima encontra-se em tratamento ou já se esgotaram todas as possibilidades existentes na tentativa de minimizar o dano;
- 5 - Queira o Sr. Perito informar se à época do acidente o membro afetado já contava com alguma sequela oriunda de circunstância anterior;
- 6 - Queira o Sr. Perito informar se a lesão apresenta caráter parcial ou total. Sendo a invalidez parcial incompleta, queira o Ilustre Perito informar o membro afetado e se a redução proporcional da indenização corresponde a 75% (setenta e cinco por cento) para as perdas de repercussão intensa, 50% (cinquenta por cento) para as de média repercussão, 25% (vinte e cinco por cento) para as de leve repercussão, 10% (dez por cento) para as de sequelas residuais, consoante o disposto no Art. 3º, inciso II, da Lei 6.194/74;
- 7 - Queira o Sr. Perito esclarecer todo e qualquer outro elemento necessário ao deslinde da causa.



TABELA DE GRADAÇÃO

Danos Corporais Previstos na Lei	Total (100%)	Intensa (75%)	Média (50%)	Leve (25%)	Residual (10%)
Perda anatômica e/ou funcional completa de ambos os membros superiores ou inferiores	R\$ 13.500,00	R\$ 10.125,00	R\$ 6.750,00	R\$ 3.375,00	R\$ 1.350,00
Perda anatômica e/ou funcional completa de ambas as mãos ou de ambos os pés					
Perda anatômica e/ou funcional completa de um membro superior e de um membro inferior					
Perda completa da visão em ambos os olhos (cegueira bilateral) ou cegueira legal bilateral					
Lesões neurológicas que cursem com: (a) dano cognitivo-comportamental alienante; (b) impedimento do senso de orientação espacial e/ou do livre deslocamento corporal; (c) perda completa do controle esfinteriano; (d) comprometimento de função vital ou autonômica					
Lesões de órgãos e estruturas crânio-faciais, cervicais, torácicos, abdominais, pélvicos ou retro-peritoneais cursando com prejuízos funcionais não compensáveis de ordem autonômica, respiratória, cardiovascular, digestiva, excretora ou de qualquer outra espécie, desde que haja comprometimento de função vital	R\$ 9.450,00	R\$ 7.087,50	R\$ 4.725,00	R\$ 2.362,50	R\$ 945,00
Perda anatômica e/ou funcional completa de um dos membros superiores e/ou de uma das mãos					
Perda anatômica e/ou funcional completa de um dos membros inferiores					
Perda anatômica e/ou funcional completa de um dos pés	R\$ 6.750,00	R\$ 5.062,50	R\$ 3.375,00	R\$ 1.687,50	R\$ 675,00
Perda auditiva total bilateral (surdez completa) ou da fonação (mudez completa) ou da visão de um olho					
Perda completa da mobilidade de um dos ombros, cotovelos, punhos ou dedo polegar	R\$ 3.375,00	R\$ 2.531,25	R\$ 1.687,50	R\$ 843,75	R\$ 337,50
Perda completa da mobilidade de um quadril, joelho ou tornozelo					
Perda completa da mobilidade de um segmento da coluna vertebral exceto o sacral					
Perda anatômica e/ou funcional completa de qualquer um dentre os outros dedos da mão	R\$ 1.350,00	R\$ 1.012,50	R\$ 675,00	R\$ 337,50	R\$ 135,00
Perda anatômica e/ou funcional completa de qualquer um dos dedos do pé					
Perda integral (retirada cirúrgica) do baço					



SUBSTABELECIMENTO

JOÃO ALVES BARBOSA FILHO, brasileiro, casado, advogado inscrito na OAB/CE 27.954-A, **JOÃO PAULO RIBEIRO MARTINS**, brasileiro, solteiro, advogado, inscrito na OAB/ RJ sob o nº 144.819; **JOSELAINE MAURA DE SOUZA FIGUEIREDO**, brasileira, casada, advogada, inscrita na OAB/ RJ sob o nº 140.522; **FERNANDO DE FREITAS BARBOSA**, brasileiro, casado, advogado inscrito na OAB/ RJ sob o n.º 152.629 substabelecem, com reserva de iguais, na pessoa do advogado **SUELIO MOREIRA TORRES**, inscrito na **15477 - OAB/PB** os poderes que lhes foram conferidos por **SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A**, nos autos de Ação de Cobrança de Seguro DPVAT, que lhe move **ELIEUDA FERNANDES DA COSTA**, em curso perante a **3ª VARA CÍVEL** da comarca de **POMBAL**, nos autos do Processo nº 08014473920188150301.

Rio de Janeiro, 5 de novembro de 2019.



JOÃO ALVES BARBOSA FILHO - OAB/PB 4246-A

FERNANDO DE FREITAS BARBOSA - OAB RJ 152.629

JOSELAINE MAURA DE SOUZA FIGUEIREDO- OAB RJ 140.522

JOAO PAULO RIBEIRO MARTINS - OAB RJ 144.819

Rua São José, 90, 8º andar, Centro, Rio de Janeiro/RJ – CEP: 20010-020
www.joaobarbosaadvass.com.br



DADOS DO PROCESSO

NÚMERO DO PROCESSO 08014473920188150301		UF PB	COMARCA Pombal
FORO Não aplicado		VARA 3 - Vara Cível	
DATA DA DISTRIBUIÇÃO 31/10/2019	DATA DA CITAÇÃO 30/10/2019	DATA DA AUDIÊNCIA 26/11/2019	DATA DO SUBSTABELECIMENTO
NOME DO AUTOR ELIEUDA FERNANDES DA COSTA			CPF DO AUTOR 06023178430
ADVOGADO JAQUES RAMOS WANDERLEY			OAB/UF 11984-PB
PATROCÍNIO JOAO BARBOSA			
STATUS DA PASTA ATIVA	STATUS ALTERADO EM 31/10/2019		INDÍCIO DE IRREGULARIDADE NÃO

ARQUIVOS DO PROCESSO

TIPO DOCUMENTO	DATA INCLUSÃO	PRAZO / DIA	LIMITE INCLUSAO
Citação	31/10/2019 17:57:56	3 / DENTRO	05/11/2019
Inicial	01/11/2019 13:28:27	8 / DENTRO	12/11/2019
Boletim de Ocorrência	01/11/2019 13:28:35	/	
Parecer Informativo NSJ	08/11/2019 16:35:16	/	

COMPLEMENTO DOS DADOS DO PROCESSO

TIPO DE PEDIDO Invalidez	VALOR DO PEDIDO R\$ 13.500,00
-----------------------------	----------------------------------

ENVOLVIDOS CADASTRADOS

NOME	CNPJ/CPF	PAPEL	PASTAS VINCULADAS	SEGURADORA CONSORCIADA	CÓDIGO SEGURADORA
ELIEUDA FERNANDES DA COSTA	06023178430	Autor/Representante Legal	1		
ELIEUDA FERNANDES DA COSTA	06023178430	Vítima	1		
JAQUES RAMOS WANDERLEY	-	Advogado Adverso	439		
JOSE EMANUEL DA SILVA E SOUSA	-	Juiz	69		

SINISTRO ALVO

NOME DA VÍTIMA ELIEUDA FERNANDES DA COSTA		
CPF DA VÍTIMA 06023178430	DATA DE NASCIMENTO 19/08/1983	NATUREZA DO SINISTRO Invalidez
DATA DO SINISTRO 22/06/2016	UF PB	MUNICÍPIO Pombal
CATEGORIA DO VEÍCULO CiclomotorMotonetaMotocicletaTriciclo		



PARECER INFORMATIVO

Nº DA PASTA
2666097

NÚMERO DO SINISTRO 3190617876	DATA RECLAMAÇÃO 30/10/2019	VIA JUD
PEDIDO Invalidez	SITUAÇÃO	TRANSAÇÃO OCORRIDA EM -
MÉRITO	NATUREZA DO MOVIMENTO	VALOR PAGO R\$0,00
CPF BENEFICIÁRIO -	NOME DO BENEFICIÁRIO -	
NÚMERO DO SINISTRO 3170668565	DATA RECLAMAÇÃO 18/12/2017	VIA ADM
PEDIDO Invalidez	SITUAÇÃO Cancelado - Excluído	TRANSAÇÃO OCORRIDA EM -
MÉRITO -	NATUREZA DO MOVIMENTO Invalidez	VALOR PAGO R\$0,00
CPF BENEFICIÁRIO -	NOME DO BENEFICIÁRIO -	
DIAS ENTRE RECLAMAÇÃO ADM X CITAÇÃO JUD. 681	DATA DA RECLAMAÇÃO 18/12/2017	ATO DECLARATÓRIO? Sim
PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO CICERA DOS ANJOS MARIANO		
PLACA MNA-9638	CHASSI 9C2JC250WVR043014	MARCA/MODELO HONDA/CG 125
DT. VENC. SEGURO OBRIGATÓRIO 31/08/2016	DATA PAGAMENTO DO PRÊMIO	STATUS DO PRÊMIO
HOSPITAL DO BAM HOSPITAL REGIONAL DE POMBAL	DELEGACIA 1 DP POMBAL	BOLETIM DE OCORRÊNCIA? Sim
DINÂMICA DO ACIDENTE COLISÃO ENTRE DUAS MOTOCICLETAS		
LOCAL DO ACIDENTE RUA JOSÉ BEZERRA NETO, POMBAL, PB		
FALHA NA REGULAÇÃO? Não	MOTIVO DA FALHA	JUSTIFICATIVA DA FALHA
HÁ NEXO DE CASUALIDADE NOS DOCUMENTOS JUNTADOS PELA VÍTIMA? Sim		



EXCLUDENTES LEGAIS

PRESCRIÇÃO?	OBSERVAÇÃO PRESCRIÇÃO
NÃO	
LITISPENDÊNCIA?	OBSERVAÇÃO LITISPENDÊNCIA
NÃO	
COISA JULGADA?	OBSERVAÇÃO COISA JULGADA
NÃO	
SINISTROS	

OBSERVAÇÃO FINAL

INFORMAMOS QUE O SINISTRO ADMINISTRATIVO 3170668565 FOI CANCELADO POR INATIVIDADE - PENDÊNCIA DOCUMENTAL:

Sinistro

- Declaração de Inexistência de IML (Não conclusivo) - VIDE OBS;
- Comprovação de ato declaratório (Não conclusivo) - VIDE OBS;
- Declaração do Proprietário do Veículo (Não conclusivo) - VIDE OBS.

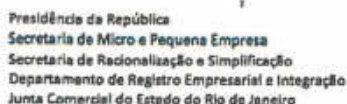
ELIEUDA FERNANDES DA COSTA

- Autorização de pagamento (Não conclusivo) - VIDE OBS;
- Comprovante de residência (Não conclusivo) - VIDE OBS

Observações: - ATO: DOCUMENTO COMPROBATÓRIO DEVE SER EMITIDO NA DATA DO ACIDENTE INFORMANDO O MOTIVO DO ATENDIMENTO MÉDICO (QUEDA DE MOTO, COLISÃO, ATROPELO E ETC), ASSINADO E CARIMBADO PELO PROFISSIONAL MÉDICO.

- DEC DE INEXISTÊNCIA DE IML:DOCUMENTO ENVIADO ESTÁ SEM A ASSINATURA DO DECLARANTE.
- DEC DO PROPRIETÁRIO:DOCUMENTO NÃO ENVIADO.
- AUT DE PAGAMENTO:DOCUMENTO NÃO ENVIADO.
- COMP DE RESIDENCIA:DOCUMENTO NÃO ENVIADO.





NIKE (DA SEDE OU DA FILIAL) QUANDO A SEDE FOR EM OUTRA UF

33.3.0028479-6

Types of Particles

Sociedade anônima

Boite Environnement

☐ Normal

MS An Denturist

00-2018/017153-4

26/01/2018 - 10:52:13

JUCERJA

Último Argumento

0000313101 - 18/12/2017

NWRE: 33.3.0028479-6

SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A

Soluto(s): 102595004

Hash: ECC52023-D73D-4232-8033-7CC9943DA9D8

Órgão	Calculado	Pago
Junta	570,00	570,00
DREI	21,00	21,00



REQUERIMIENTO


Ilmo Sr. Presidente da Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro

SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A

requer a v. sa o deferimento do seguinte ato:

[illegible]

Representante legal da empresa

Local	Nome:	
	Assinatura:	
	Telefone de contato:	
Data	E-mail:	
	Tipo de documento:	Híbrido
	Data de criação:	24/01/2018
	Data da 1ª entrada:	



00-2018/017153-4

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro

Empresa: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A

NIRE: 333.0028479-5 Protocolo: 00-2018/017153-4 Data do protocolo: 26/01/2018

CERTIFICO O ARQUIVAMENTO em 30/01/2018 SOB O NÚMERO 00003149058 e demais constantes do termo de autenticação.

Autenticação: PD69743867A48220CFDE4B56AFADE5ECF8FFD5CF68740F233E496AFDA80E1FB8

Para validar o documento acesse <http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital>, informe o nº de protocolo.

Page 2/13



JUCEFUTIA
JOURNAL OF THE
FUTURES SOCIETY



Assinado eletronicamente por: SUELIO MOREIRA TORRES - 19/11/2019 16:08:20

<http://pje.tjpb.jus.br:80/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=19111916081929200000025439230>

Número do documento: 19111916081929200000025439230

Num. 26335967 - Pág. 1

**SEGURADORA LÍDER DO CONSÓRCIO
DO SEGURO DPVAT S.A.**

NIRE nº. 33.3.0028479-6
CNPJ/MF nº. 09.248.608/0001-04

**ATA DA REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO
REALIZADA EM 14 DE DEZEMBRO DE 2017**

1. DATA, HORA E LOCAL: Aos 14 (quatorze) dias do mês de dezembro de 2017, às 10 horas, na Rua da Assembleia, nº 100 - 26º andar - Sala de Reunião do Conselho de Administração, na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro.

2. CONVOCAÇÃO: Os membros do Conselho de Administração foram convocados por correio eletrônico enviado em 07 de dezembro de 2017.

3. PRESENÇA: Presentes os conselheiros titulares: Roberto Barroso, Celso Damadi, Jabis de Mendonça Alexandre, Rosana Techima Salsano, Ivan Luiz Gontijo Júnior, Alfredo Lalia Neto, Marcelo Goldman, Bernardo Dieckmann, João Gilberto Possiede, Nicolás Jesus Di Salvo, Paulo de Oliveira Medeiros, João Carlos Cardoso Botelho, Fernando Rodrigues Azevedo e Paulo Augusto Freitas de Souza, conforme assinaturas constantes do Livro de Presença de Conselheiros da Companhia. Presentes, ainda, os conselheiros suplentes Leonardo F. Semenovitch, Sidney Aparecido Pariz, Anderson Fernandes Peixoto e Maurício Bernardes, que, por força da presença dos respectivos Conselheiros titulares, atenderam à reunião sem direito a voto nas matérias da ordem do dia, conforme assinaturas constantes do Livro de Presença de Conselheiros da Companhia.

4. MESA: Presidente: Roberto Barroso; Secretária: Isabella Maria Azevedo da Cunha.

5. ORDEM DO DIA: deliberar sobre:

- (i) reeleição de Diretores Estatutários; e
- (ii) eleição de membro para o Comitê de Auditoria.

6. DELIBERAÇÕES: Iniciados os trabalhos pelo item (i) da ordem do dia, os membros do Conselho de Administração deliberaram, por unanimidade, reeleger para um mandato de 01 (um) ano os seguintes membros da Diretoria da Companhia: (a) **JOSÉ ISMAR ALVES TÔRRES**, brasileiro, casado, securitário, inscrito no CPF/MF sob o nº 186.088.769-49 e titular da carteira de identidade nº 2.237.060, expedido pela SSP-DF, residente e domiciliado na Cidade do Rio de Janeiro, no Estado do Rio de Janeiro, para o cargo de Diretor Presidente da Companhia; (b) **HELIO BITTON RODRIGUES**, brasileiro, solteiro, advogado, titular do documento de identidade nº 07.395.050-3, expedido pelo DETRAN-RJ, inscrito no CPF/MF sob o nº 990.536.407-20, residente e domiciliado na Cidade do Rio de Janeiro, no Estado do Rio de Janeiro, para o cargo de Diretor sem designação específica da

Ata da Reunião do Conselho de Administração da Seguradora Líder do Consórcio do Seguro DPVAT S.A. realizada em 14 de dezembro de 2017, às 10 horas
Página 1 de 3

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro

Empresa: SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S/A

NIRE: 333.0028479-6 Protocolo: 00-2018/017153-4 Data do protocolo: 26/01/2018

CERTIFICO O ARQUIVAMENTO em 30/01/2018 SOB O NÚMERO 00003149059 e demais constantes do termo de autenticação.

Autenticação: FD6974386FA48220CFDE4B56AFAD5ECP8FFD5CF68740F233E496AFDA80E1F88

Para validar o documento acesse <http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital>, informe o nº de protocolo. Pág. 3/13



Companhia; e (c) **CRISTIANE FERREIRA DA SILVA**, brasileira, solteira, securitária, titular do documento de identidade nº 16.482.014-0, expedido pela SSP-SP, inscrita no CPF/MF sob o nº 060.179.048-09, residente e domiciliado na Cidade do Rio de Janeiro, no Estado do Rio de Janeiro, para o cargo de Diretora sem designação específica. A posse dos diretores ora eleitos dar-se-á mediante assinatura do respectivo termo no livro de atas da Diretoria Executiva da Companhia, permanecendo nos respectivos cargos até a investidura dos seus sucessores. Os Diretores ora eleitos aceitaram e declararam, sob as penas da lei, que não estão impedidos de exercer o comércio ou a administração de sociedade mercantis em virtude de condenação criminal, tampouco estão impedidos, por lei especial, ou condenados por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, contra a economia popular, a fé pública ou a propriedade, ou a pena criminal que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos, não estando incurso em quaisquer dos crimes previstos em lei ou nas restrições legais que possam impedi-los de exercer atividades mercantis, em desacordo com o disposto no art. 37, inciso II, da Lei nº. 8.934, 18 de dezembro de 1994 e no art. 147 da Lei nº. 6.404, de 15 de dezembro de 1976, ciente de que qualquer declaração falsa importará em responsabilidade criminal. Os membros do Conselho de Administração deliberaram, por unanimidade, retirar o item (ii) da ordem do dia de pauta. Em decorrência do item (i) da ordem do dia, os membros do Conselho de Administração deliberaram, por unanimidade, rerratificar as funções específicas perante à SUSEP atribuídas aos membros da Diretoria Executiva, conforme segue. Deixa-se de atribuir as funções de que tratam os itens 1.2.1.5, 1.2.1.6, e 1.2.1.7, da Carta Circular nº 1/2016/Susep-Cgrat, tendo em vista inexistirem as referidas atividades na Companhia:

N	MEMBRO	RCA	MANDATO	FUNÇÃO ESPECÍFICAS PERANTE À SUSEP
1	José Ismar Alves Tôrres	14.12.2017	13.12.2018	Diretor Presidente
2	Helio Bitton Rodrigues	14.12.2017	13.12.2018	sem função específica
3	Cristiane Ferreira da Silva	14.12.2017	13.12.2018	Diretor responsável técnico (Circular SUSEP nº 234/03 e Resolução CNSP nº 321/15) (executiva ou operacional)
4	Milton Bellizia	15.02.2017	14.02.2018	Diretor responsável pelas relações com a SUSEP (executiva ou operacional)
				Diretor responsável administrativo-financeiro (executiva ou operacional)
				Diretor responsável pelo acompanhamento, supervisão e cumprimento das normas e procedimentos de contabilidade (executiva ou operacional)
5	Andrea Louise Ruano Ribeiro	15.02.2017	14.02.2018	Diretor responsável pelo cumprimento do disposto na Lei nº 9.613, de 3 de março de 1998 (Circulares SUSEP nº 234/03 e 445/12) (fiscalização ou controle)
				Diretor responsável pelos controles internos (fiscalização ou controle)
				Diretor responsável pelos controles internos específicos para a prevenção contra fraudes (fiscalização ou controle)

Ata da Reunião do Conselho de Administração da Seguradora Líder do Consórcio do Seguro DPVAT S.A. realizada em 14 de dezembro de 2017, às 10 horas
Página 2 de 3

Handwritten signatures



7. ENCERRAMENTO, LAVRATURA, APROVAÇÃO E ASSINATURA DA ATA: Nada mais a ser tratado, foi encerrada a reunião e lavrada a presente ata em forma de sumário dos fatos ocorridos e que, após lida e achada correta, foi aprovada e assinada por todos os conselheiros presentes.

8. ASSINATURAS: A presente ata foi assinada por: Roberto Barroso – Presidente (ass.), Isabella Maria Azevedo da Cunha – Secretária (ass.), Celso Damadi, Jabis de Mendonça Alexandre (ass.), Rosana Techima Salsano (ass.), Ivan Luiz Gontijo Junior (ass.), Alfredo Lalia Neto (ass.), Marcelo Goldman (ass.), Bernardo Dieckmann (ass.), João Gilberto Possiede (ass.), Nicolás Jesus Di Salvo (ass.), Paulo de Oliveira Medeiros (ass.), João Carlos Cardoso Botelho, Fernando Rodrigues Azevedo (ass.) e Paulo Augusto Freitas de Souza (ass.).

Certifico que a presente é cópia fiel da Ata original lavrada no Livro de Atas do Conselho de Administração da Companhia.

Rio de Janeiro, 14 de dezembro de 2017


Roberto Barroso
Presidente


Isabella Maria Azevedo da Cunha
Secretária

Ata da Reunião do Conselho de Administração da Seguradora Líder do Consórcio do Seguro DPVAT S.A. realizada em 14 de dezembro de 2017, às 10 horas
Página 3 de 3

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A
NIRE: 333.0028479-6 Protocolo: 00-2018/017153-4 Data do protocolo: 26/01/2018
CERTIFICADO O ARQUIVAMENTO em 30/01/2018 SOB O NÚMERO 00003149059 e demais constantes do termo de autenticação.
Autenticação: FD6974386FA48220CFDE4856AFAD5ECF8FFD5CF68740F233E496AFDA80E1FB8
Para validar o documento acesse <http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital>, informe o nº de protocolo. Pág. 5/13



SEGURADORA LÍDER DO CONSÓRCIO
DO SEGURO DPVAT S.A.
NIRE nº. 33.3.0028479-6
CNPJ/MF nº. 09.248.608/0001-04

LIVRO DE ATAS DE REUNIÃO DA DIRETORIA EXECUTIVA

TERMO DE POSSE

JOSÉ ISMAR ALVES TÔRRES, brasileiro, casado, securitário, inscrito no CPF/MF sob o nº 186.088.769-49 e titular da carteira de identidade nº 2.237.060, expedido pela SSP-DF, residente e domiciliado na Rua Presidente Alfonso Lopes, nº 25, apto 402 – Lagoa, Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro – CEP: 22071-050, eleito como membro da Diretoria Executiva da Seguradora Líder do Consórcio do Seguro DPVAT S.A. ("Companhia") na Reunião do Conselho de Administração realizada no dia 14 de dezembro de 2017, é investido no cargo para o qual foi eleito mediante assinatura do presente termo, em conformidade com a Lei nº 6.404/1976, com prazo de mandato de 01 (um) ano. O membro da Diretoria Executiva ora investido, nos termos do art. 147 da Lei nº 6.404/76, declara, sob as penas da lei, que: (i) não está impedido por lei especial, ou condenado por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, contra a economia popular, a fé pública ou a propriedade, ou a pena criminal que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; (ii) possui reputação ilibada; (iii) preenche os requisitos estabelecidos na legislação em vigor para o exercício do cargo para o qual foi eleito; e (iv) não ocupa cargo em sociedade que possa ser considerada concorrente no mercado da Companhia, e não tem, nem representa, interesse conflitante com o da Companhia. Por fim, nos termos do art. 149, § 2º da Lei nº 6.404/1976, declara que receberá as citações e intimações em processos administrativos e judiciais relativos a atos de sua gestão na Rua Senador Dantas, nº 74 - 5º, 6º, 9º, 14º e 15º andares, Centro, Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro.

Rio de Janeiro, 14 de dezembro de 2017


JOSE ISMAR ALVES TORRES

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro	
Empresa: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A	
NIRE: 333.0028479-6 Protocolo: 00-2018/017153-4 Data do protocolo: 26/01/2018	
CERTIFICO O ARQUIVAMENTO em 30/01/2018 SOB O NÚMERO 00003149059 e demais constantes do termo de autenticação.	
Autenticação: FD6974386FA48220CFDE4B56A7ADE5ECF8FFD5CF68740F233E496AFDA80E1FB8	
Para validar o documento acesse http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital , informe o nº de protocolo. Pag. 8/13	



SEGURADORA LÍDER DO CONSÓRCIO
DO SEGURO DPVAT S.A.
NIRE nº. 33.3.0028479-6
CNPJ/MF nº. 09.248.608/0001-04

LIVRO DE ATAS DE REUNIÃO DA DIRETORIA EXECUTIVA

TERMO DE POSSE

HÉLIO BITTON RODRIGUES, brasileiro, solteiro, advogado, titular do documento de identidade nº 07.395.050-3, expedido pelo DETRAN-RJ, inscrito no CPF/MF sob o nº 990.536.407-20, residente e domiciliado na Rua Visconde de Pirajá, 228, apto 203, Ipanema, Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro – CEP: 22410-000, eleito como membro da Diretoria Executiva da Seguradora Líder do Consórcio do Seguro DPVAT S.A. ("Companhia") na Reunião do Conselho de Administração realizada no dia 14 de dezembro de 2017, é investido no cargo para o qual foi eleito mediante assinatura do presente termo, em conformidade com a Lei nº 6.404/1976, com prazo de mandato de 01 (um) ano. O membro da Diretoria Executiva ora investido, nos termos do art. 147 da Lei nº 6.404/76, declara, sob as penas da lei, que: (i) não está impedido por lei especial, ou condenado por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, contra a economia popular, a fé pública ou a propriedade, ou a pena criminal que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; (ii) possui reputação ilibada; (iii) preenche os requisitos estabelecidos na legislação em vigor para o exercício do cargo para o qual foi eleito; e (iv) não ocupa cargo em sociedade que possa ser considerada concorrente no mercado da Companhia, e não tem, nem representa, interesse conflitante com o da Companhia. Por fim, nos termos do art. 149, § 2º da Lei nº 6.404/1976, declara que receberá as citações e intimações em processos administrativos e judiciais relativos a atos de sua gestão na Rua Senador Dantas, nº 74 - 5º, 6º, 9º, 14º e 15º andares, Centro, Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro.

Rio de Janeiro, 14 de dezembro de 2017


HÉLIO BITTON RODRIGUES

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A
NIRE: 333.0028479-6 Protocolo: 60-2018/017153-4 Data do protocolo: 26/01/2018
CERTIFICO O ARQUIVAMENTO em 30/01/2018 SOB O NÚMERO 00003149059 e demais constantes do termo de autenticação.
Autenticação: FD6974386FA48220CFDE4B56AFAD5ECF8FFD5CF68740F233E496AFDA30E1FB8
Para validar o documento acesse <http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital>, informe o nº de protocolo. Pág. 10/13





PORTARIA Nº 755, DE 21 DE JANEIRO DE 2018

O DIRETOR SUBSTITUTO DE ORGANIZAÇÃO DO SISTEMA DE SEGUROS PRIVADOS DA SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS - SUSP, no uso da competência delegada pelo Superintendente da Susp, por meio da Portaria n.º 6.323, de 20 de maio de 2016, tendo em vista a disponibilidade na alínea a do artigo 34 da Diretoria-Lei n.º 73, de 21 de novembro de 1966 e a que trata do processo Susp 13414/619783/2017-46, resolve:

Art. 1º Aprovar as seguintes deliberações tomadas pelas assembleias de ALTA SEGURADORA S.A. - MICROSEGURADORA, CNPJ n.º 31.094.711/0001-48, com sede no estado do Rio de Janeiro - RJ, na assembleia geral extraordinária realizada em 30 de junho de 2017.

I - Aumento do capital social em R\$ 400.168,00, elevando-o para R\$ 3.155.593,91, dividido em 179.246.992 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal; e

II - Reforma do estatuto social.

Art. 2º Registre-se a presente Portaria no Diário Oficial da União e a cópia desta Portaria deverá ser integralizada até 30 de junho de 2018.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PAULO DOS SANTOS

PORTARIA Nº 756, DE 22 DE JANEIRO DE 2018

O DIRETOR SUBSTITUTO DE ORGANIZAÇÃO DO SISTEMA DE SEGUROS PRIVADOS DA SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS - SUSP, no uso da competência delegada pelo Superintendente da Susp, por meio da Portaria n.º 6.323, de 20 de maio de 2016, tendo em vista a disponibilidade na alínea a do artigo 34 da Diretoria-Lei n.º 73, de 21 de novembro de 1966 e a que trata do processo Susp 13414/619783/2017-46, resolve:

Art. 1º Aprovar a eleição de administradores de SEGURADORA LIDER DO CONSORCIO DO SEGURO DPVAT S.A., CNPJ n.º 09.348.608/0001-04, com sede no estado do Rio de Janeiro - RJ, conforme deliberado na reunião do conselho de administração realizada em 14 de dezembro de 2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PAULO DOS SANTOS

PORTARIA Nº 757, DE 23 DE JANEIRO DE 2018

O DIRETOR SUBSTITUTO DE ORGANIZAÇÃO DO SISTEMA DE SEGUROS PRIVADOS DA SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS - SUSP, no uso da competência delegada pelo Superintendente da Susp, por meio da Portaria n.º 6.323, de 20 de maio de 2016, tendo em vista a disponibilidade na alínea a do artigo 34 da Diretoria-Lei n.º 73, de 21 de novembro de 1966, e a que trata do processo Susp 13414/619783/2017-46, resolve:

Art. 1º Aprovar a eleição de membros do comitê de auditoria de IRB BRASIL RESEGUROS S.A., CNPJ n.º 33.356.988/0001-01, com sede no estado do Rio de Janeiro - RJ, conforme deliberado na reunião do conselho de administração realizada em 24 de maio de 2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PAULO DOS SANTOS

RTIFICACÃO

No artigo 1º da Portaria Susp/Direg n.º 721, de 2 de janeiro de 2018, publicada no Diário Oficial da União, de 3 de janeiro de 2018, página 168, onde se lê: "... na reunião do conselho de administração realizada em 1º de novembro de 2017", leia-se: "... na assembleia geral extraordinária realizada em 1º de novembro de 2017".

Ministério da Indústria,
Comércio Exterior e ServiçosINSTITUTO NACIONAL DE METROLOGIA,
QUALIDADE E TECNOLOGIA

PORTARIA Nº 38, DE 19 DE JANEIRO DE 2018

O PRESIDENTE DO INSTITUTO NACIONAL DE METROLOGIA, QUALIDADE E TECNOLOGIA - INMETRO, no uso de suas atribuições, conferidas no § 3º do art. 4º da Lei n.º 5.046, de 11 de dezembro de 1973, nos incisos I e IV do art. 3º da Lei n.º 8.033, de 20 de dezembro de 1999, e no inciso V do art. 18 da Portaria Regional da Autarquia, aprovada pelo Decreto n.º 3.175, de 28 de novembro de 2003.

Considerando o Decreto Federal n.º 96.044, de 18 de maio de 1998, que aprova o Regulamento para o Transporte Rodoviário de Produtos Perigosos;

Considerando a Portaria Inmetro n.º 16, de 14 de janeiro de 2016, que aprova os Requisitos de Avaliação da Conformidade para Tanques de Carga Rodoviária Designados ao Transporte de Produtos Perigosos, publicada no Diário Oficial da União de 15 de janeiro de 2016, seção 01, página 46;

Considerando que o Inmetro, no âmbito de sua competência, tem a responsabilidade de emitir o Certificado de Inspeção para o Transporte de Produtos Perigosos (CIPP) pelo novo Certificado para o Transporte de Produtos Perigosos (CIPP), aplicável somente à modalidade de construção de tanques de carga rodoviários;

Considerando a necessidade de ajustes dos Requisitos de Avaliação da Conformidade aprovados pela Portaria Inmetro n.º 16/2016, resolve:

Art. 1º Ficam aprovados os ajustes dos Requisitos de Avaliação da Conformidade para Tanques de Carga Rodoviária Designados ao Transporte de Produtos Perigosos, publicados pela Portaria Inmetro n.º 16, de 14 de janeiro de 2016, conforme disposto no Anexo desta Portaria, disponibilizado no site www.inmetro.gov.br.

Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia - Inmetro.

Diretoria de Avaliação da Conformidade - Decof
Rua Santa Alvorada, nº 416 - 3º andar - Rio Comprido

Cep 20.261-322 - Rio de Janeiro - RJ

Art. 2º Ficam abreviados os Anexos A e D da Portaria Inmetro n.º 16/2016 pelos Anexos A e D anexos a esta Portaria.

Art. 3º Ficam incluídos na Portaria Inmetro n.º 16/2016 os Anexos E e G anexos a esta Portaria.

Art. 4º Ficam incluídos, no art. 4º da Portaria Inmetro n.º 16/2016, os seguintes parágrafos:

SECRETARIA DE COMÉRCIO EXTERIOR

CIRCULAR Nº 4, DE 23 DE JANEIRO DE 2018

O SECRETÁRIO DE COMÉRCIO EXTERIOR, SUBSTITUTO DO MINISTÉRIO DA INDÚSTRIA, COMÉRCIO EXTERIOR E SERVIÇOS, no uso de suas atribuições, torna públicas, conforme o controle de acesso, as propostas de modificação da Normativa Conjunta do MERCOSUL - NCM e da Tarifa Externa Comum em análise pela Departamento de Negociação Internacional (DENI), que o objetivo de colher subsídios para definição de posicionamento do governo brasileiro no âmbito da coordenação do Comitê Técnico n.º 1, de Tarifas, Nomenclatura e Classificação de Mercadorias, do Mercosul (CT-1).

1. Manifestações sobre as propostas deverão ser dirigidas ao DENI por meio do Protocolo-Geral do Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços, situado na Esplanada dos Ministérios, Bloco "J", Térreo, CEP 20033-900, Brasília (DF). As manifestações deverão fazer referência ao número desta Circular e ser encaminhadas no prazo de 30 (trinta) dias, a contar da data da publicação desta Circular no Diário Oficial da União.

2. As informações relativas às propostas deverão ser encaminhadas mediante e-mail eletrônico, disponível na página do Ministério da Indústria, no endereço deni@mdic.gov.br, ou pelo correio eletrônico deni@mdic.gov.br, ou pelo correio físico, no endereço: Rua das Botafogues, 100, Bloco 100, 2º andar, Rio de Janeiro - RJ, CEP 22250-000.

3. O acompanhamento sobre a análise das propostas poderá ser realizado por meio do endereço eletrônico <http://www.mdic.gov.br/den> e pelo endereço de correio eletrônico deni@mdic.gov.br.

4. Caso haja, posteriormente, ajustes de texto realizados pelas reuniões em nomeação do CT-1, eventuais manifestações a respeito deverão ser encaminhadas a esta Secretaria mediante os procedimentos previstos nesta Circular.

RINALDO AGOSTINHO DA SILVA

ANEXO

SITUAÇÃO ATUAL	SITUAÇÃO PROPOSTA
2017.20.00	2017.20
Acidos poliacetilenicos ciclicos, ciclicos ou cíclohexínicos, seus análogos, halogenados, peróxidos e seus derivados	Acidos poliacetilenicos, ciclicos, ciclicos ou cíclohexínicos, seus análogos, halogenados, peróxidos e seus derivados
	2017.20.1
	Peróxidos, peróxidos e seus derivados
	2017.20.11
	Serres de ácidos poliacetilenicos ciclicos
	2017.20.15
	Ciclohexanato de óxido
	2017.20.16
	Outros
	1. Outros

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico <http://www.inmetro.gov.br/assinadigital>, pelo código 9001291512300014

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro

Empresa: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A

NIRE: 333.0028479-6 Protocolo: 00-2018/017153-4 Data do protocolo: 26/01/2018

CERTIFICADO DE ARQUIVAMENTO em 30/01/2018 SOB O NÚMERO 00003149059 e demais constantes do termo de autenticação.

Autenticação: FD69743867A8220CFDE4B56AFAD5ECF8FFD5CF68740F233E496AFDA80E1F88

Para validar o documento acesse <http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital>, informe o nº de protocolo. Pág. 6/13





4996507

ANEXO I À ATA DAS ASSEMBLEIAS GERAIS ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA DA SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S.A., REALIZADAS EM 17 DE MARÇO DE 2016

12/1

"SEGURADORA LÍDER DO CONSÓRCIO DO SEGURO DPVAT S.A.

ESTATUTO SOCIAL

CAPÍTULO I - DENOMINAÇÃO, SEDE, OBJETO E DURAÇÃO

Artigo 1º – A SEGURADORA LÍDER DO CONSÓRCIO DO SEGURO DPVAT S.A. (a "Companhia") é uma sociedade por ações, de capital fechado, que se rege por este Estatuto Social e pelas disposições legais que lhe forem aplicáveis.

Artigo 2º – A Companhia tem por objeto operar nos ramos de seguros de danos e de pessoas, podendo participar de consórcios como líder, como previsto na regulamentação do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP.

Artigo 3º – A Companhia tem sede na cidade de Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Rua Senador Dantas nº 74, 5º, 6º, 9º, 14 e 15 andares, podendo criar, modificar e encerrar, mediante decisão da Diretoria, filiais, agências, sucursais, escritórios e representações em qualquer localidade do País.

Artigo 4º – A Companhia terá prazo indeterminado de duração.

CAPÍTULO II - CAPITAL SOCIAL E AÇÕES

Artigo 5º – O capital social é de R\$ 15.000.000,00 (quinze milhões de reais), totalmente subscrito e integralizado, sendo dividido em 15.000.000 (quinze milhões) de ações ordinárias nominativas escriturais, sem valor nominal.

Parágrafo Primeiro – Cada ação ordinária confere a seu titular direito a um voto nas deliberações da Assembleia Geral.

Artigo 6º – Respeitadas as disposições legais aplicáveis, a Companhia poderá efetuar resgate total ou parcial de ações de qualquer espécie ou classe ou adquiri-las para mantê-las em Tesouraria, pelo valor patrimonial da ação do último balanço auditado, cabendo ao Conselho de Administração fixar as demais características da operação.

CAPÍTULO III – ASSEMBLEIA GERAL

ARTIGO 7º – A Assembleia Geral tem poderes para decidir todos os negócios relativos ao objeto da Companhia e tomar as resoluções que julgar convenientes à sua defesa e desenvolvimento, sempre por maioria absoluta de votos, excetuados os casos expressos em lei.

Anexo I à Ata das Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A., realizadas em 17 de março de 2016
Página 1 de 10


Bernardo F. S. Berwanger
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A
Nire: 33300284796
Protocolo: 0020163575185 - 27/09/2016
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 10/10/2016, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação: 4BF9A0C86883B2947C61B477D79BCBA11812475AE920B296B235403C7645C695
Arquivamento: 00002959803 - 11/10/2016





4996508

ARTIGO 8º - A Assembleia Geral reunir-se-á, ordinariamente, dentro dos 3 (três) primeiros meses após o encerramento do exercício social e, extraordinariamente, sempre que os interesses sociais assim o exigirem.

Parágrafo Primeiro - A Assembleia Geral será convocada na forma da lei. Independentemente das formalidades de convocação, também será considerada regular a Assembleia Geral a que comparecerem todos os acionistas.

Parágrafo Segundo - A mesa da Assembleia Geral será presidida por um acionista, diretor ou não, escolhido dentre os presentes por aclamação para dirigir os trabalhos, o qual poderá nomear até 2 (dois) secretários, que poderão ser acionistas ou não, para assessorá-lo a dirigir os trabalhos, manter a ordem, suspender, adiar e encerrar as reuniões e reduzir a termo o que foi deliberado, produzindo a competente ata.

Parágrafo Terceiro - Os representantes legais e os procuradores constituídos, para que possam comparecer às Assembleias, deverão fazer a entrega dos respectivos instrumentos de representação ou mandato na sede da Companhia, até 48 (quarenta e oito) horas antes da reunião acontecer.

Parágrafo Quarto - Ressalvadas as exceções previstas em lei, a Assembleia Geral instalar-se-á, em primeira convocação, com a presença de acionistas que representem, no mínimo, 1/4 (um quarto) do capital social com direito a voto, e em segunda convocação instalar-se-á com qualquer número.

Parágrafo Quinto - As decisões da Assembleia Geral serão formalizadas através de ata que deverá conter a transcrição das deliberações tomadas. Da ata tirar-se-ão certidões ou cópias autenticadas para os fins legais.

Parágrafo Sexto - Somente será aprovada a modificação do objeto social da Companhia com a aprovação de 2/3 (dois terços) das ações ordinárias.

CAPÍTULO IV - ADMINISTRAÇÃO DA COMPANHIA

ARTIGO 9º - A Companhia terá um Conselho de Administração e uma Diretoria Executiva.

Parágrafo Primeiro - Os Conselheiros e os Diretores serão investidos, após a aprovação de sua eleição pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, em seus cargos mediante assinatura do termo de posse no Livro de Atas do Conselho de Administração ou da Diretoria Executiva, conforme o caso.

Parágrafo Segundo - O prazo de gestão dos Conselheiros e dos Diretores estender-se-á até a investidura dos respectivos sucessores.

Parágrafo Terceiro - As atas das reuniões do Conselho de Administração e da Diretoria Executiva serão lavradas em livro próprio e serão assinadas pelos Conselheiros e pelos Diretores presentes, conforme o caso.

Anexo I à Ata das Assembleias Gerais Ordinárias e Extraordinárias da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A., realizadas em 17 de março de 2016
Página 2 de 10


Bernardo F. S. Berwanger
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A
Nire: 33300284796
Protocolo: 0020163575185 - 27/09/2016
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 10/10/2016, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação: 4BF9A0C86883B2947C81B477D79BCBA11812475AE9208296B235403C7645C695
Arquivamento: 00002959803 - 11/10/2016





4996509

Parágrafo Quarto – Os membros do Conselho de Administração e da Diretoria Executiva ficam dispensados de prestar caução como garantia de sua gestão.

Parágrafo Quinto – Caberá à Assembleia Geral fixar o montante global da remuneração dos Administradores, a qual será distribuída e destinada conforme deliberação do Conselho de Administração.

CAPÍTULO V - CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

ARTIGO 10 – A Companhia será administrada por um Conselho de Administração, composto por, no mínimo, 9 (nove) membros, e no máximo, 15 (quinze) membros, e igual número de suplentes, todos acionistas, residentes no País ou não, eleitos e destituíveis pela Assembleia Geral, e com mandato de 1 (um) ano, permitida a reeleição.

Parágrafo Primeiro - Os membros do Conselho de Administração terão as seguintes denominações: Conselheiro Presidente, Conselheiro Vice-Presidente e demais conselheiros sem designação específica.

Parágrafo Segundo – O membro do Conselho de Administração, que tiver ou representar interesse conflitante com a Companhia, não poderá ter acesso a informações nem participar e exercer o direito de voto nas deliberações do Conselho de Administração que configurem tal impedimento. Poderá, todavia, ser substituído por seu suplente, desde que este não esteja igualmente impedido.

Parágrafo Terceiro – O primeiro mandato dos membros do Conselho de Administração poderá ser superior a 1 (um) ano, se estendendo até a Assembleia Geral Ordinária que se realizar em 2009, referente ao exercício de 2008.

ARTIGO 11 – Eleito pela Assembleia Geral o Conselho de Administração, caberá a este a eleição do Presidente e do Vice-Presidente do Conselho, por maioria de votos. O Vice-Presidente substituirá o Presidente nas suas ausências e impedimentos temporários.

ARTIGO 12 – Na hipótese de ausências e impedimentos temporários de membro do Conselho de Administração, caberá ao seu suplente substituí-lo, e, no caso de vacância de cargo do Conselho de Administração, o conselheiro ausente será substituído por seu suplente até que seja eleito novo membro e seu respectivo suplente pela primeira Assembleia Geral.

ARTIGO 13 – Todas as deliberações do Conselho de Administração, feitas nas competentes reuniões e devidamente lavradas em atas, serão tomadas pela maioria de votos dos presentes.

Parágrafo Primeiro – O Presidente e Vice-Presidente do Conselho de Administração terão direito a voto, cabendo, ainda, ao Presidente em exercício, na hipótese de empate nas deliberações, o voto de desempate.

Parágrafo Segundo - Para que as reuniões do Conselho de Administração possam se instalar e validamente deliberar será necessário a presença da maioria de seus membros em exercício (titulares ou suplentes), desde que a reunião tenha sido regularmente

Anexo I à Ata das Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A., realizadas em 17 de março de 2016
Página 3 de 10


Bernardo F. S. Berwanger
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A
Nire: 33300284796
Protocolo: 0020163575185 - 27/09/2016
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 10/10/2016, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação: 4BF9A0C86883B2947C61B477D79BCBA11812475AE9208296B235403C7645C695
Arquivamento: 00002959803 - 11/10/2016



convocada.



4996510

Parágrafo Terceiro - Caberá ao Presidente do Conselho de Administração presidir as reuniões do aludido Conselho de Administração, e escolher o secretário da reunião, que poderá não ser membro do Conselho de Administração.

ARTIGO 14 - O Conselho de Administração reunir-se-á, ordinariamente, 1 (uma) vez por mês e, extraordinariamente, quando necessário, mediante convocação de seu Presidente ou, conjuntamente, por 3 (três) de seus membros.

Parágrafo Primeiro - Os membros da Diretoria Executiva participarão das reuniões do Conselho de Administração, quando convocados pelo Presidente do Conselho de Administração a pedido de qualquer de seus membros, para esclarecer sobre quaisquer assuntos de interesse da Companhia.

Parágrafo Segundo - As reuniões do Conselho de Administração deverão ser convocadas, por escrito, mediante carta, telegrama ou e-mail a cada um dos seus membros, e dos membros da Diretoria Executiva quando for o caso, com 5 (cinco) dias úteis de antecedência da data de sua realização. O local de realização das reuniões do Conselho de Administração deverá constar do competente anúncio de convocação, juntamente com o horário, a data de realização e a ordem do dia.

Parágrafo Terceiro - Independentemente das formalidades relativas à convocação, considerar-se-á regular a reunião a que comparecerem todos os membros titulares do Conselho de Administração ou seus suplentes, expressamente autorizados pelos respectivos titulares.

ARTIGO 15 - Compete ao Conselho de Administração, além das atribuições que lhe são conferidas por lei:

- a) convocar as Assembléias Gerais Ordinárias e Extraordinárias;
- b) fixar a orientação geral dos negócios da Companhia e aprovar as diretrizes políticas empresariais e objetivos básicos para todas as áreas principais da atuação da Companhia, bem como a sua política de investimentos financeiros;
- c) aprovar o orçamento anual, o plurianual e o planejamento estratégico da Companhia;
- d) eleger e destituir os Diretores da Companhia e fixar-lhes as atribuições através de um Regimento da Diretoria Executiva, bem como atribuir, dentro do montante global da remuneração fixada pela Assembleia Geral, os honorários mensais de cada um dos membros da Administração da Companhia;
- e) eleger, destituir e fixar a remuneração dos membros do Comitê de Auditoria da Companhia;
- f) fiscalizar a gestão dos Diretores, podendo examinar a qualquer tempo, os livros e papéis da Companhia e solicitar informações sobre quaisquer atos celebrados ou em vias de celebração pela Diretoria Executiva;

Anexo I à Ata das Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A., realizadas em 17 de março de 2016
Página 4 de 10

Bernardo P. S. Berwanger
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A
Nire: 33300284796
Protocolo: 0020163575185 - 27/09/2016
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 10/10/2016, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação: 4BF9A0C86883B2947C61B477D79BCBA11812475AE9208296B235403C7645C895
Arquivamento: 00002959803 - 11/10/2016





4996511

g) manifestar-se, previamente, sobre o relatório da Administração, as contas da Diretoria Executiva, as demonstrações financeiras do exercício e examinar os balancetes mensais;

h) por proposta da Diretoria Executiva, deliberar sobre a declaração de dividendos à conta de lucros apurados em balanços semestrais e submeter à Assembleia Geral a proposta de destinação do lucro líquido do exercício;

i) autorizar a celebração de qualquer operação ou negócio relevante (contratos, acordos, alianças estratégicas, parcerias, contratos de marketing, etc.), bem como contrato financeiro, de aquisição, de venda, de constituição de ônus reais e de locação cujo valor exceder o limite de alçada da Diretoria Executiva estabelecido pelo próprio Conselho de Administração;

j) autorizar a concessão de qualquer garantia, pela Companhia, qualquer que seja o montante, vedada a concessão de garantias para negócios estranhos aos interesses sociais;

k) a aprovação de qualquer transação para pôr término a litígio de valor superior ao limite de alçada da Diretoria Executiva estabelecido pelo próprio Conselho de Administração;

l) estabelecer, por proposta da Diretoria Executiva, critérios gerais de remuneração e a política de benefícios, diretos e indiretos, do quadro de funcionários;

m) decidir sobre a aquisição das próprias ações da companhia para cancelamento ou permanência em tesouraria e, neste último caso, deliberar sobre a sua eventual alienação, observadas as disposições legais aplicáveis;

n) nomear e destituir os auditores independentes da Companhia, analisando e homologando os resultados de seus trabalhos;

o) contribuir para o desenvolvimento de modelos, metodologias e processos de gestão, recomendando à Diretoria Executiva o alinhamento da companhia às melhores práticas, atuando como agente de modernização;

p) analisar e aprovar as propostas para novos investimentos em equipamentos, os compromissos de parcerias e associações e os assumidos com colaboradores;

q) definir diretrizes para o planejamento estratégico;

r) aprovar dotações orçamentárias para cada área e projetos, avaliando e aprovando os resultados a serem atingidos e seus ajustes;

s) manter-se devidamente atualizado sobre os riscos dos negócios;

t) aprovar a contratação de serviços de regulação e de liquidação de sinistros.

u) aprovar e fazer cumprir o Código de Ética da Companhia; e

v) resolver sobre os casos omissos no Estatuto Social e exercer outras atribuições que a

Anexo I à Ata das Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A., realizadas em 17 de março de 2016

Página 5 de 10


Bernardo F. S. Berwanger
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A
Nire: 33300284796
Protocolo: 0020163575185 - 27/09/2016
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 10/10/2016, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação: 4BF9A0C86883B2947C61B477D79BCBA11812475AE9208296B235403C7645C695
Arquivamento: 00002959803 - 11/10/2016





4996512

lei ou este Estatuto não confirmam a outro órgão da Companhia.

ARTIGO 16 – São atribuições específicas do Presidente do Conselho de Administração:

- a) fixar as datas para as reuniões ordinárias e convocar as reuniões extraordinárias do Conselho;
- b) presidir as reuniões e supervisionar os serviços administrativos do Conselho;
- c) dar o voto de qualidade em caso de empate, além de seu próprio voto; e
- d) zelar pela preservação do estatuto social, e pelo cumprimento das atribuições que cabem ao Conselho de Administração;

Parágrafo Único – Incumbe ao Vice-Presidente do Conselho de Administração substituir o Presidente durante as suas ausências ou impedimentos.

CAPÍTULO VI - COMITÊ DE AUDITORIA

ARTIGO 17 – A Companhia terá um Comitê de Auditoria.

ARTIGO 18 - O Comitê de Auditoria será composto por 3 (três) membros e se regerá, em todos os seus aspectos, pelo previsto na legislação do Conselho Nacional de Seguros Privados e da Superintendência de Seguros Privados.

Parágrafo único - Os membros do Comitê de Auditoria serão eleitos e destituíveis pelo Conselho de Administração, com mandato de até 1 (um ano), sendo permitida a sua reeleição na forma da legislação em vigor, e receberão, a título de remuneração, o estabelecido pelo Conselho de Administração.

CAPÍTULO VI – DIRETORIA EXECUTIVA

ARTIGO 19 - A Diretoria Executiva é o órgão de representação da Companhia, a quem compete praticar todos os atos de gestão dos negócios sociais e será composta pelo Diretor Presidente e por 4 (quatro) Diretores sem designação específica, dentre eles um responsável pelos controles internos e que terá as atribuições da Lei nº 9.613/98, outro que será o responsável técnico e responsável pela prevenção de fraudes, outro que será responsável pelo relacionamento com a SUSEP e, dentre eles, ainda, um diretor responsável administrativo-financeiro, que também será responsável pelo acompanhamento, supervisão e cumprimento das normas e procedimentos de contabilidade, tudo conforme o que dispõe a regulamentação em vigor, com as demais atribuições estabelecidas pelo Conselho de Administração da Companhia

Parágrafo Primeiro – Os Diretores serão eleitos e destituíveis pelo Conselho de Administração, com mandato de até 1 (um ano), sendo permitida a reeleição.

Parágrafo Segundo – Na hipótese das ausências e impedimentos dos Diretores caberá ao Diretor-Presidente indicar, entre os demais Diretores, o substituto, sendo atribuição do Conselho de Administração tomar as medidas necessárias em caso de ausência

Anexo I à Ata das Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A., realizadas em 17 de março de 2016
Página 6 de 10


Bernardo F. S. Derwanger
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A
Nire: 33300284796
Protocolo: 0020163575185 - 27/09/2016
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 10/10/2016, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação: 4BF9A0C86883B2947C61B477D79BCBA11812475AE9208296B235403C7645C695
Arquivamento: 00002959803 - 11/10/2016





4996513

temporária do Diretor-Presidente, bem como deliberar sobre o preenchimento da vaga em caso de vacância de qualquer um dos Diretores.

ARTIGO 20 – Cabe aos integrantes da Diretoria Executiva, em conjunto, supervisionar e controlar todos os assuntos da Companhia, de acordo com as diretrizes e políticas determinadas pelo Conselho de Administração e pela Assembleia Geral, competindo-lhe ainda:

- a) administrar os bens e serviços da Companhia;
- b) gerir as atividades da Companhia, obedecendo rigorosamente às diretrizes traçadas pelo Conselho de Administração e pela Assembleia Geral;
- c) zelar pelo fiel cumprimento do presente estatuto social;
- d) cumprir e fazer cumprir as deliberações do Conselho de Administração e da Assembleia Geral;
- e) elaborar e apresentar anualmente, ao Conselho de Administração, relatório circunstanciado de suas atividades, balanço e prestação de contas do exercício findo, bem como a sua compatibilidade com o planejamento estratégico e orçamento plurianual da Companhia;
- f) preparar e submeter ao Conselho de Administração o orçamento anual e o plurianual e o planejamento estratégico da Companhia;
- g) elaborar e escriturar o balanço e os livros contábeis referentes às demonstrações do exercício findo, para oportuna manifestação do Conselho de Administração e da Assembleia Geral;
- h) autorizar a celebração de qualquer operação ou negócio relevante (contratos, acordos, alianças estratégicas, parcerias, convênios), bem como contratos financeiros, de aquisição, de venda, de constituição de ônus reais e locação dentro da alçada estabelecida pelo Conselho de Administração;
- i) aprovar qualquer transação para pôr término a litígio dentro da alçada estabelecida pelo Conselho de Administração;
- j) admitir e dispensar o pessoal administrativo;
- h) representar a Companhia em juízo ou fora dele.

ARTIGO 21 - Compete ao Diretor Presidente, além de coordenar a ação dos Diretores e de dirigir as atividades relacionadas com o planejamento geral da Companhia:

- a) convocar e presidir as reuniões da Diretoria Executiva;
- b) executar a política, as diretrizes e as atividades de administração da Companhia, conforme especificado pelo Conselho de Administração e pela Assembleia Geral;

Anexo I à Ata das Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A., realizadas em 17 de março de 2016
Página 7 de 10


Bernardo F.S. Berwanger
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A
Nire: 33300284796
Protocolo: 0020163575185 - 27/09/2016
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 10/10/2016, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação: 4BF9A0C86883B2947C61B477D79BCBA11812475AE9208295B235403C7645C695
Arquivamento: 00002959803 - 11/10/2016





4996514

c) manter o Conselho de Administração informado sobre as atividades da Companhia, através da apresentação mensal de balancete econômico-financeiro e patrimonial da Companhia;

d) manter o Conselho de Administração informado sobre as atividades do Seguro DPVAT e o andamento de suas operações;

e) propor um código de ética para a Companhia, consistente com o código de ética aprovado pelo órgão de representação sindical superior das empresas de seguro;

f) avaliar periodicamente o desempenho dos Diretores, informando a sua conclusão ao Conselho de Administração;

g) delegar para qualquer um dos Diretores a execução das atribuições que estejam dentro de sua alçada; e

i) exercer outras funções que lhe forem cometidas pelo Conselho de Administração.

ARTIGO 22 – Como regra geral, a Companhia se obrigará validamente sempre que representada por:

a) dois Diretores;

b) qualquer Diretor em conjunto com um procurador;

c) dois procuradores com poderes especiais.

Parágrafo Primeiro – Na constituição de procuradores, observar-se-ão as seguintes regras:

a) todas as procurações serão outorgadas pelo Diretor Presidente, em conjunto com outro Diretor. Na ausência do Diretor-Presidente, as procurações serão outorgadas por dois Diretores em conjunto;

b) quando a procuração tiver por objeto a prática de atos que dependam de prévia autorização da Diretoria Executiva, a sua outorga ficará sujeita ao disposto no Parágrafo Segundo desta Cláusula.

Parágrafo Segundo – O prazo de mandato contido nas procurações outorgadas pela Companhia não poderá exceder o prazo de mandato da Diretoria Executiva, exceto para as procurações judiciais, que terão o prazo correspondente à duração da respectiva ação judicial ou, se inaplicável, prazo indeterminado.

CAPÍTULO VIII - CONSELHO FISCAL

ARTIGO 23 – A Companhia terá um Conselho Fiscal cujos deveres, competências e responsabilidades serão os definidos em lei.

Anexo I à Ata das Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A., realizadas em 17 de março de 2016

Página 8 de 10


Bernardo F. S. Berwanger
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A
Nire: 33300284796
Protocolo: 0020163575185 - 27/09/2016
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 10/10/2016, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação: 4BF9A0C88883B2947C61B477D798CBA11812475AE9208296B235403C7645C695
Arquivamento: 00002959803 - 11/10/2016





4996515

Parágrafo Primeiro – O Conselho Fiscal é composto por, no mínimo, 3 (três) e, no máximo, 5 (cinco) membros efetivos e igual número de suplentes, eleitos pela Assembleia Geral.

Parágrafo Segundo – O Conselho Fiscal poderá reunir-se, sempre que necessário, mediante convocação de qualquer de seus membros, lavrando-se em ata suas deliberações.

CAPÍTULO IX – EXERCÍCIO SOCIAL, DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E LUCROS

ARTIGO 24 – O exercício social terá início em 1º de janeiro e término em 31 de dezembro de cada ano. Ao término de cada exercício social serão elaboradas as demonstrações financeiras previstas em lei.

ARTIGO 25 – Em cada exercício, os acionistas terão direito a receber, a título de dividendos, um percentual do lucro líquido do exercício, obedecido o mínimo obrigatório de 25% sobre aquele lucro líquido, com os seguintes ajustes:

- a) o acréscimo das importâncias resultantes da reversão, no exercício, de reservas para contingências, anteriormente formadas;
- b) o decréscimo das importâncias destinadas, no exercício, à constituição da reserva legal e de reservas para contingências;
- c) sempre que o montante do dividendo mínimo obrigatório ultrapassar a parcela realizada do lucro líquido do exercício, a Diretoria Executiva poderá propor, e o Conselho de Administração e a Assembleia Geral aprovarem, destinar o excesso à constituição de reserva de lucros a realizar (artigo 197 da Lei nº 6.404/76, com a redação dada pela Lei nº 10.303/01).

ARTIGO 26 – A Companhia poderá levantar balanços semestrais, trimestrais ou mensais, bem como declarar dividendos à conta de lucros apurados nesses balanços. A Companhia poderá ainda declarar dividendos intermediários à conta de lucros acumulados ou de reservas de lucros existentes no último balanço anual ou semestral.

Parágrafo Único – Os dividendos distribuídos nos termos deste artigo poderão ser imputados ao dividendo obrigatório.

ARTIGO 27 – A Companhia poderá pagar ou creditar juros sobre o capital próprio.

Parágrafo Único – A remuneração paga nos termos deste artigo poderá ser imputada ao dividendo obrigatório.

CAPÍTULO X - LIQUIDAÇÃO

ARTIGO 28 – A Companhia entrará em liquidação nos casos previstos em lei, observadas as disposições contidas no artigo 68 e seguintes do Decreto nº 60.459, de 13

Anexo I à Ata das Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A., realizadas em 17 de março de 2016
Página 9 de 10


Bernardo F. S. Berwanger
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A
Nire: 33300284796
Protocolo: 0020183575185 - 27/09/2016
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 10/10/2016, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação: 48F9A0C86883B2947C61B477D79BCBA11812475AE9208296B235403C7645C695
Arquivamento: 00002959803 - 11/10/2016



de março de 1967.



4996516

XI – DISPOSIÇÕES GERAIS

ARTIGO 29 - É vedado à Companhia conceder financiamento ou garantias de qualquer espécie a terceiros, sob qualquer modalidade, para negócios estranhos aos interesses sociais da Companhia.

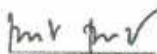
ARTIGO 30 - A Companhia observará todos os acordos de acionistas registrados na forma do artigo 118 da Lei nº 6.404/76, cabendo à administração abster-se de registrar as transferências de ações contrárias aos seus respectivos termos e cabendo ao Presidente da Assembleia Geral ou do Conselho de Administração, abster-se de computar os votos proferidos com infração dos mencionados acordos de acionistas.

ARTIGO 31 - A Companhia assegurará a seus administradores, dirigentes e conselheiros fiscais, presentes e passados, nos casos em que não houver incompatibilidade com os interesses da Companhia e na forma definida pela Diretoria Executiva a defesa em processos judiciais e administrativos contra eles instaurados pela prática de atos no exercício de cargo ou função na Companhia.

Parágrafo Único - Sem prejuízo para o disposto no caput, a Companhia manterá contrato de seguro de responsabilidade civil (seguro D&O) permanente em favor de seus administradores, dirigentes e conselheiros fiscais para resguardá-los de quaisquer atos ou fatos pelos quais eventualmente venham a ser responsabilizados, cobrindo todo o período de exercício de seus respectivos mandatos.

ARTIGO 32 - Fica eleito o foro da Comarca do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, para dirimir todas as questões oriundas deste Estatuto Social com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja."

Anexo I à Ata das Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A., realizadas em 17 de março de 2016
Página 10 de 10


Bernardo F. S. Benwanger
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A
Nire: 33300284796
Protocolo: 0020163575185 - 27/09/2016
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 10/10/2016, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação: 4BF9A0C86883B2947C61B477D79BCBA11812475AE9208296B235403C7645C695
Arquivamento: 00002958803 - 11/10/2016



PROCURAÇÃO

Pelo presente instrumento particular de procuração a **SEGURADORA LÍDER DO CONSÓRCIO DO SEGURO DPVAT S.A.**, empresa com sede na Rua Senador Dantas nº 74, 5º, 6º, 9º, 14º e 15º andares, parte, Centro, Rio de Janeiro - RJ, CEP 20031-205, inscrita no CNPJ/MF nº 09.248.608/0001-04, neste ato representada na forma de seu Estatuto Social, por seu Diretor Presidente, **JOSÉ ISMAR ALVES TÔRRES**, brasileiro, casado, securitário, CPF/MF nº 186.088.769-49, RG 2.237.060, SSP-Df, e por seu Diretor Jurídico, **HÉLIO BITTON RODRIGUES**, brasileiro, solteiro, advogado, CPF/MF nº 990.536.407-20 e OAB/RJ nº 71.709; nomeia e constitui seus bastantes procuradores, os advogados **MARISTELLA DE FARIAS MELO SANTOS**, brasileira, CPF/MF nº 082.587.197-26 e OAB/RJ nº 135.132; **THEREZINHA COIMBRA FRANÇA**, brasileira, CPF/MF nº 542.587.407-30 e OAB/RJ nº 62.420; **JORSON CARLOS SILVA DE OLIVEIRA**, brasileiro, CPF/MF nº 110.916.708-38 e OAB/SP nº 111.807; **ANA CAROLINA MARTINS GUIMARÃES DE SOUZA**, brasileira, CPF/MF nº 079.914.007-43 e OAB/RJ nº 111.545; **ANDRÉ SCHIESARI DE MIRANDA**, brasileiro, CPF/MF nº 012.941.857-99 e OAB/RJ nº 83.969; **FERNANDA JOSÉ DA SILVA FREIRE**, brasileira, CPF/MF nº 037.242.447-38 e OAB/RJ nº 161.160; **JULIO CEZAR DE AZEVEDO FARIA**, brasileiro, CPF/MF nº 532.246.397-68 e OAB/RJ nº 63.359; **LEILA MARCIA NOGUEIRA DA COSTA CAIRES**, brasileira, CPF/MF nº 034.062.507-42 e OAB/RJ nº 125.974; **PAULO LEITE DE FARIAS FILHO**, brasileiro, CPF/MF nº 029.186.977-70 e OAB/RJ nº 113.674; **JULIANA DANTAS BORGES**, brasileira, CPF/MF nº 055.255.997-08 e OAB/RJ nº 135.435; **DANIELA FERREIRA MENDES DE OLIVEIRA CASTRO**, brasileira, CPF/MF nº 088.398.387-75 e OAB/RJ nº 135.731; **DAVID SANTOS DA CRUZ**, brasileiro, CPF/MF nº 115.998.867-66 e OAB/RJ nº 174.217; todos com endereço profissional à Rua da Assembléia, nº 100, 26º andar, Centro, CEP 20011-904, no Município do Rio de Janeiro - RJ, conferindo os poderes da cláusula *Ad Judicia et Extra* para atuar no foro em geral, em qualquer Juízo, Instância, Tribunal e Órgãos de Proteção e Defesa do Consumidor, podendo firmar compromisso, transigir, desistir, acordar, discordar, assinar termos, atuar em processos físicos e eletrônicos, realizar cadastro e acessar sistemas digitais, nomear prepostos, bem como praticar todos os demais atos necessários e em direito admitidos ao fiel cumprimento do presente mandato, inclusive substabelecer no todo ou em parte, com reservas de poderes, tudo com o fim específico de promover a defesa dos interesses da Outorgante, autorizados, desde já, a receber, dar quitação e levantar o crédito proveniente de alvarás de pagamento, devendo todo e qualquer levantamento judicial ou em Instituições Financeiras, ser liberado mediante Documento de Ordem de Crédito (DOC) ou Transferência Eletrônica Disponível (TED), onde a OUTORGANTE figure, em conjunto ou isoladamente, como beneficiária do crédito, devendo a remessa dos recursos, em qualquer caso, ser feita através de depósito bancário, com identificação do depositante, no Banco do Brasil, Agência 1769-8, Conta nº 644000-2, em nome de SEGURADORA LÍDER DO CONSÓRCIO DO SEGURO DPVAT S.A, CNPJ/MF nº 09.248.608/0001-04, nos estritos ditames da Portaria SUSEP nº 34, de 02/08/2016, tendo prazo de validade indeterminado.

Rio de Janeiro, 05 de fevereiro de 2018.


JOSÉ ISMAR ALVES TÔRRES
DIRETOR PRESIDENTE


HÉLIO BITTON RODRIGUES
DIRETOR

17º Ofício de Notas DA CAPITAL	Tabelião: Carlos Alberto Firmo Oliveira	ADBZB690
Reconheço por AUTÊNTICAÇÃO as firmas de: HELIO BITTON RODRIGUES e JOSE ISMAR ALVES TORRES (X00000524453)	Rua do Carmo, 63 - Centro - Rio de Janeiro - RJ - Tel: 21037-5000	088674
Rio de Janeiro, 08 de fevereiro de 2018.	Conf. por: Serventia T. H. FUNDOS	CARTÓRIO 17º OFÍCIO DE NOTAS RJ
Em testemunho da verdade.	Total	Paula Cristina A. D. Gaspar
Paula Cristina A. D. Gaspar - Aut.		3.9% Escrevente
EDLP-56891 H01, EDLP-56892 H01		10796.48062 série 09077 ME
https://www3.tirri.jus.br/sitepublico		Aut. 20.5.3º Lei 8.936/94



SUBSTABELECIMENTO

Na qualidade de procurador da **SEGURADORA LIDER DO CONSÓRCIO DO SEGURO DPVAT S.A.**, empresa com sede na Rua Senador Dantas, nº 74 – 5º andar – Centro – RJ, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 09.248.608/0001-04, neste ato representado pelo **Dr. JORSON CARLOS SILVA DE OLIVEIRA**, brasileiro, solteiro, advogado, inscrito na Ordem dos Advogados do Brasil, Seção de São Paulo, sob o número 111.807 e no CPF/MF sob o nº 110.916.708-38, doravante denominada Outorgante, substabeleço, com reserva de iguais, nas pessoas dos **Drs. CARLOS EDUARDO DE SOUZA CABRAL**, brasileiro, casado, OAB/RJ 189.997; **FERNANDO DE FREITAS BARBOSA**, brasileiro, casado, OAB/RJ 152.629; **JOÃO ALVES BARBOSA FILHO**, brasileiro, casado, OAB/RJ 134.307; **JOÃO PAULO RIBEIRO MARTINS**, brasileiro, casado, OAB/RJ 144.819; **JOSELAINE MAURA DE SOUZA FIGUEIREDO**, brasileira, casada, OAB/RJ 140.522; **RAFAELLA BARBOSA PESSOA DE MELO MENEZES**, brasileira, casada, OAB/RJ 185.681; **TODOS INTEGRANTES DA SOCIEDADE DE ADVOGADOS DENOMINADA JOÃO BARBOSA ADVOGADOS ASSOCIADOS**, inscrita na OAB/RJ sob o nº 32.203/2005, com escritório situado na Rua São José, número 90, oitavo andar, CEP: 20010-901 Tel.: (21) 3265-5600, aos quais, independentemente de ordem ou nomeação, conferem plenos poderes para o foro em geral, com a cláusula *Ad Judicia*, em qualquer Juízo, Instância ou Tribunal, podendo propor contra quem de direito as ações e recursos competentes e defender a Outorgante nos contrários, usando de todos os recursos legais, podendo firmar compromisso, transigir, desistir, acordar, discordar, assinar termos, conciliar nos termos dos artigos 105 e seguintes do Código de Processo Civil, nomear prepostos para representá-la judicialmente, bem como praticar todos os demais atos necessários e em direito admitidos para o fiel cumprimento do presente mandato, inclusive substabelecer, tudo

Preocupada com o meio ambiente, a Seguradora Líder DPVAT utiliza papel reciclado e ajuda a preservar o futuro.



com o fim específico de promover a defesa dos interesses da Outorgante, ficando, desde já, **VEDADO** receber, dar quitação e levantar o crédito proveniente de alvarás de pagamento, em nome de qualquer pessoa física, devendo todo e qualquer levantamento, judicial ou em Instituições Financeiras, ser liberado mediante Documento de Ordem de Crédito (DOC) ou Transferência Eletrônica Disponível (TED), onde a OUTORGANTE figure, em conjunto ou isoladamente, como beneficiária do crédito, devendo a remessa dos recursos, em qualquer caso, ser feita através de depósito bancário, com identificação do depositante, no Banco do Brasil, Agência 1912-7, Conta nº 644000-2, em nome de SEGURADORA LÍDER DO CONSÓRCIO DO SEGURO DPVAT S/A, CNPJ/MF nº09. 248.608/0001-04 nos estritos ditames da Portaria SUSEP nº 34, de 02/08/2016.

Rio de Janeiro, 01 de abril de 2018.

JORSON CARLOS SILVA DE OLIVEIRA
OAB/SP 111.807



EM ANEXO





N° DA PARCELA		DATA DO DEPÓSITO	AGÊNCIA (PREF / DV)	N° DA CONTA JUDICIAL
0		19/11/2019	521	3100120282087
DATA DA GUIA	N° DA GUIA	N° DO PROCESSO	TRIBUNAL	TIPO DE JUSTIÇA
18/11/2019	2666097	08014473920188150301	TRIBUNAL DE JUSTICA	
COMARCA	ORGÃO/VARA	DEPOSITANTE	VALOR DO DEPÓSITO (R\$)	
POMBAL	3 VARA DA POMBAL	RÉU	200,00	
NOME DO RÉU/IMPETRADO		TIPO DE PESSOA	CPF / CNPJ	
		Jurídico		
NOME DO AUTOR / IMPETRANTE		TIPO DE PESSOA	CPF / CNPJ	
ELIEUDA FERNANDES DA COSTA		Física	06023178430	
AUTENTICAÇÃO ELETRÔNICA				
56AE552D0CB4265F				
CÓDIGO DE BARRAS				





EXMO. SR. DR. JUIZ DE DIREITO DA 3ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE POMBAL/PB

Processo: 08014473920188150301

SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A., previamente qualificada nos autos do processo em epígrafe, neste ato, representada por seus advogados que esta subscrevem, nos autos da **AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT**, que lhe promove **ELIEUDA FERNANDES DA COSTA**, em trâmite perante este Douto Juízo, vem respeitosamente, à presença de V. Exa., requerer que seja determinada a juntada do **RECIBO DE PAGAMENTO** em anexo, com fito de **comprovar o pagamento dos honorários do perito nomeado pelo Juízo**.

Termo em que,
Pede Juntada.

POMBAL, 21 de novembro de 2019.

JOÃO BARBOSA
OAB/PB 4246-A

SUELIO MOREIRA TORRES
15477 - OAB/PB



Segue em anexo Aviso de Recebimento.



02
AO CARTA DE CITAÇÃO E INTIMAÇÃO
ILMº.SR.

REPRESENTANTE LEGAL DA SEGURADORA
LIDER DOS CONSÓRCIOS
SEGURADORA LIDER DOS CONSÓRCIOS
RUA SENADOR DANTAS, 76, 3º ANDAR
BAIRRO CENTRO
RIO DE JANEIRO-RJ
C E P 20.031-201
CARTÓRIO DA 3ª VARA

0801447-39-2018.815.0301, 0801659-94-2017.815.0301
0800737-19-2018.815.0301, 0801632-77-2018.815.0301
0800443-64-2018.815.0301, 0800143-05-2018.815.0301
0800082-13-2019.815.0301, 0801248-80-2019.815.0301
REGISTRADO Nº. JU733363418BR

Nº DOCUMENTO DE IDENTIFICAÇÃO DO
RECEBEDOR / ÓRGÃO EXPEDIDOR

RUBRICA E MAT. DO EMPREGADO
SIGNATURE DE L'AGENT

EDMAR

8.318.067-2

CDD 1º MARÇO

ENDEREÇO PARA DEVOLUÇÃO NO VERSO / ADRESSE DE RETOUR DANS LE VERS

IS / PAYS
A DO ENVIO / NATURE DE L'ENVOI ORITÁRIA / PRIORITAIRE
S
GURADO / VALEUR DÉCLARÉ
CARIMBO DE ENTREGA UNIDADE DE DESTINO BUREAU DE DESTINATION

28 OUT 2019
RIO DE JANEIRO RJ



Assinado eletronicamente por: LUCIANA ELIAS DE ALENCAR - 03/12/2019 08:14:21

<http://pje.tjpb.jus.br:80/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=19120308142122100000025802206>

Número do documento: 19120308142122100000025802206



AVISO DE
RECEBIMENTO

AR

AVIS CN07

JU 73336341 8 BR

DATA DE POSTAGEM / DATE DE DÉPÔT

21/10/2019

TENTATIVAS DE ENTREGA / TENTATIVES DE LIVRAISON

UNIDADE DE POSTAGEM / BUREAU DE DÉPÔT

POMBAL-PB

PREENCHER COM LETRA DE FORMA

NOME OU RAZÃO SOCIAL DO REMETENTE / NOM OU RAISON SOCIALE DE L'EXPÉDITEUR

ENDERECO PARA
DEVOLUÇÃO
RETOUR

REMETENTE:

DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA 3ª VARA
COMARCA DE POMBAL-PB
EDIFÍCIO DO FÓRUM FRANCISCO NELSON DA NÓBREGA
RUA JOSÉ GUILHERMINO DE SANTANA Nº 414
BAIRRO PETRÓPOLIS
POMBAL-PB
C E P 58.840-000

UF

BRASIL
BRÉSIL



EM ANEXO TERMO DE AUDIÊNCIA





PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DA PARAÍBA
3ª VARA DA COMARCA DE POMBAL

PROCESSO Nº. 0801447-39.2018.8.15.0301

TERMO DE AUDIÊNCIA

Ao(s) 26 de novembro de 2019, às 11:49, na sala de audiências da 3ª Vara da Comarca de Pombal - PB, onde presente se encontrava:

PRESENTES

Juiz de Direito Dr. José Emanuel da Silva e Sousa;

Autora: Elieuda Fernandes da Costa;


Preposto: Maria Clea de Sousa Lima;

Advogada: Dra. Daniele de Sousa Rodrigues, OAB/PB-15.771;

AUSENTES

Advogado: Dr. Jaques Ramos Wanderley, OAB/PB-11.984;

RESUMO DOS ACONTECIMENTOS


Aberta a audiência: verificou-se a presença das partes. Concitada as partes acerca da proposta de conciliação não logou-se êxito posto que as partes desejaram o prosseguimento do feito. A parte promovida requereu a juntada da carta de preposição e substabelecimento. **Pelo MM. Juiz foi dito:** "Defiro o pedido acima, fica a seguradora intimada para efetuar o depósito dos honorários do perito, que arbitro em R\$ 200,00 (duzentos reais), no prazo de 15 dias, nos termos do Convênio 015/2014, firmado entre a Seguradora Líder e o Tribunal de Justiça. Ficando a parte autora intimada para impugnar a Contestação no prazo de 15 (quinze) dias, bem como, ficam as partes intimadas para falarem sobre o laudo pericial no mesmo prazo. **Após, façam-se os autos conclusos**". Nada mais havendo a tratar, mandou a MM Juíza encerrar este termo que, depois de lido e achado conforme, vai devidamente assinado. Eu, , Técnico Judiciário, o digitei e assino.

Dr. José Emanuel da Silva e Sousa

Juiz de Direito

Autora: *+ Elieuda Fernandes da Costa*

Preposto: *+ M^{te} Clea de Sousa Lima*

Advogada: 



PROCESSO Nº:

0801447-39.2018.8.15.0301

Rodolpho Dantas Mafaldo Pinto

Médico CRM-PB 8679

AVALIAÇÃO MÉDICA

PARA FINS DE BENEFÍCIO DO SEGURO DPVAT

(Art. 31º da Lei 11.945 de 04/06/2009 que altera a Lei 6.194 de 14/12/1994)

Nome completo:

Elisenda Fernandes da Costa

CPF:

060.231.784-30

Informações do acidente

Local:

R. José Bezerra Neto, Romãoal-PB

Data do Acidente:

22.06.16

Descrição do Acidente:

Colisão moto-moto.

Concordância com a realização da avaliação médica

Avaliação Médica

I) Há lesão cuja etiologia (origem causal) seja exclusivamente decorrente de acidente pessoal com veículo automotor de via terrestre?

(x) Sim () Não () Prejudicado

Só prosseguir em caso de resposta afirmativa.

II) Descrever o quadro clínico atual informando:

a) Qual(uais) região(regiões) corporal(is) encontra(m)-se acometida(s)?

Halux esquerdo

b) As alterações (disfunções) presentes no patrimônio físico da vítima, que sejam evolutivas e temporalmente compatíveis com o quadro documentado no primeiro atendimento médico hospitalar, considerando-se as medidas terapêuticas tomadas na fase aguda do trauma.

Sim, as lesões são compatíveis temporalmente e com o mecanismo de trauma relatados.

III) Há indicação de algum tratamento (em curso, prescrito, a ser prescrito), incluindo medidas de reabilitação?

() Sim (x) Não

Se SIM, descreva a(s) medida(s) terapêutica(s) indicada(s):

IV) Segundo o exame médico legal, pode-se afirmar que o quadro clínico cursa com:

a) () disfunções apenas temporárias

b) () dano anatômico e/ou funcional definitivo (sequelas)

Em caso de dano anatômico e/ou funcional definitivo informar as limitações físicas irreparáveis e definitivas presentes no patrimônio físico da vítima.

Permanente refere dor em halux e que o dedo ficou "curto"

V) Em virtude da evolução da lesão e/ou tratamento, faz-se necessário exame complementar?

() Sim, em que prazo:

(x) Não

Em caso de enquadramento na opção "a" do item IV ou de resposta afirmativa do item V, favor NÃO preencher os demais campos abaixo assinalados.





Rodolpho Dantas Mafalda Pinto
Médico CRM-PB 8679

VI) Segundo o previsto na Lei 11.945 de 04 de junho de 2009, favor promover a quantificação da(s) lesão(ões) permanente(s) que não seja(m) mais susceptíveis a tratamento como sendo gerador(es) de dano(s) anatômico(s) e/ou funcional(is) definitivo(s), especificando, segundo o anexo constante à Lei 11.945/09, o(s) segmento(s) corporal(is) acometido(s) e ainda segundo o previsto no instrumento legal, afirma a sua graduação:

Segmento corporal acometido:

a) () **Total**

(Dano anatômico e/ou funcional permanente que comprometa a íntegra do patrimônio físico e/ou mental da vítima)

b) () **Parcial**

(Dano anatômico e/ou funcional permanente que comprometa apenas parte do patrimônio físico e/ou mental da vítima).

Em se tratando de dano parcial informar se o dano é:

b.1 () **Parcial Completo.**

(Dano anatômico e/ou funcional permanente que comprometa de forma global algum seguimento corporal da vítima).

b.2 (x) **Parcial Incompleto.**

(Dano anatômico e/ou funcional permanente que comprometa apenas em parte a um (ou mais de um) seguimento corporal da vítima).

b.2.1 (x) Informar o grau de incapacidade definitiva da vítima, segundo o previsto na alínea II, § 1º do art. 3º da Lei 6.194/74 com relação introduzida pelo artigo 31 da Lei 11.945/2009, correlacionando o percentual ao seu respectivo dano, em cada segmento corporal acometido.

Segmento anatômico

Marque aqui o percentual

1º Lesão	_____	() 10% Residual () 25% Leve (x) 50% Média () 75% Intensa
2º Lesão	_____	() 10% Residual () 25% Leve () 50% Média () 75% Intensa
3º Lesão	_____	() 10% Residual () 25% Leve () 50% Média () 75% Intensa
4º Lesão	_____	() 10% Residual () 25% Leve () 50% Média () 75% Intensa

Observação: Havendo acordo mais de quatro sequelas permanentes a serem quantificadas, especifique a respectiva graduação de acordo com os critérios ao lado apresentado:

VII Quesitos das Partes

Quesitos do DPVAT:

1) A vítima já foi submetida aos tratamentos médicos capazes de minimizar o dano? É acometida de invalidez permanente?

Sim. Sim

2) Em caso de invalidez permanente, esta é decorrente do acidente narrado pela parte Autora na petição inicial ou oriunda de circunstância anterior?

Sim

3) Restando constatada a invalidez permanente, esta caracteriza-se como TOTAL e PARCIAL?

Parcial





Rodolpho Dantas Mafaldo Pinto
Médico CRM-PB 8679

- 4) Em sendo comprovada a invalidez permanente PARCIAL, é completa ou incompleta? Qual o grau apresentado?

lesão parcial incompleta média de
falha E.

Assessor conforme Pq 26057593

- ① Sim. Permanente
- ② Não
- ③ Semanas após a lesão
- ④ Sem tratamento no momento
- ⑤ Sem lesão prévia
- ⑥ Respondido anteriormente
- ⑦ \emptyset

Remissal 26.11.13

Rodolpho Dantas Mafaldo Pinto
Médico CRM-PB 8679

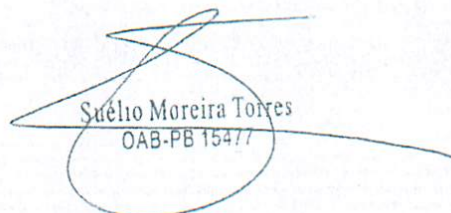


CARTA DE PREPOSTO

SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A, com sede na cidade do Rio de Janeiro, Rua Senador Dantas, 74, 5° andar, inscrita no CNPJ/MF sob o n° 09.248.608/001-04, pelo presente instrumento e na melhor forma de direito, nomeia e constitui como PREPOSTO (A) MA. CIVA DE SOUSA SILVA, brasileira, portadora do CPF n.º 080144735 1018850301 podendo a mesma responder nesta qualidade a todos os termos do Processo n.º 3. VE de Pombal que tramita no

JOÃO PESSOA-PB, 08 de janeiro de 2015.

SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A

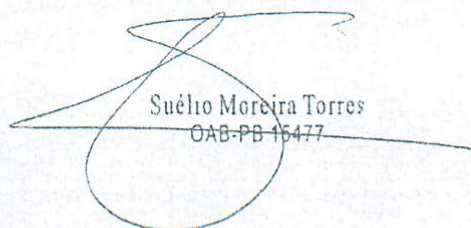

Suélio Moreira Torres
OAB-PB 15477



SUBSTABELECIMENTO

Pelo presente instrumento, substabeleço, com reservas de iguais para mim, na pessoa do Dr. Samuel de Souza Brito, inscrito na OAB/PB 1877, os poderes que me foram outorgados SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A nos autos da ação de cobrança nº _____ em tramitação no Cartório do _____ – PB movida por _____, vedado os poderes para receber intimações.

João Pessoa, 08 de janeiro de 2015.


Suélio Moreira Torres
OAB-PB 15477



EM ANEXO



Rio de Janeiro, 27 de Dezembro de 2017

Aos Cuidados de: **ELIEUDA FERNANDES DA COSTA**

Nº Sinistro: **3170668565**

Vítima: **ELIEUDA FERNANDES DA COSTA**

Data do Acidente: **22/06/2016**

Cobertura: **INVALIDEZ**

Assunto: AVISO DE SINISTRO

Senhor(a),

Informamos que o seu pedido de indenização foi cadastrado sob o **número de sinistro 3170668565**.

Esclarecemos que o valor para a cobertura de Invalidez Permanente é de **ATÉ R\$ 13.500,00**, apurado com base no grau da lesão permanente sofrida, conforme legislação vigente.

O prazo para análise do pedido de indenização é de **até 30 dias, a partir do recebimento pela seguradora de toda a documentação necessária**.

Sendo necessários documentos ou informações complementares, o prazo será interrompido. O prazo de 30 dias recomeça assim que a seguradora receber os documentos ou as informações complementares.

Qualquer dúvida, acesse o nosso site **www.seguradoralider.com.br** ou ligue para o **SAC DPVAT 0800 022 12 04**. Para pessoas com deficiência auditiva, ligue para **0800 022 12 06**. Tenha em mãos o número do sinistro e o CPF do beneficiário.

Atenciosamente,

Seguradora Líder-DPVAT

Carta nº 12155052

Pag. 00007/00008 - carta_01 - INVALIDEZ

00020004



Rio de Janeiro, 27 de Dezembro de 2017

Aos Cuidados de: **ELIEUDA FERNANDES DA COSTA**

Nº Sinistro: **3170668565**

Vítima: **ELIEUDA FERNANDES DA COSTA**

Data do Acidente: **22/06/2016**

Cobertura: **INVALIDEZ**

Assunto: EXIGÊNCIA DOCUMENTAL

Senhor(a),

Após a análise dos documentos apresentados no sinistro cadastrado sob o **número 3170668565**, identificamos a necessidade de regularizar a documentação apresentada, conforme a seguir:

- Autorização de pagamento não conclusivo
- Comprovante de residência não conclusivo
- Declaração de Inexistência de IML não conclusivo
- Comprovação de ato declaratório não conclusivo
- Declaração do Proprietário do Veículo não conclusivo

A documentação deve ser entregue na **COMPREV SEGURADORA S/A**, onde o aviso de sinistro foi registrado, juntamente com cópia desta correspondência.

O prazo regulamentar de 30 dias para análise do pedido da indenização do Seguro DPVAT foi **interrompido** e terá sua contagem reiniciada a partir da entrega da documentação complementar na seguradora acima indicada.

Caso a documentação não seja entregue em até 180 dias, a contar do recebimento desta correspondência, ou não haja qualquer manifestação sua por escrito neste prazo, **o seu pedido de indenização será negado por ausência de comprovação documental**. Providencie a documentação o quanto antes para comprovar o seu direito à indenização do Seguro DPVAT.

Qualquer dúvida, acesse o nosso site **www.seguradoralider.com.br** ou ligue para o **SAC DPVAT 0800 022 12 04**. Para pessoas com deficiência auditiva, ligue para **0800 022 12 06**. Tenha em mãos o número do sinistro e o CPF do beneficiário.

Atenciosamente,

Seguradora Líder-DPVAT

Pag. 00723/00724 - carta_03 - INVALIDEZ



Carta nº 12157994



Rio de Janeiro, 25 de Junho de 2018

Aos Cuidados de: **ELIEUDA FERNANDES DA COSTA**

Nº Sinistro: **3170668565**
Vitima: **ELIEUDA FERNANDES DA COSTA**
Data do Acidente: **22/06/2016**
Cobertura: **INVALIDEZ**

Assunto: NEGATIVA POR AUSÊNCIA DE COMPROVAÇÃO DOCUMENTAL

Senhor(a),

Até a presente data, não recebemos a documentação complementar solicitada para prosseguimento da análise do seu pedido de indenização cadastrado sob o sinistro **número 3170668565**.

Tendo em vista que a pendência não foi sanada no período de 180 dias, informamos que o seu pedido de indenização foi negado.

Caso deseje dar continuidade ao seu pedido de indenização, procure o ponto de atendimento onde o seu processo foi aberto para apresentar os documentos complementares.

Qualquer dúvida, acesse o nosso site **www.seguradoralider.com.br** ou ligue para o **SAC DPVAT 0800 022 12 04**. Para pessoas com deficiência auditiva, ligue para **0800 022 12 06**. Tenha em mãos o número do sinistro e o CPF do beneficiário.

Atenciosamente.

Seguradora Líder-DPVAT

Carta nº 13007597

Pag. 00965/00966 - carta_16 - INVALIDEZ

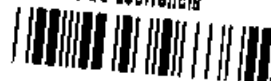
00020483





SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA E DA DEFESA SOCIAL
3ª SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DE POLÍCIA CIVIL
19ª DELEGACIA SECCIONAL DE POLÍCIA CIVIL
1ª DELEGACIA DISTRITAL DE POLÍCIA CIVIL DE POMBAL
Rua Prof. Newton Seixas, Sn, Boa Esperança / Fone (83) 3431-2206

Boletim de ocorrência



BOLETIM DE OCORRÊNCIA Nº 757/2016

Versando sobre: Acidente de trânsito

Data do fato: 22/06/2016 - Horário: 15h 30min

Local do ocorrido: - Rua Jose Bezerra Neto, Pombal/PB

Data e hora em que a Delegacia tomou conhecimento: 04/11/2016 - 15h 24min

COMUNICANTE: Elienda Fernandes da Costa, alcunha //; **Filiação:** Vicente Urtiga da Costa e de Maria Fernandes da Costa; **Profissão:** agricultora; **Estado Civil:** solteiro (), casado (x), união estável (), viúvo(a) (); **Naturalidade:** Pombal - PB; **Nacionalidade:** brasileiro (a); **Data de Nascimento:** 19/08/1983; **Endereço Residencial:** Rua Dalva Ferreira de Queiroga, 163, Santo Amaro, Pombal - PB; **Endereço Profissional:** **; **Telefone //**; **Portador da CI/RG nº:** 3137478 - SSP/PB.

VÍTIMA:

HISTÓRICO: Que afirma o comunicante que no dia, hora e local acima referenciados conduzia uma moto, quando colidiu com outra moto e conduzido não identificado, vindo a cair ao chão; Que foi socorrido por populares e levado para o Hospital Regional de Pombal; Que devido ao acidente fraturou um dos dedo do pé esquerdo; Que são testemunhas: Emanuel da Costa Alves, conhecido NEO, residente na Rua Miguel Brilhante, sn, Pereiros, Pombal/PB; Que conduzia moto Honda CG 125, Titan, Placa MNA 9638/PB, cor azul, NIV 9C2JC250VENA043014, ano 1997/1998, licenciada em nome de Cicera dos Anjos Sebastião; Que se deu comunicar o fato para fins de direito.

Pombal - PB, 04 de novembro de 2016.

AUTORIDADE POLICIAL: Del. Pol. Francisco Claudio Beserra.

COMUNICANTE: Elienda Fernandes da Costa

CARTÓRIO AVELINO ASSIS DE QUEIROGA

Tit. JOANA D'ARC ELIAS DE QUEIROGA
Sub. ANDRÉ LUIZ ELIAS DE QUEIROGA

A presente fotocópia corresponde ao original exibido nestas Notas. Dou fe.
POMBAL-Paraíba, 01/05/2017

Selo Digital de Autenticidade Tipo Normal C-AFD33289-LJ64
Confira os dados do selo em <https://selodigital.tjpb.jus.br>
[EM:13.85][FA:1.25][999.66][17.0.64]

joana D'arc E. de Queiroga
Tabeliã Pública
CPF: 675.687.694-53

02



GOVERNO DA PARAÍBA
SECRETARIA DO ESTADO DA SAÚDE

HOSPITAL REGIONAL DE POMBAL
"SENADOR RUI CARNEIRO"



DIAGNÓSTICO MÉDICO/CID: *100*

OBSERVAÇÕES DA ENFERMAGEM:

ASS./COREN:

CARACTERIZAÇÃO DO ATENDIMENTO:

NATUREZA DA CONSULTA:

CONSULTA BÁSICA (PAD):

CONSULTA ESPECIALIZADA:

PROCEDIMENTO

TIPO DE ATENDIMENTO:

- ☐ 01 - ATENDIMENTO DE URGÊNCIA;
☐ 02 - PRIMEIRA CONSULTA;
☐ 03 - CONSULTA SUBSEQUENTE;
☐ 04 - ATENDIMENTO DE URGÊNCIA / EMERGÊNCIA COM REFERÊNCIA PARA OUTRA UNIDADE;
☐ 05 - VACINAÇÃO DE ROTINA;
☐ 06 - VACINAÇÃO DE BLOQUEIO (SURTO OU SITUAÇÕES PARTICULARES);
☐ 07 - VACINAÇÃO DE CAMPANHA;
☐ 08 - PRIMEIRA CONSULTA ANUAL COM REFERÊNCIA PARA OUTRA UNIDADE;
☐ 09 - CONSULTA SUBSEQUENTE COM REFERÊNCIA PARA OUTRA UNIDADE.

MEDICAÇÃO:

- ☐ 1 - PRESCRIÇÃO ☐ OBSERVAÇÃO
☐ 2 - APLICADA ☐ OUTRO HOSPITAL

ENCAMINHAMENTO:

- ☐ RESIDÊNCIA ☐ INTERNAÇÃO
☐ ÓBITO ☐ OUTROS

SERVIÇOS REALIZADOS:

CÓDIGO/PROCEDIMENTO	ATIV. PROF.	TIPO ATEND.	GRUPO ATEND.	FAIXA ETÁRIA
060010600061	22	51	25	

ASS. DO (S) PROFISSIONAL (IS) ASSISTENTE (S) - CARIMBO (S)

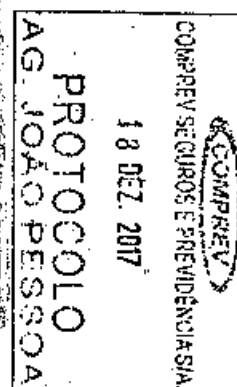
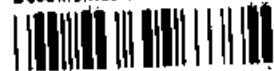
ASS. DO PACIENTE/ACOMPANHAMENTO OU RESPONSÁVEL

OU PLEGAR DIREITO

ASS. DO REVISOR TÉCNICO - CARIMBO

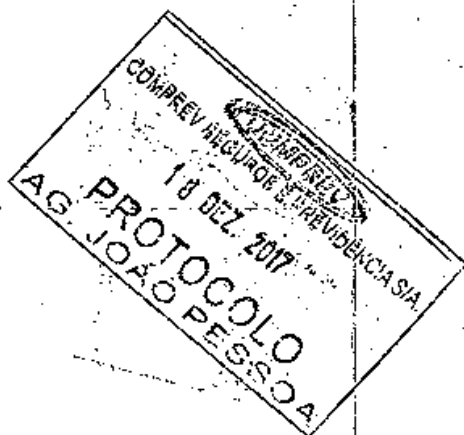
ASS. DO REVISOR ADMINISTRATIVO - CARIMBO

Documentos de Identificação



05







Outros



PROCURAÇÃO "AD JUDICIA"

Outorgante: Eliuda Fernandes da Costa

brasileiro (a), casada, portador(a) da cédula de identidade sob nº 3334448 e do CPF sob nº 060.231.784-30 residente e domiciliado (a) Rua Dalva Ferreira de Guiranga, Pombal - Estado da Paraíba.

Outorgado: BEL. THYAGO GLAYDSOON LEITE CARNEIRO, brasileiro, solteiro, advogado, inscrito na Ordem dos Advogados do Brasil sob o nº 16.314, Seccional da Paraíba, subseção Pombal, com endereço profissional na Rua Manoel Firmino, nº 29 CEP: 58.840.000, Centro da Cidade de Pombal, Estado da Paraíba.

Confere poderes: Para o foro em geral, com a cláusula ad judicium - "et extra", em qualquer juízo, instância ou tribunal, podendo para tanto ajuizar as ações competentes, inclusive as de falência, e defendê-lo(s) nas contrárias seguindo umas e outras, até decisão final, usando dos recursos legais e acompanhando-os, conferindo-lhe, ainda, poderes especiais para confessar, desistir, transigir, firmar compromissos ou acordos, receber e dar quitação, agindo em conjunto ou separadamente, podendo ainda substabelecer com ou sem reserva de poderes, assinar termos de caução real ou fidejussória, concordar, discordar, enfim tudo mais praticar para o fiel e cabal desempenho deste mandato, inclusive para representá-lo junto a autarquias públicas federais, estaduais e municipais.

POMBAL- Terra de Maringá-, em 05/06/2017.

x Eliuda Fernandes da Costa

Outorgante

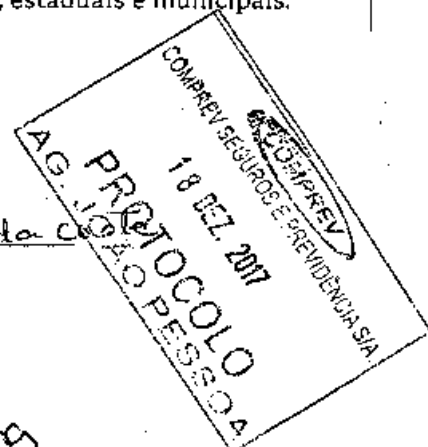
CARTORIO AVELINO ASSIS DE QUEIROGA

TIT. JOANA D'ARC ELLAS DE QUEIROGA
Sub: ANDRÉ LUIZ ELLAS DE QUEIROGA

A presente fotocópia contém com o original exibido nestas Notas, Dou fe.
POMBAL-Paraíba, 07/06/2017

Selo Digital de Autenticação Tipo Normal C-AFD33288-104
Confira os dados do ato em <https://selodigital.tjpb.jus.br>
[EM:11.05][PA:1.35][SS:0.69][TX:3.04]

Joana D'arc E. de Queiroga
Tabelião Pública
CPF: 675.687.694-53



DECLARAÇÃO DE HIPOSUFICIÊNCIA

Eu, Cláudia Fernandes da Costa, brasileira, casada,
portadora de RG sob nº 31037478 e CPF sob nº
060.238.784-30, residente e domiciliada a rua
Delva Ferreira de Queiroga, Santo Amaro, Pombal.
PB, declaro que não posso suportar as despesas

processuais decorrentes desta demanda, sem prejuízo do meu próprio sustento e de minha família, sendo, pois, para fins de concessão do benefício da gratuidade de Justiça, nos termos da Lei 1.060/50.

Declaro, ainda, que tenho conhecimento das sanções penais que estarei sujeito caso inverídica a declaração prestada, sobretudo a disciplinada no art. 299 do Código Penal.

Por ser verdade, firmo o presente.

Pombal - Estado da Paraíba, em 05 / 06 / 2017.

Cláudia Fernandes da Costa


declarante



10



PROTOCOLO DE ENTREGA DE DOCUMENTOS

 Seguradora Líder dos
Consórcios de Seguro DPVAT

IDENTIFICAÇÃO DO SINISTRO

ASL-0485648/17
Vítima: ELIEUDA FERNANDES DA COSTA
CPF: 060.231.784-30

Data do Acidente: 22/06/2016
CPF de: Próprio Titular do CPF: ELIEUDA FERNANDES DA COSTA

DOCUMENTOS ENTREGUES

Sinistro
Boletim de ocorrência
Declaração de Inexistência de IML
Documentação médico-hospitalar
Documentos de identificação
DUT
Outros

ATENÇÃO:

- O prazo para o pagamento da indenização é de 30 dias, contados a partir da entrega da documentação completa. Para acompanhar o processo de análise do pedido de indenização, acesse www.dpvatseguro.com.br ou ligue 0800-0221204.

- A indenização por invalidez permanente é de até R\$ 13.500,00. Esse valor varia conforme a gravidade das sequelas e de acordo com a tabela de seguro prevista na lei 6194 / 74.

Documentação recebida sem conferência.

Portador da documentação entregue

Data da entrega: 18/12/2017
Nome: ELIEUDA FERNANDES DA COSTA
CPF/CNPJ: 060.231.784-30

Responsável pelo cadastramento na seguradora

Data do cadastramento: 18/12/2017
Nome: NATALIA SOARES ALVES DA SILVA
CPF: 105.999.304-03

ELIEUDA FERNANDES DA COSTA

NATALIA SOARES ALVES DA SILVA

VI





EXMO. SR. DR. JUIZ DE DIREITO DA 3ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE POMBAL/PB

Processo: 08014473920188150301

SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A, empresas seguradoras previamente qualificadas nos autos do processo em epígrafe, neste ato, representada, por seus advogados que esta subscreve, nos autos da **AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT**, que lhe promove **ELIEUDA FERNANDES DA COSTA**, em trâmite perante este Douto Juízo e Respectivo Cartório, vem mui respeitosamente, à presença de V. Ex.^a, em cumprimento ao referido despacho de fls., expor para ao final requerer o que se segue:

Trata-se de caso em que o Autor alega ser vítima de acidente automobilístico, resultando em invalidez permanente. Assim, supostamente na posse de todos os documentos pleiteia em esfera judicial indenização referente à INVALIDEZ PERMANENTE.

Em que pese o caráter social do Seguro Obrigatório DPVAT, o beneficiário legal da indenização tem que, necessariamente, preencher os requisitos legais para recebimento do referido seguro.

Após a análise da documentação fornecida pelo beneficiário legal da indenização é de suma importância, a fim de concluir se o sinistro é indenizável ou não, cumprindo ressaltar que o Seguro Obrigatório DPVAT é alvo dos mais diversos tipos de fraude.

Neste sentido, o sinistro foi cancelado administrativamente, tendo em vista que a parte não cumpriu as exigências da Lei que regula a matéria.

Noutro giro, após a nomeação de perito as partes apresentaram quesitos para que fosse verificado qual o grau de comprometimento da Invalidez apurada.

Nota-se que o i. perito utilizou os critérios de fixação de indenização do ANEXO I da Lei 6.194/74 c/c Súmula 474 do STJ, valor sobre o qual incidirá a repercussão da lesão sofrida a fim de ser fixada o quantum indenizatório. Assim, requer que o N. Magistrado acolha o descrito no laudo apresentado pelo EXPERT PERITO.

Nestes Termos,
Pede Deferimento,

POMBAL, 10 de dezembro de 2019.

JOÃO BARBOSA
OAB/PB 4246-A

Rua São José, 90, 8º andar, Centro, Rio de Janeiro/RJ – CEP: 20010-020
www.joaobarbosaadvass.com.br



SUELIO MOREIRA TORRES
15477 - OAB/PB

Rua São José, 90, 8º andar, Centro, Rio de Janeiro/RJ – CEP: 20010-020
www.joaobarbosaadvass.com.br



Assinado eletronicamente por: SUELIO MOREIRA TORRES - 12/12/2019 12:04:54
<http://pje.tjpb.jus.br:80/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=19121212045381100000026069615>
Número do documento: 19121212045381100000026069615

Num. 27005271 - Pág. 2

EM ANEXO



PROCURAÇÃO

Pelo presente instrumento particular de procuração, **SEGURADORA LIDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.**, empresa com sede na Rua Senador Dantas, nº 74 – 5º andar – Centro – RJ, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 09.248.608/0001-04, neste ato representado na forma de seu Estatuto Social por seu Diretor Jurídico, **MARCELO DAVOLI LOPES**, brasileiro, casado, advogado, inscrito na Ordem dos Advogados do Brasil, Seção de São Paulo, sob o número 143.370, inscrito no CPF/MF sob o número 132.870.808-06, e por seu Diretor de Operações, **CLAUDIO MENDES LADEIRA**, brasileiro, solteiro, securitário, portador da cédula de identidade RG nº 06.766.244-5 IFP, inscrito no CPF 912.422.907-53, nomeia e constitui seus bastantes procuradores, **Drs. CARLOS EDUARDO DE SOUZA CABRAL**, brasileiro, Casado, OAB/RJ 189.997; **FERNANDO DE FREITAS BARBOSA**, brasileiro, Casado, OAB/RJ 152.629; **ISABEL TEIXEIRA DAS CHAGAS**, brasileira, Solteira, OAB/RJ 158.953; **JOÃO ALVES BARBOSA FILHO**, brasileiro, Casado, OAB/RJ 134.307; **JOÃO PAULO RIBEIRO MARTINS**, brasileiro, Casado, OAB/RJ 144.819; **JOSELAINE MAURA DE SOUZA FIGUEIREDO**, brasileira, Solteira, OAB/RJ 140.522; **NOÊMIA FRAGA TEIXEIRA**, brasileira, Solteira, OAB/RJ 95.365; **RAFAELLA BARBOSA PESSOA DE MELO MENEZES**, brasileira, Casada, OAB/RJ 185.681; **ROBERTO MARTINS COSTA**, brasileiro, Solteiro, OAB/RJ 176.073; **RODRIGO ALBERTO DE ALMEIDA**, brasileiro, Solteiro, OAB/RJ 165.647; **TAISA NERY SILVA**, brasileira, Solteira, OAB/RJ 171.173; **TIAGO CARNEIRO LEÃO D'OLIVEIRA**, brasileiro, Casado, OAB/RJ 130.946; **TODOS INTEGRANTES DA SOCIEDADE DE ADVOGADOS DENOMINADA JOÃO BARBOSA ADVOGADOS ASSOCIADOS**, inscrita na OAB/RJ sob o nº 32.203/2005, com escritório situado na Rua São José, número 90, oitavo andar, CEP: 20010-901 Tel.: +55 (21) 3265-5600, aos quais, independentemente de ordem ou nomeação, confere plenos poderes para o foro em geral, com a cláusula *Ad Judicia*, em qualquer Juízo, Instância ou Tribunal, podendo propor contra quem de direito as ações e recursos competentes e defender a Outorgante nos contrários, usando de todos os recursos legais, podendo firmar compromisso, transigir, desistir, acordar, discordar, assinar termos, conciliar nos termos dos artigos 105 e seguintes do Código de Processo Civil, nomear prepostos para representá-la judicialmente, bem como praticar

Procuração com o meio ambiente: a Seguradora Lider DPVAT utiliza papel reciclado e ajuda a preservar o futuro



todos os demais atos necessários e em direito admitidos para o fiel cumprimento do presente mandato, inclusive substabelecer, tudo com o fim específico de promover a defesa dos interesses da Outorgante, ficando, desde já, **VEDADO** receber, dar quitação e levantar o crédito proveniente de alvarás de pagamento, em nome de qualquer pessoa física, devendo todo e qualquer levantamento, judicial ou em Instituições Financeiras, ser liberado mediante Documento de Ordem de Crédito (DOC) ou Transferência Eletrônica Disponível (TED), onde a OUTORGANTE figure, em conjunto ou isoladamente, como beneficiária do crédito, devendo a remessa dos recursos, em qualquer caso, ser feita através de depósito bancário, com identificação do depositante, no Banco do Brasil, Agência 1769-8, Conta nº 644000-2, em nome de SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S/A, CNPJ/MF nº 09.248.608/0001-04, nos estritos ditames da Portaria SUSEP nº 2.797, de 04/12/2007.

Rio de Janeiro, 17 de maio de 2016

MARCELO DAVOLI LOPES

CLAUDIO MENDES LADEIRA

17º Ofício de Notas
DA CAPITAL

Tabelião: Carlos Alberto Firmino Oliveira
Rua do Carmo, 63 - Centro - Rio de Janeiro - RJ - Tel.: 2107-9800

088674
ACS67751

Reconheço por AUTENTICIDADE as firmas de: MARCELO DAVOLI LOPES e
CLAUDIO MENDES LADEIRA (XXXXXX-00068)
Rio de Janeiro, 25 de maio de 2016. Conf. por: Serventia
Em testemunho da verdade. TJ-FUNDOS
Total

Bruno Rodrigo Belem Gaspar - Aut.
EBOS-10754 TZA EBOS-10755 NCM
Consulte em <https://www3.tirj.jus.br/sitepublico>

17º OFÍCIO DE NOTAS-RJ
Bruno Rodrigo Belem Gaspar
Escrevente Autorizado

17º Ofício de Notas
DA CAPITAL

Tabelião: Carlos Alberto Firmino Oliveira
Rua do Carmo, 63 - Centro - Rio de Janeiro - RJ - Tel.: 2107-9800

088674
ACS13502

CERTIFICO e dou fé que a presente
original que foi apresentado. Cod: XXXXXX-00068
Rio de Janeiro, 16 de junho de 2016.
PAULA CRISTINA A.D. GASPAR-AUT
EBPO-46357 NMF Consulte em <https://www3.tirj.jus.br/sitepublico>

OFÍCIO DE NOTAS
Tabelião: Carlos Alberto Firmino Oliveira
Rua do Carmo, 63 - Centro - Rio de Janeiro - RJ - Tel.: 2107-9800

088674
ACS13502

CARTÓRIO DO 17º
OFÍCIO DE NOTAS
Tabelião: Carlos Alberto Firmino Oliveira
Rua do Carmo, 63 - Centro - Rio de Janeiro - RJ - Tel.: 2107-9800

088674
ACS13502

PAULA CRISTINA A.D. GASPAR
Escrevente

3.00
1.81
6.90

fiel do
Serventia
TJ-FUNDOS
Total



Preocupada com o meio ambiente, a Seguradora Líder DPVAT utiliza papel reciclado e ajuda a preservar o futuro.





PROCURAÇÃO

Pelo presente instrumento particular de procuração, SEGURADORA LIDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S.A., empresa com sede na Rua Senador Dantas, nº 74 – 5º andar – Centro – RJ, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 09.248.608/0001-04, neste ato representado na forma de seu Estatuto Social por seu Diretor Jurídico, **MARCELO DAVOLI LOPES**, brasileiro, casado, advogado, inscrito na Ordem dos Advogados do Brasil, Seção de São Paulo, sob o número 143.370, inscrito no CPF/MF sob o número 132.870.808-06, e por seu Diretor de Relações Institucionais, **JOSÉ MÁRCIO BARBOSA NORTON**, brasileiro, casado, economista, portador da cédula de identidade RG nº 836.366 expedida pela SSP/MG, inscrito no CPF/MF sob o nº 174.562.157-15, nomeia e constituem seus bastantes procuradores, **Drs. VALDIR DIAS DE SOUSA JÚNIOR**, brasileiro, casado, advogado, inscrito na Ordem dos Advogados do Brasil, Seção do Rio de Janeiro, sob o número 122.882, inscrito no CPF/MF sob o número 012.310.027-51; **MARISTELLA DE FARIAS MELO SANTOS**, brasileira, solteira, advogada, inscrita na Ordem dos Advogados do Brasil, Seção do Rio de Janeiro, sob o número 135.132, inscrita no CPF/MF sob o número 082.587.197-26; **THEREZINHA COIMBRA FRANÇA**, brasileira, divorciada, advogada, inscrita na Ordem dos Advogados do Brasil, Seção do Rio de Janeiro, sob o número 62420, inscrita no CPF/MF sob o número 542.587.407/30, TODOS INTEGRANTES DA SEGURADORA LIDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S.A., empresa com sede na Rua Senador Dantas, nº 74 – 14º andar – Centro – RJ, CEP 20031-205, aos quais, independentemente de ordem ou nomeação, confere plenos poderes para o foro em geral, com a cláusula *Ad Judicia*, em qualquer Juízo, Instância ou Tribunal, podendo propor contra quem de direito as ações e recursos competentes e defender a Outorgante nos contrários, usando de todos os recursos legais, podendo firmar compromisso, transigir, desistir, acordar, discordar, assinar termos, conciliar nos termos dos artigos 447 e seguintes do Código de Processo Civil, nomear prepostos para representá-la judicialmente, bem como praticar todos os demais atos necessários e em direito admitidos para o fiel cumprimento do presente mandato, inclusive substabelecer, tudo com o fim específico de promover a defesa dos interesses da Outorgante, ficando, desde já, autorizados a receber, dar quitação e levantar o crédito proveniente de alvarás de pagamento, em nome de qualquer pessoa física, devendo todo e qualquer levantamento, judicial ou em Instituições Financeiras, ser liberado mediante Documento de Ordem de Crédito (DOC) ou Transferência Eletrônica Disponível (TED), onde a

Preocupado com o meio ambiente, a Seguradora Líder DPVAT utiliza papel reciclado e ajuda a preservar o futuro





Seguradora Líder - DPVAT

OUTORGANTE figure, em conjunto ou isoladamente, como beneficiária do crédito, devendo a remessa dos recursos, em qualquer caso, ser feita através de depósito bancário, com identificação do depositante, no Banco do Brasil, Agência 1769-8, Conta nº 644000-2, em nome de SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S/A, CNPJ/MF nº 09.248.608/0001-04, nos estritos ditames da Portaria SUSEP nº 2.797, de 04/12/2007.

Rio de Janeiro, 06 de junho de 2014.

MARCELO DAVOLI LOPES

JOSÉ MÁRCIO BARBOSA NORTON

17º OFÍCIO DE NOTAS - Tabelião Carlos Alberto Firmo Oliveira
Rua do Carmo 63 - Centro - Rio de Janeiro - RJ, Tel: 2107-9800
Reconheço por semelhança as firmas de: MARCELO DAVOLI LOPES e JOSÉ
MÁRCIO BARBOSA NORTON (X000000A71AB)
Rio de Janeiro, 10 de junho de 2014. Conf. por:
Em testemunho da verdade. Serventia = 8,40
36% I.P.FUNDOS = 3,02
Total = 11,42

Bruno Rodrigo Belem Gaspar - Aut.
EAGM-29273 BNK, EAGM-29274 GUP
Consulte em <https://www3.tjrj.jus.br/sitepublico>

CARTÓRIO DO 1º
Bruno Rodrigo
Belem Gaspar
Escrevente
CADPRO nº 04.04761
At 2013.1.1a.83354
OFÍCIO DE NOTAS - F



17º Ofício de Notas
DA CAPITAL

Paula Cristina A.D. Gaspar
Escrevente
CADPRO nº 04.04761
At 2013.1.1a.83354
OFÍCIO DE NOTAS - F

17º Ofício de Notas
DA CAPITAL

Paula Cristina A.D. Gaspar
Escrevente
CADPRO nº 04.04761
At 2013.1.1a.83354
OFÍCIO DE NOTAS - F

Certifico e dou fé que a presente cópia é a reprodução fiel do
original que foi apresentado. Cod: X000003CFAF6. Conf. por:
Rio de Janeiro, 15 de junho de 2016. Serventia = 5,09
TJ+FUNDOS = 1,81
Total = 6,90

PAULA CRISTINA A.D. GASPAR-AUT
EBPO-46356 ZRN Consulte em <https://www3.tjrj.jus.br/sitepublico>



SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS
DO SEGURO DPVAT S.A.

CNPJ/MF nº 09.248.608/0001-04 - NIRE 33.30028479-6
ATA DA REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO
REALIZADA EM 19 DE MAIO DE 2015. Data, Hora e Local: Aos 19
(dezanove) dias do mês de maio de 2015, às 15h, na sede social da
Companhia, na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro.
Convocação: Os membros do Conselho de Administração foram con-
vocados por correio eletrônico enviado em 12 de maio de 2015. Presen-
ça: Presentes os conselheiros Luiz Tavares Pereira Filho, Rosana
Teichmã Salsano, Bernardo Dieckmann, Celso Damati, Jairo de Mendonça
Alexandre, João Gilberto Possiede, Jorge de Souza Andrade,
Marcelo Goldman, Múcio Novais de Albuquerque Cavalcanti e Ricardo
José Iglesias Teixeira. Presentes ainda os conselheiros suplentes
Jorge Carvalho e Paulo de Oliveira Medeiros, que, por força da presen-
ça do respectivo conselheiro titular, atenderam à reunião sem direito
a voto nas matérias da ordem do dia. Mesa de Trabalho Pro-
prio: Luiz Tavares Pereira Filho, Secretário. André Leal Faoro, Or-
dem do Dia: (I) Ratificação da eleição de novo membro da Dire-
toria Executiva da Companhia realizada na Reunião do Conselho de
Administração de 25 de março de 2015; (II) Ratificação da De-
signação dos diretores responsáveis perante a SUSEP realizada na
Reunião do Conselho de Administração do dia 25 de março de 2015; e
(III) Assuntos gerais. Deliberações Tomadas: (I) Os conselheiros
deliberaram, por unanimidade, ratificar a eleição de Carlos André
Guerra Barreto, brasileiro, casado, que possui o cargo de diretor e
a função de diretor responsável pelas relações com a SUSEP até a posse do diretor ora eleito, que dar-se-á somente quan-
do da homologação junto à Superintendência de Seguros Privados -
SUSEP e assinatura do respectivo termo de posse no livro de atas da
Diretoria Executiva da Companhia. O Diretor eleito terá mandato de 1
(um) ano, que terá termo em 25 de março de 2016, permanecendo
no cargo até a investidura de novo administrador. O Diretor ora eleito
declara que não está incurso em nenhum crime que o impeça de de-
sempehar atividade gerencial e, ainda, não está inabilitado para tan-
to, nos termos da Lei nº 6.130/2015. O Diretor eleito declarou, por fim, preencher os
requisitos previstos na legislação em vigor, em especial os constantes da
Resolução nº 136/2005 do Conselho Nacional de Seguros Privados -
CNSP. A remuneração dos membros da Diretoria Executiva obser-
vará o limite global de remuneração estabelecido na Assembleia Geral da
Ordem da Companhia realizada em 25 de março de 2015; (II) Os
conselheiros deliberaram, por unanimidade, ratificar as designações
específicas atribuídas aos membros da Diretoria Executiva, da seguinte
forma: (a) Marcus Vinícius Catalão de Felipe: diretor responsável
administrativo-financeiro e diretor responsável pelo acompanhamento
superior e cumprimento das normas e procedimentos administrativos
da Companhia; (b) José Márcio Barbosa Norton: diretor responsável pelas re-
lações com a SUSEP até a posse do diretor Carlos André Guerra
Barreto, ocasião em que passará a ser exercido pelo mesmo; (c)
Marcelo Lopes Davoli: diretor responsável pelo cumprimento do dis-
posto na Lei nº 9.613, de 24 de março de 1998 (Circular SUSEP nº
234/03 e 445/12) e diretor responsável pelos controles internos; (d)
Cláudio Mendes Ladeira: diretor responsável técnico (Circular SUSEP
nº 234/03 e Resolução CNSP nº 311/14) e diretor responsável pelos
controles internos específicos para a prevenção contra fraudes. Os
membros do Conselho de Administração também se comprometeram
com o cumprimento das obrigações da Resolução CNSP nº
143/05 uma vez que a Companhia não emite apólices, endossos ou
realiza operações de cessaturo. As designações específicas deverão
ser ratificadas pelas assembleias na próxima Assembleia Geral da Com-
panhia, na forma da regulamentação da SUSEP em vigor; (III) Os
conselheiros presentes declararam, expressamente, que foram observadas
as disposições legais atinentes à convocação, quórum de instalação e
deliberação para esta reunião. Os conselheiros e os detentores ora re-
fletos declaram não ter interesse, ainda que indireto, em qualquer
das matérias da ordem do dia. Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente
ofereceu a palavra a quem dela queises fazer uso, o que se realizou
manifestou, foi encerrada a Assembleia, da qual se lavrou a presente
Ata que, lida e aprovada, foi por todos assinada em 3 vias de igual
teor e forma. Certifico que a presente é cópia original da lavrada em
livro próprio. Duque de Caxias, 30/04/15. Visão Reichembach da Sil-
veira, Presidente. Diogo Valle Bueno, Secretário. Acolitos: Pedro
Distribuidores S.A., Pedro Aurelio Cardoso Sampaio; RFR Participações
e Administração de Empresas S.A., João Spadari Casanova, Benja-
min de Medeiros Valle, Jucenra nº 2773278, em 12/06/15. Bernardo
F.S. Benveniste - Secretário Geral. M: 18533408

SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS
DO SEGURO DPVAT S.A.

CNPJ/MF nº 09.248.608/0001-04 - NIRE 33.30028479-6
ATA DA REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO
REALIZADA EM 25 DE MARÇO DE 2015. Data, Hora e Local: Aos 25
(vinte e cinco) dias do mês de março de 2015, às 15h30h, na sede
social da Companhia, na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro.
Convocação: Os membros do Conselho de Administração foram con-
vocados por correio eletrônico enviado em 19 de março de 2015. Presen-
ça: Presentes os conselheiros Luiz Tavares Pereira Filho, Rosana
Teichmã Salsano, Bernardo Dieckmann, Celso Damati, Jairo de Mendonça
Alexandre, João Gilberto Possiede, Jorge de Souza Andrade, Marcelo
Goldman, Múcio Novais de Albuquerque Cavalcanti, Ricardo José Iglesias
Teixeira, Rosana Teichmã Salsano, Bernardo Dieckmann, Celso Damati,
Jairo de Mendonça Alexandre, João Gilberto Possiede, Jorge de Souza
Andrade, Marcelo Goldman, Múcio Novais de Albuquerque Cavalcanti e
Ricardo José Iglesias Teixeira. Presentes ainda o conselheiro suplente
Paulo de Oliveira Medeiros, que, por força da presença do respectivo
conselheiro titular, atendeu à reunião sem direito a voto nas matérias
da ordem do dia. Mesa de Trabalho Proprio: Luiz Tavares Pereira
Filho, Secretário. André Leal Faoro, Ordem do Dia: (I) Ratificação
da eleição de novo membro da Diretoria Executiva da Companhia
realizada na Reunião do Conselho de Administração de 25 de março
de 2015; (II) Ratificação da Designação dos diretores responsáveis
perante a SUSEP realizada na Reunião do Conselho de Administração
do dia 25 de março de 2015; e (III) Assuntos gerais. Deliberações
Tomadas: (I) Os conselheiros deliberaram, por unanimidade, ratificar
a eleição de Carlos André Guerra Barreto, brasileiro, casado, que
possui o cargo de diretor e a função de diretor responsável pelas re-
lações com a SUSEP até a posse do diretor ora eleito, que dar-se-á
somente quando da homologação junto à Superintendência de Seguros
Privados - SUSEP e assinatura do respectivo termo de posse no livro
de atas da Diretoria Executiva da Companhia. O Diretor eleito terá
mandato de 1 (um) ano, que terá termo em 25 de março de 2016,
permanecendo no cargo até a investidura de novo administrador. O
Diretor ora eleito declara que não está incurso em nenhum crime que
o impeça de desempenhar atividade gerencial e, ainda, não está inabi-
litado para tanto, nos termos da Lei nº 6.130/2015. O Diretor eleito
declarou, por fim, preencher os requisitos previstos na legislação em
vigor, em especial os constantes da Resolução nº 136/2005 do Conselho
Nacional de Seguros Privados - CNSP. A remuneração dos membros
da Diretoria Executiva observará o limite global de remuneração
estabelecido na Assembleia Geral da Companhia realizada em 25 de
março de 2015; (II) Os conselheiros deliberaram, por unanimidade,
ratificar as designações específicas atribuídas aos membros da
Diretoria Executiva, da seguinte forma: (a) Marcus Vinícius Catalão
de Felipe: diretor responsável administrativo-financeiro e diretor res-
ponsável pelo acompanhamento superior e cumprimento das normas e
procedimentos administrativos da Companhia; (b) José Márcio Bar-
bosa Norton: diretor responsável pelas relações com a SUSEP até a
posse do diretor Carlos André Guerra Barreto, ocasião em que pas-
sará a ser exercido pelo mesmo; (c) Marcelo Lopes Davoli: diretor
responsável pelo cumprimento do disposto na Lei nº 9.613, de 24 de
março de 1998 (Circular SUSEP nº 234/03 e 445/12) e diretor res-
ponsável pelos controles internos; (d) Cláudio Mendes Ladeira: di-
retor responsável técnico (Circular SUSEP nº 234/03 e Resolução
CNSP nº 311/14) e diretor responsável pelos controles internos espe-
cíficos para a prevenção contra fraudes. Os membros do Conselho de
Administração também se comprometeram com o cumprimento das
obrigações da Resolução CNSP nº 143/05 uma vez que a Companhia
não emite apólices, endossos ou realiza operações de cessaturo. As
designações específicas deverão ser ratificadas pelas assembleias na
próxima Assembleia Geral da Companhia, na forma da regulamentação
da SUSEP em vigor; (III) Os conselheiros presentes declararam, ex-
pressamente, que foram observadas as disposições legais atinentes à
convocação, quórum de instalação e deliberação para esta reunião.
Os conselheiros e os detentores ora refletos declaram não ter inter-
esse, ainda que indireto, em qualquer das matérias da ordem do dia.
Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente ofereceu a palavra a
quem dela queises fazer uso, o que se realizou manifestou, foi en-
cerrada a Assembleia, da qual se lavrou a presente Ata que, lida e
aprovada, foi por todos assinada em 3 vias de igual teor e forma.
Certifico que a presente é cópia original da lavrada em livro próprio.
Duque de Caxias, 30/04/15. Visão Reichembach da Silveira, Presi-
dente. Diogo Valle Bueno, Secretário. Acolitos: Pedro Distribuidores
S.A., Pedro Aurelio Cardoso Sampaio; RFR Participações e Adminis-
tração de Empresas S.A., João Spadari Casanova, Benjamin de Me-
deiros Valle, Jucenra nº 2773278, em 12/06/15. Bernardo F.S. Ben-
veniste - Secretário Geral. M: 18533408

não tem direito a voto nas matérias da ordem do dia. Mesa de Tra-
balho Proprio: Luiz Tavares Pereira Filho, Secretário. André Leal
Faoro, Ordem do Dia: (I) Eleição dos membros do Comitê de Au-
ditors e (II) Assuntos gerais. Deliberações Tomadas: (I) Os con-
selheiros deliberaram, por unanimidade, reeleger para composição do
Comitê de Auditoria da Companhia (I) Luiz Pereira de Souza, bra-
sileiro, casado, residente e domiciliado na Cidade de São Paulo, Es-
tado de São Paulo, que exercerá a função de coordenador do referido
comitê; (II) Renato Paulino de Carvalho Filho, brasileiro, casado,
advogado, titular do documento de identidade nº 00811606144, ex-
pedido pelo IPR RJ, inscrito no CPF/MF sob o nº 344.726.51/11, re-
sidente e domiciliado na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de
Janeiro; e (3) Marcos Acilides Ferreira, brasileiro, casado, economis-
ta, titular do documento de identidade nº 327380615, expedido pela
SSP/RJ, inscrito no CPF/MF sob o nº 210.557.189/15, residente e do-
miciliado na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, to-
dos com mandato de 1 (um) ano a contar desta data até 25 de março
de 2016 e (II) Os membros do Conselho de Administração nada de-
liberaram a título de assuntos gerais. Encerramento, Lavatura,
Aprovação e Assinatura da Ata. Nada mais a ser tratado, foi en-
cerrada a reunião e lavrada a presente ata em forma de sumário dos
atos ocorridos e que, após lida e achada correta, foi aprovada e as-
sinada por todos os conselheiros presentes. Assinaturas: (ass.) Luiz
Tavares Pereira Filho - Conselheiro Presidente, (ass.) André Leal Faoro
- Secretário, (ass.) Rosana Teichmã Salsano - Conselheiro, (ass.) Celso
Damati - Conselheiro, (ass.) Jairo de Mendonça Alexandre - Conse-
lheiro, (ass.) João Gilberto Possiede - Conselheiro, (ass.) Jorge de
Souza Andrade - Conselheiro, (ass.) Marcelo Goldman - Conselheiro,
(ass.) Múcio Novais de Albuquerque Cavalcanti - Conselheiro, (ass.)
Ricardo José Iglesias Teixeira - Conselheiro, (ass.) Rosana Teichmã
Salsano - Conselheira e (ass.) Wady José Moacyr Gury - Conselheiro.
Certifico que a presente certidão é cópia fiel da ata original la-
vrada no Livro de Atas do Conselho de Administração da Com-
panhia, Rio de Janeiro, 31 de março de 2015. André Leal Faoro -
Secretário. Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro - NIRE nº
33.30028479-6. Protocolo: 00-2015/198214-7. 17/06/2015. Certificado
de Deliberação em 22/06/2015 e o Registro sob o nº 00002777328. Ber-
nardo F.S. Benveniste - Secretário Geral. M: 18533414

BRF-BIOREFINO DE LUBRIFICANTES S.A.
CNPJ/MF nº 13.912.673/0001-59 - NIRE nº 33.30028771-5
Assembleia Geral Ordinária (Lavrada sob forma de sumário, confor-
me facultado pelo art. 130, §1º da Lei nº 6.404/76). Dia, Hora e Local:
Em 30/04/15, às 10h, na Av. Fátima, 500, Duque de Caxias, RJ. Mesa:
Visão Reichembach da Silveira, Presidente. Diogo Valle Bueno, Secre-
tário. Presença: Acionistas representando a totalidade do capital so-
cial da Cia., conforme assinatura aposta no Livro de Presença de
Acionistas. Convocação: Dispensada em razão da presença da tota-
lidade dos acionistas, conforme dispõe o §4º do art. 124 da Lei
6.404/76. Ordem do Dia: a) Deliberação sobre o Relatório de Adminis-
tração e as Demonstrações Financeiras auditadas referentes ao exer-
cício encerrado em 31/12/14; b) Deliberação sobre a destinação do lucro
líquido e distribuição de dividendos; c) Deliberação sobre a remuneração
e atuação dos administradores; d) Deliberação sobre a remuneração
S/A para o exercício de 2015; Deliberação sobre a aprovação por uni-
midade da votação; e) Aproveitamento do Relatório de Administração e as
Demonstrações Financeiras auditadas referentes ao exercício encerra-
do em 31/12/14, nos termos do parecer emitido pela auditoria inde-
pendente Baker Tilly Brasil Auditores Independentes S/A, atestando
de votar nos legítimos impedimentos, conforme o art. 134, §1º da Lei
6.404/76. b) Aproveitamento da distribuição de dividendos considerando
que a BRF Bio Refino de Lubrificantes S.A. não apresentou lucro no
exercício de 2014. c) Aproveitamento da distribuição de dividendos
e atuação dos administradores para o exercício de 2015 em razão
R\$ 118.135,00 a valor de R\$ 0,104715 por ação, o que representa
da AGO de 2016, cabendo ao Conselho de Administração decidir a
seu critério, essa remuneração global entre os 7 membros da admi-
nistração da Cia. Encerramento, Lavatura, Aprovação e Assinatura
da Ata. Nada mais havendo a ser tratado, o Sr. Presidente ofe-
receu a palavra a quem dela queises fazer uso, o que se realizou
manifestou, foi encerrada a Assembleia, da qual se lavrou a presente
Ata que, lida e aprovada, foi por todos assinada em 3 vias de igual
teor e forma. Certifico que a presente é cópia original da lavrada em
livro próprio. Duque de Caxias, 30/04/15. Visão Reichembach da Sil-
veira, Presidente. Diogo Valle Bueno, Secretário. Acolitos: Pedro
Distribuidores S.A., Pedro Aurelio Cardoso Sampaio; RFR Participações
e Administração de Empresas S.A., João Spadari Casanova, Benja-
min de Medeiros Valle, Jucenra nº 2773278, em 12/06/15. Bernardo
F.S. Benveniste - Secretário Geral. M: 18533231

GOMES DE SOUZA EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES S/A
CNPJ/MF: 01.519.556/0001-48 - NIRE: 33.30026590-2
Ata de AGO realizada em, lavrada na forma de sumário. 1. Data, Hora
e Local: Aos 24/04/15, às 11h, na sede da empresa na Rua Dar-
te de Mello, 9, parte, Higienópolis/RJ. 2. Convocação: Formulada di-
retamente e pessoalmente, a todos os acionistas, pelo Diretor Presidente da
Sociedade. 3. Quorum: Dispensada a publicação de edital de con-
vocação, conforme o disposto no art. 124, §4º da Lei 6.404/76, em
decorrência de estarem presentes os representantes da totalidade do
Capital Social, conforme Livro de Presença de Acionistas. 4. Mesa:
Para dirigir os trabalhos foram escolhidos: Presidente: Sr. Jorge
Gomes de Souza, Secretária: Sra. Patrícia Benedita de Souza Maga-
lhães Aranha. 5. Ordem do Dia: (I) Aprovar o relatório e as contas
dos administradores, o balanço geral e as demonstrações financeiras
referentes ao exercício findo em 31/12/14; (II) Deliberação sobre a des-
tinação do resultado do exercício e a distribuição de dividendos; (III)
Deliberação sobre a proposta dos honorários de Diretoria no valor de
R\$ 30.000,00 anuais; (IV) Eleição da Diretoria e (V) Assuntos Gerais. 6.
Deliberações: Tomadas por unanimidade dos acionistas represen-
tando a totalidade do Capital Social: (I) Aproveitamento do relatório e
das demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31/12/14;
(II) Deliberação sobre o balanço geral e as demonstrações financeiras
referentes ao exercício social encerrado em 31/12/14; (III) Aproveitamento
da proposta de Diretoria quanto à destinação do Lucro Líquido do exer-
cício no valor de R\$ 740.658,53, que será realizada da seguinte for-
ma: (a) 5%, ou seja, R\$ 37.332,93 para constituição da Reserva Legal
e (b) O saldo restante de R\$ 703.325,60 para distribuição de di-
videndos; (IV) Aproveitamento dos honorários de Diretoria no valor
de R\$ 30.000,00 anuais, a serem distribuídos entre os membros da
Diretoria em comum acordo entre os mesmos; (V) Assuntos Gerais.
1º quadrimestre do ano de 2015, ficando como: Diretor: Jorge
Gomes de Souza, brasileiro, casado, advogado, inscrito no CPF nº
098.478.047/53, residente e domiciliado na Av. Prefeito Dutra, 111,
Magalhães Aranha, Brasília, casado sob o regime de separação de
bens, empresário e economista, RG 07.752.078-1, OAB nº 113.117/17,
CPF 938.478.047/53, residente e domiciliado na Av. Prefeito Dutra, 111,
Magalhães Aranha, Brasília, casado sob o regime de separação de
bens, empresário e economista, RG 07.752.078-1, OAB nº 113.117/17,
CPF 938.478.047/53, residente e domiciliado na Av. das Águas da Pa-
sula, 540/540, Barra da Tijuca/RJ. (V) Assuntos Gerais. Nenhum assun-
to relevante foi objeto de discussão na presente assembleia. O Presi-
dente da Assembleia, verificando em seguida que foram abordados todos
os itens da ordem do dia, e constatando que nada mais havia a tra-
tar, encerrando a reunião, e depois de lida, aprovada e assinada
pelo Presidente da mesa e pelos acionistas representantes da tota-
lidade do Capital Social RJ 24/04/15 Paulo Cesar Gomes de Souza
- Presidente da Assembleia, Fausto Cesar Gomes de Souza - Secre-
tário, Jucenra nº 2763242 em 20/05/2015. Bernardo F.S. Benveniste - Secre-
tário Geral. M: 18533430

DINÂMICA ENERGIA S.A.
CNPJ/MF: 07.659.538/0001-51 - NIRE: 33.30027698-0
ATA DE REUNIÃO DE DIRETORIA REALIZADA EM 22 DE JUNHO
DE 2015. 1. Data, hora e local da Reunião: As 10h30h, local: Rua
22 de junho de 2015, na sede social da Companhia, na Av. Pre-
sidente Vargas, 463 - 13º andar, cidade do Rio de Janeiro, Estado do
Rio de Janeiro. 2. Diretores presentes: Totalidade dos Diretores, em
exercício. 3. Objetivo da Reunião: a) Deliberação sobre o pagamento
de juros sobre capital próprio no valor de R\$ 571.100,00 (quinhentos e
setenta e cinco mil reais), aprovado pela Ata da Reunião do Con-
selho de Administração de 19/12/2014; b) Deliberação sobre pagamento
de dividendos no valor de R\$ 245.848,74 (duzentos e quarenta e cinco
mil oitocentos e quarenta e seis reais e setenta e quatro centavos), apro-
vado pela Assembleia Geral Ordinária de 30/04/2015. 4. Deliberação:
Aprovação do pagamento do saldo de retenção de lucros apurado no
exercício de 2014 no valor de R\$ 162.540,23 (cento e sessenta e
quatro mil quinhentos e quarenta e dois reais e vinte e três centavos), apro-
vado pela Assembleia Geral Ordinária de 30/04/2015. 5. Deliberação:
Aprovação do pagamento de juros sobre capital próprio, liquidados nos
precatórios da Lei 924/95 e 943/96, da Lei 6404/76 e da deliberação
CVM 207 de 13 de dezembro de 1996 e de dividendos (I) total a ser
pagos a R\$ 983.365,87 (novecentos e oitenta e três mil trezentos e
seis reais e setenta e sete centavos) e será distribuída proporcionalmente
a quantidade de ações possuídas por cada acionista, no valor de
R\$ 575.000,00 (quinhentos e setenta e cinco mil reais) a razão de R\$ 0,00171917192
por ação e R\$ 408.365,87 (quatrocentos e oito mil trezentos e seis
reais e setenta e sete centavos) a razão de R\$ 0,00122316363 por ação
a título de dividendos, lida e aprovada em 22/06/2015, em contas
específicas dos acionistas. Haverá retenção do imposto de Renda na
Fonte sobre o valor nominal de dividendos (R\$ 162.540,23) e
liquidação vigente. 6. Encerramento: Nada mais havendo a tratar,
o Sr. Presidente ofereceu a palavra a quem dela queises fazer uso,
encerrando a reunião, lavrada e aprovada, foi por todos assinada em
três vias de igual teor e forma. Duque de Caxias, 22 de junho de 2015.
JOSÉ JOÃO ABOU-
LA FILHO - Presidente, ALTON PINTO SIQUEIRA - Diretor, MA-
NUEL FRANCISCO DANTAS VILAS BOAS - Diretor, JUNTA COM-
MERCIAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. Centro que pre-
sente foi arquivado sob o nº 2778553 e data de 20/06/2015. Bernardo
F.S. Benveniste - Secretário Geral. M: 18533390

Nautilus S/A - Empreendimentos e Participações
CNPJ/MF: 01.544.756/0001-08 - NIRE: 33.30026193-1
Ata da AGO, lavrada na forma de sumário. 1. Data, Hora e Local:
Aos 24/04/15, às 10h30h, na sede da empresa na Rua Dar-
te de Mello, 9, parte, Higienópolis/RJ. 2. Convocação: Formulada direta e
pessoalmente, a todos os acionistas, pelo Diretor Presidente da So-
ciedade. 3. Quorum: Acionistas representando a totalidade do Capital
Social, conforme assinatura aposta no livro próprio. 4. Mesa: Para
dirigir os trabalhos foram escolhidos: Presidente: o Sr. Paulo Cesar
Gomes de Souza, e Secretário o Sr. Fausto Cesar Gomes de Souza. 5. Or-
dem do Dia: (I) Aprovar o relatório e as contas dos administradores,
o balanço geral e as demonstrações financeiras referentes ao exercício
findo em 31/12/14; (II) Deliberação sobre a proposta do resultado do
exercício e a distribuição de dividendos; (III) Deliberação sobre a pro-
posta dos honorários de Diretoria no valor total de R\$ 30.000,00 anuais;
(IV) Assuntos Gerais. 6. Deliberações: Tomadas por unanimidade dos
acionistas representando a totalidade do Capital Social: (I) Aproveitamento
do relatório e as contas dos administradores, o balanço geral e as de-
monstrações financeiras referentes ao exercício social encerrado em 31/12/14;
(II) Deliberação sobre a destinação do resultado do exercício e a distribuição
de dividendos; (III) Deliberação sobre a proposta dos honorários de
Diretoria no valor total de R\$ 30.000,00 anuais; (IV) Assuntos Gerais. 6.
Deliberações: Tomadas por unanimidade dos acionistas represen-
tando a totalidade do Capital Social: (I) Aproveitamento do relatório e
das demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31/12/14;
(II) Deliberação sobre o balanço geral e as demonstrações financeiras
referentes ao exercício social encerrado em 31/12/14; (III) Aproveitamento
da proposta de Diretoria quanto à destinação do Lucro Líquido do exer-
cício no valor de R\$ 1.491.038,71, que será realizada da seguinte forma:
(a) 5%, ou seja, R\$ 74.551,93 para constituição da Reserva Legal e
(b) O saldo restante de R\$ 1.416.486,78 para distribuição de dividendos.
Aprovados os honorários de Diretoria no valor de R\$ 30.000,00 anuais,
a serem distribuídos entre os membros da Diretoria, em comum acordo entre
os mesmos. (V) Assuntos Gerais: Nenhum assunto relevante foi objeto
de discussão na presente assembleia. 7. Encerramento: O Presi-
dente da Assembleia, verificando em seguida que foram abordados todos
os itens da ordem do dia, e constatando que nada mais havia a tra-
tar, encerrando a reunião, e depois de lida, aprovada e assinada
pelo Presidente da mesa e pelos acionistas representantes da tota-
lidade do Capital Social RJ 24/04/15 Paulo Cesar Gomes de Souza
- Presidente da Assembleia, Fausto Cesar Gomes de Souza - Secre-
tário, Jucenra nº 2763242 em 20/05/2015. Bernardo F.S. Benveniste - Secre-
tário Geral. M: 18533430

Nautilus S/A - Empreendimentos e Participações
CNPJ/MF: 01.544.756/0001-08 - NIRE: 33.30026193-1
Ata da AGO, lavrada na forma de sumário. 1. Data, Hora e Local:
Aos 24/04/15, às 10h30h, na sede da empresa na Rua Dar-
te de Mello, 9, parte, Higienópolis/RJ. 2. Convocação: Formulada direta e
pessoalmente, a todos os acionistas, pelo Diretor Presidente da So-
ciedade. 3. Quorum: Acionistas representando a totalidade do Capital
Social, conforme assinatura aposta no livro próprio. 4. Mesa: Para
dirigir os trabalhos foram escolhidos: Presidente: o Sr. Paulo Cesar
Gomes de Souza, e Secretário o Sr. Fausto Cesar Gomes de Souza. 5. Or-
dem do Dia: (I) Aprovar o relatório e as contas dos administradores,
o balanço geral e as demonstrações financeiras referentes ao exercício
findo em 31/12/14; (II) Deliberação sobre a proposta do resultado do
exercício e a distribuição de dividendos; (III) Deliberação sobre a pro-
posta dos honorários de Diretoria no valor total de R\$ 30.000,00 anuais;
(IV) Assuntos Gerais. 6. Deliberações: Tomadas por unanimidade dos
acionistas representando a totalidade do Capital Social: (I) Aproveitamento
do relatório e as contas dos administradores, o balanço geral e as de-
monstrações financeiras referentes ao exercício social encerrado em 31/12/14;
(II) Deliberação sobre a destinação do resultado do exercício e a distribuição
de dividendos; (III) Deliberação sobre a proposta dos honorários de
Diretoria no valor total de R\$ 30.000,00 anuais; (IV) Assuntos Gerais. 6.
Deliberações: Tomadas por unanimidade dos acionistas represen-
tando a totalidade do Capital Social: (I) Aproveitamento do relatório e
das demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31/12/14;
(II) Deliberação sobre o balanço geral e as demonstrações financeiras
referentes ao exercício social encerrado em 31/12/14; (III) Aproveitamento
da proposta de Diretoria quanto à destinação do Lucro Líquido do exer-
cício no valor de R\$ 1.491.038,71, que será realizada da seguinte forma:
(a) 5%, ou seja, R\$ 74.551,93 para constituição da Reserva Legal e
(b) O saldo restante de R\$ 1.416.486,78 para distribuição de dividendos.
Aprovados os honorários de Diretoria no valor de R\$ 30.000,00 anuais,
a serem distribuídos entre os membros da Diretoria, em comum acordo entre
os mesmos. (V) Assuntos Gerais: Nenhum assunto relevante foi objeto
de discussão na presente assembleia. 7. Encerramento: O Presi-
dente da Assembleia, verificando em seguida que foram abordados todos
os itens da ordem do dia, e constatando que nada mais havia a tra-
tar, encerrando a reunião, e depois de lida, aprovada e assinada
pelo Presidente da mesa e pelos acionistas representantes da tota-
lidade do Capital Social RJ 24/04/15 Paulo Cesar Gomes de Souza
- Presidente da Assembleia, Fausto Cesar Gomes de Souza - Secre-
tário, Jucenra nº 2763242 em 20/05/2015. Bernardo F.S. Benveniste - Secre-
tário Geral. M: 18533430

DIÁRIO OFICIAL PARTE V - PUBLICAÇÕES A PEDIDO

ASSINATURAS SEMEGRATIS DO DIÁRIO OFICIAL

ASSINATURA NORMAL	R\$ 284,00
ADVOGADOS E ESTAGIÁRIOS	R\$ 394,00 (13)
ÓRGÃOS PÚBLICOS (Federal, Estadual, Municipal)	R\$ 394,00 (13)
FUNCIONÁRIOS PÚBLICOS (Federal, Estadual, Municipal)	R\$ 394,00 (13)

(*) SEMEGRATIS PARA OS MUNICÍPIOS DO RIO DE JANEIRO E NITERÓI
OBS: As assinaturas com desconto somente são concedidas para o funcionalário
público (Federal, Estadual e Municipal) que apresentar o último comprovante de
pagamento de imposto de renda e que as pessoas autorizadas a assinar as
assinaturas poderão ser adquiridas a
R\$ 132,00 (132 reais) por assinatura.

ATENÇÃO: É vedada a devolução das assinaturas pelas assinaturas do D.O.
IMPRESSA OFICIAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - Rua Pinheiro Machado, nº 81, Centro - Niterói, RJ - CEP 24.030-230. Tel: (0xx21) 2717-6161 - Fax: (0xx21) 2717-4348

www.imprensaoficial.rj.gov.br

Serviço de Atendimento ao Cliente da Imprensa Oficial do Estado do Rio de Janeiro: Tel: 0800-2846675 das 08h às 18h

17º Ofício de Notas
DA CAPITAL

Certifico e dou fé que a presente original que foi apresentado. Rio de Janeiro, 13 de junho de 2016.

PAULA CRISTINA A.D. GASPAR-AUT
EMP-46363 RIO-GASPAR-AUT

reprodução
serventia
TJ-FUNDOS
Total

do
fiel
3.09
1.81
6.90

www3.tjri.jus.br/sitepublico

CARTÓRIO DO 17º
Paula Cristina A.D. Gaspar-Aut
1701-0000

028574
ACS13508



ATAS, CERTIDÕES E
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Associações, Sociedades e Firms

ATLAS ALUMÍNIO S.A.
CNPJ/MF: 12.336.018/0001-48 - NIRE: 33.3.0029453.8
Ata da Assembleia Geral Ordinária realizada em 19 de junho de 2015. 1. Data, horário e local: Aos 19 de junho de 2015, às 10:00 horas na sede da Atlas Alumínio S.A. ("Companhia"), localizada no Estado e na Cidade do Rio de Janeiro, Praia de Botafogo nº 228, sala 701, CEP 22250-145. 2. Convocação: Dispensada e convocação 6.404/76 ("Lei das Sociedades por Ações"), em função da presença dos acionistas representando a totalidade do capital social da Companhia. 3. Presença: Presentes os acionistas representando a totalidade do capital social da Companhia, conforme assinaturas lançadas no livro de Presença de Acionistas. 4. Mesa: Presidente: Hans Joachim Kock. Secretária: Waldira Mossetta. 5. Publicações: Os resultados financeiros da Companhia foram publicados nos seguintes jornais: Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro e Diário Comercial no dia 28 de maio de 2015. 6. Ordem do Dia: (i) Examinar, discutir e deliberar sobre o Relatório Anual e das demonstrações financeiras, re deliberação sobre a distribuição de juros sobre o capital próprio e a distribuição de dividendos referente ao exercício financeiro de 31/12/2014; e (ii) Examinar, discutir e deliberar sobre a aprovação da 31/12/2014; e (iii) Examinar, discutir e deliberar sobre a aprovação da remuneração dos administradores da Companhia. 7. Deliberações: Depois de examinada e discutida a matéria da ordem do dia, os acionistas aprovaram, por unanimidade e sem quaisquer restrições: 7.1. O Relatório Anual e as demonstrações financeiras referentes ao exercício financeiro encerrado em 31/12/2014. Uma vez aprovada a conta própria apurada com base no balanço patrimonial (Lucros Acumulados) levantado em 31 de dezembro de 2014, no valor bruto de R\$ 67.195.103,72 (sessenta e sete milhões, cento e noventa e cinco mil, cento e três reais e setenta e dois centavos), dos quais R\$ 10.079.265,56 (dez milhões, setenta e dois mil, cento e setenta e seis reais e cinquenta e seis centavos) serão pagos da Imposição de Renda (IRRF), os quais totalizam o montante líquido de impostos de R\$ 57.115.838,16 (cinquenta e sete milhões, cento e noventa e cinco mil, cento e trinta e oito reais e dezesseis centavos). A destinação do montante líquido de R\$ 57.115.838,16 (cinquenta e sete milhões, cento e noventa e cinco mil, cento e trinta e oito reais e dezesseis centavos) será efetuada da seguinte maneira: (a) 5% (cinco por cento) do lucro líquido, para reserva legal no valor de R\$ 2.855.791,91 (dois milhões, oitocentos e cinquenta e sete mil, novecentos e noventa e um reais e noventa e um centavos); (b) distribuição de dividendos no valor de R\$ 40.264.839,57 (quarenta milhões, duzentos e sessenta e quatro mil, oitocentos e trinta e nove reais e cinquenta e sete centavos); e (c) distribuição de dividendos no valor de R\$ 42.090.005,19 (quarenta e dois milhões, noventa e cinco mil, oitocentos e cinco reais e dezesseis centavos) será pago a título de dividendo adicional. Os dividendos serão pagos até o dia 31 de dezembro de 2015. 7.2. Conformer o Instrumento de Usufruto anexo, a acionista Hydro Aluminium Brasil Investment B.V. instituiu em usufruto seus direitos patrimoniais e financeiros decorrentes de suas ações na Companhia para a acionista

SUMÁRIO

Atas, Certidões e Demonstrações	1
Associações, Sociedades e Firms	1
Avisos, Editais e Termos	11
Associações, Sociedades e Firms	11
Condomínios	13
Leilões Extrajudiciais	13
Órgãos de Representação Profissional	13

Hydro Albras B.V. Pontão, a distribuição dos dividendos e juros sobre capital próprio definidos no item 7.1 acima serão pagos integralmente a acionista Hydro Albras B.V. 7.3 Remuneração global dos administradores da Companhia para o exercício de 2015 no montante de até R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), incluídas as remunerações de até R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais) individualizadas pelo Conselho de Administração da Companhia. 7.4 Autorizar a lavratura da Ata a que se refere esta Assembleia Geral Ordinária na forma sumária, nos termos do Artigo 130, parágrafo 1º, da Lei das Sociedades por Ações. 8. Encerramento: Como nada mais havia a ser tratado, o Presidente da Assembleia declarou a presente Ata a qual foi lida, aprovada e assinada por todos os acionistas presentes. Conferir com o original lavrado em livro próprio. Rio de Janeiro, 19 de junho de 2015. Hans Joachim Kock. Presidente. Waldira Mossetta. Secretária. CER. TIDAO. Jucera registra nº 00002775341 em 25/06/2015. Bernardo F. S. Berwanger. Secretário-Geral. Id. 1853438

SEGURADORA LIDER DOS CONSÓRCIOS

DO SEGURO DPVAT S.A.
CNPJ/MF nº 09.248.606/0001-04 - NIRE 33.3.0028479-6
ATA DA REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO REALIZADA EM 19 DE MAIO DE 2015. Data, Hora e Local: Aos 19 (dezenove) dias do mês de maio de 2015, às 16:30h na sede social da Companhia, na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro. Convocação: Os membros do Conselho de Administração foram convocados por correio eletrônico enviado em 12 de maio de 2015. Presença: Presentes os conselheiros Luiz Tavares Pereira Filho, Rosana Tereima Salsano, Bernardo Diekmann, Celso Damatti, Jabs de Mendonça Alexandre, João Gilberto Possiede, Jorge de Souza Andrade, Marcelo Goldman, Mucio Novais de Albuquerque Cavalcanti e Ricardo José Iglesias Inverniz. Presentes ainda os conselheiros suplentes Jorge Carvalho e Paulo de Oliveira Medeiros, que, por força da presença do respectivo conselheiro titular, atenderam à reunião. Não compareceu o conselheiro titular, André Laal, titular do cargo de Presidente da Companhia, em virtude de estar fora do Brasil. Ordem do Dia: (i) Ratificação da Eleição dos membros do Conselho de Administração realizada na Reunião do Conselho de Administração do dia 25 de março de 2015; e (ii) Assuntos Gerais. Deliberações: (i) Os conselheiros deliberaram, por unanimidade, ratificar a eleição dos atuais membros do Conselho de Administração, ratificando a eleição dos atuais membros do Conselho de Administração: (1) Luiz Pereira da Silva, brasileiro casado, contador, titular do documento de identidade nº 11.431.698, expedido pela SSP/RJ, inscrito no CPF/MF sob o nº 006.845.328-08, residente e domiciliado na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, que exerce a função de coordenador do referido Conselho; (2) Renato Paulino de Carvalho Filho, brasileiro casado, advogado titular do documento de identidade nº 00811605144, expedido pelo IPRJ, inscrito no CPF/MF sob o nº 344.726.577-91, residente e domiciliado na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro; e (3) Marcos Acácio Ferreira, brasileiro casado, economista titular do documento de identidade nº 32738061-5, expedido pela SSP/RJ, inscrito no CPF/MF sob o nº 210.557.189-15, residente e domiciliado na cidade do Rio de Janeiro.

Estado do Rio de Janeiro, para novo mandato de 1 (um) ano, que terá termo em 25 de março de 2016; e (iii) Os membros do Conselho de Administração não deliberaram a título de assuntos gerais. Encerramento, Lavratura, Aprovação e Assinatura da Ata: Nada mais a ser tratado, foi encerrada a reunião e lavrada a presente Ata em forma de sumário dos fatos ocorridos e que, após lida e arrolada corretamente, foi aprovada e assinada por todos os conselheiros presentes. Assinaturas: (ass.) Luiz Tavares Pereira Filho - Presidente do Conselho; (ass.) Rosana Tereima Salsano - Conselheira Vice-Presidente; (ass.) Bernardo Diekmann - Conselheiro; (ass.) Celso Damatti - Conselheiro; (ass.) Jabs de Mendonça Alexandre - Conselheiro; (ass.) Jorge de Souza Andrade - Conselheiro; (ass.) João Gilberto Possiede - Conselheiro; (ass.) Marcelo Goldman - Conselheiro; (ass.) Mucio Novais de Albuquerque Cavalcanti - Conselheiro; e (ass.) Ricardo José Iglesias Inverniz - Conselheiro. Rio de Janeiro, 19 de maio de 2015. André Laal Faoro - Secretário. Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro - NIRE nº 33.3.0028479-6, Protocolo: 00.2015/1982/1-1 de 15/06/2015. Certidão de Deliberação em 22/06/2015 e o Registro sob o nº 00002775341. Bernardo F. S. Berwanger. Secretário Geral. Id. 1853431

N.S.O.S.P.E. EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES S.A.

CNPJ/MF nº 12.634.131/0001-00 - NIRE 33.300.301.461
Ata da AGE. Data, Hora e Local: Aos 16/06/2015, às 15h, RJ/RJ, na Rua Sete de Setembro nº 55, sala 1804, Centro. Convocação: Os acionistas, nos termos do § 4º do art. 124 da Lei nº 6.404, de 15/12/1976 ("Lei das S.A."), tendo em vista o comparecimento de acionistas representando a totalidade do capital social da Cia. Presença: Presença de acionistas representando a totalidade do capital social da Cia., conforme se verifica no Livro de Presença de Acionistas. Mesa: Presidente: Antônio Carlos Rodrigues e Secretária: Evânia Cerqueira de Brito. Ordem do Dia: Examinar, discutir e deliberar acerca do aumento do capital social da Cia., mediante a subscrição de novas ações, e consequente alteração do art. 6º do Estatuto Social ("Deliberações Lançadas"). Após discutidas as matérias constantes das Deliberações Lançadas, os acionistas representando a totalidade do capital social da Cia. deliberaram, sem quaisquer restrições, o quanto segue: (i) aumentar o capital social, dos atuais R\$380.684.062,00, para R\$389.784.062,00, sendo esse aumento no montante de R\$9.900.000,00, com a correspondente emissão de 8.900.000 (oito milhões e noventa mil) ações, nominativas e sem valor nominal, pelo preço de emissão de R\$1,00 por ação, nos termos do art. 170 da Lei das S.A. As ações emitidas são neste ato totalmente subscritas pela acionista CIMINPART - Investimentos e Participações SGPS S.A., nos termos do Boleim de Subscrição anexo (Anexo II) e mediante a expressão de concordância da outra acionista, que expressamente renuncia ao direito de preferência previsto no art. 171 da Lei das S.A. O capital ora subscrito é, neste ato, totalmente integralizado em moeda corrente nacional, mediante a capitalização dos recursos remetidos pela subscritora, em moeda corrente do país, dividido em 389.784.062 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal. Encerramento: Nada mais havendo a ser tratado foi oferecida a palavra a quem dela quiser usar e ninguém se manifestou, foram encerradas as deliberações desta Ata, a qual, após reaberta a sessão, foi lida, achada correta, aprovada e por todos os presentes assinada. (Assinaturas) Antônio Carlos Rodrigues - Presidente, e Evânia Cerqueira de Brito - Secretária. Acionistas Presentes: SEMAPA - Sociedade de Investimento e Gestão, SGPS S.A. CIMINPART - Investimentos e Participações SGPS S.A. RJ/RJ, 16/06/2015. Jucera nº 2780758 em 29/06/2015. Bernardo F.S. Berwanger - Sec. Geral. Id. 1853444

F2C CONSULTORIA, ASSESSORIA E ANÁLISE DE INFORMÁTICA S/A

CNPJ - 07.737.631/0001-37

BALANÇO PATRIMONIAL REALIZADO EM 31/12/2014

Senhores acionistas: Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos a apreciação de V.Sas as Demonstrações Financeiras, levantadas em 2014 e 2013, e as respectivas Demonstrações de Resultados do Exercício, do Patrimônio Líquido e do Fluxo de Caixa, correspondentes aos exercícios fínidos naquelas datas. Expressamos os nossos agradecimentos a todos.

BALANÇO PATRIMONIAL REALIZADO EM 31/12/2014 (Em Reais)				DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO (Em Reais)			
	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2013	Capital Integralizado	Capital Aporte	Reserva Legal	Reserva de Lucros
ATIVO	18.654.085	9.943.710	9.943.710	4.629.200		177.799	4.806.999
CIRCULANTE	19.120.850	9.278.538	9.278.538				
Caixa e Equivalente de Caixa	1.919.669	2.473.991	2.473.991	1.681.398			1.681.398
Clientes	14.615.911	6.419.581	6.419.581				2.299.373
Impostos a Recuperar	1.604.030	142.929	142.929				-109.220
Ativo Fiscal Diferido IRPJ e CSLL	124.182	166.685	166.685				-114.969
Outros Ativos	2.191.288	30.244	30.244				2.075.184
NÃO CIRCULANTE	963.245	664.172	664.172				
Imobilizado	557.009	655.597	655.597				
Imobilizado de uso	1.387.441	1.326.681	1.326.681				
Depreciação Acumulada	-830.432	-671.084	-671.084				
Intangível	6.236	8.576	8.576				
Direito de Uso de Software	-5.457	-3.116	-3.116				
Amortização Acumulada	-18.654.085	-9.943.710	-9.943.710				
PASSIVO	10.932.366	5.087.596	5.087.596				
CIRCULANTE	10.932.366	5.087.596	5.087.596				
Fornecedores	3.907.221	40.604	40.604				1.681.398
Emprestimos, Financiamentos e Encargos	2.191.288	30.244	30.244				2.299.373
Impostos e Contribuições a Recolher	556.861	656.463	656.463				-109.220
Dividendos a Pagar	109.220	1.681.398	1.681.398				-67.771
Contas a Pagar	1.504.468	1.006.454	1.006.454				1.681.398
Provisão de Férias	761.357	560.069	560.069				3.866.618
Passivos Fiscais Diferido IRPJ e CSLL	1.436.623	275.203	275.203				-1.681.398
Provisão IRPJ e CSLL	285.328	177.015	177.015				1.919.669
NÃO CIRCULANTE	73.179	69.115	69.115				
Emprestimos, Financiamentos e Encargos	73.179	69.115	69.115				
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	8.676.550	4.806.999	4.806.999				
Capital Social	6.310.598	4.629.200	4.629.200				
Reserva Legal	292.768	177.799	177.799				
Reserva de Lucros	2.075.184						
DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO ABRANGENTE (Em Reais)				DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA EXERCÍCIO (Em Reais)			
	2014	2013	2013				
Lucro do Exercício	2.299.373	3.555.973	3.555.973				
Total do Resultado Abrangente Líquido	2.299.373	3.555.973	3.555.973				

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

- As Demonstrações Financeiras foram elaboradas de acordo com a Lei 6.404/76 e as Normas e princípios da Contabilidade gerencialmente aceitos.
- Apreciação de resultado: As despesas e receitas foram reconhecidas pelo regime de competência, independentemente de seu efetivo pagamento ou recebimento.
- O Capital Social é de R\$ 6.310.598 dividido em 4.629.075 ações ON.

DIRETOR FINANCEIRO

JOSÉ RAMON DA SILVA MURADAS JUNIOR

CONTADOR

JAIR BASTOS FILHO CRC-RJ 055791/O-4

17º Ofício de Notas
BACAPITAL

Certifico e dou fé que a original que foi apresentado, foi autêntica e verdadeira, e a cópia é fiel ao original.

Rio de Janeiro, 15 de junho de 2015.

PAULA CRISTINA A.D. GASPAL

ERRO-46361 LIT Consulte em <https://www3.tirj.jus.br/sitrepubblico>

026674
A01505

Reprodução fiel do
serventia
tu+FLUWIS
Total : 5,09
: 1,81
: 6,90



RUCHE SA EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS
CNPJ nº: 73.840.500/0001-61 - NIRE: 3330016134-1
Rua da Ode, lavrada na forma de sumário: 1 Data, Hora e Local
das 24/04/15 às 11:30hs, na sede da empresa na Rua Daixe de Mo-
se, 9, parte II, **PRÉDIO 11**, Torre 1, 11º andar, dire-
tamente acessível a todos os moradores, para a eleição de dire-
tores e membros do Conselho Fiscal, da Associação de Proprietários
e Síndico. 3. Quorum: Dispensada a publicação de editais de convocação
e a presença mínima exigida no art. 124, § 6º da Lei 4.040/76 em di-
versas assembleias ordinárias e extraordinárias, realizadas no bloco
de apartamentos 11, 12 e 13, na Rua da Ode, nº 9, parte II, **PRÉDIO**
11, Torre 1, 11º andar, diretamente acessível a todos os moradores,
para a eleição de diretores e membros do Conselho Fiscal, da Associação
de Proprietários e Síndico. 4. Presença de todos os moradores do bloco
11, 12 e 13, na Rua da Ode, nº 9, parte II, **PRÉDIO 11**, Torre 1, 11º andar,
para a eleição de diretores e membros do Conselho Fiscal, da Associação
de Proprietários e Síndico. 5. Assinatura: Assinada por **JOÃO**
Santos Gomes de Souza, e Secretário: **JOÃO** Santos Gomes de Souza.

[illegible]

SECRETARIA DE ESTADO DE OBRAS
COMPANHIA ESTADUAL DE AGUAS E ESGOTOS - CEDAE
CNPJ N° 33 352 394/0001-04
JUCERJANIRE N° 33.3.000.8797-4

ATA DA 605ª REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DA
CEDAE[illegible]

e de Relações com Investidores e de Membro do Conselho de Administração da CEDAE por motivos de ordem profissional, agradece ao Conselho Social das entidades que lhe foi concedida o Senhor Presidente do Conselho de Administração, Sr. Renato Prates Rodrigues, a oportunidade de colaborar à administração desta Companhia; este voto é emitido em favor pela unanimidade dos presentes.

(6) ELEIÇÃO DE DIRETOR ADMINISTRATIVO-FINANCEIRO E DE RELAÇÕES COM INVESTIDORES - O Conselho de Administração aprova a nomeação de MEMBRO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO indicados pelo Conselho Social da Companhia nos cargos de Diretor Administrativo Financeiro e de Relações com Investidores e de Membro do Conselho de Administração, visando suportar as atividades inerentes ao mandato de seu antecessor, Senhor Renato Prates Rodrigues O Conselho de Administração aprova a indicação conforme estabelece a Alínea "c" do Artigo 7º c/c o Artigo 21º do Estatuto Social da CEDAE resolve eleger como Diretor Administrativo Financeiro e de Relações com Investidores - DFI o Senhor Heitor Moreira, brasileiro solteiro Engenheiro, portador da Carteira Nacional de Identificação nº 098878-1, CPF nº 112.860.918-1 residente e domiciliado na Rua Alexander nº 273, Itaipava, Jd. Paraisópolis da Tijuca Rio de Janeiro - RJ para substituir e complementar o mandato de seu antecessor, Senhor Renato Prates Rodrigues, a partir de 15.05.2015. Por conseguinte, o Conselho de Administração com base no disposto no Artigo 35º do Estado Social da CEDAE resolve adotar, "ad referendum", o parecer do Conselho Social da CEDAE aprovar por unanimidade, a nomeação do Senhor Heitor Moreira, como Membro deste Colegiado que será eleito na próxima Assembleia Geral Extraordinária para substituir e complementar o mandato de seu antecessor, Senhor Renato Prates Rodrigues.

(7) REMUNERAÇÃO - A remuneração do Diretor Administrativo Financeiro e de Relações com Investidores do Conselho de Administração da CEDAF é estabelecida de acordo com o previsto nos Artigos 35 e 36 do Estatuto Social da CEDAE.

(8) RENOVACÃO DE AGE - Dando prosseguimento, o Conselho de Administração aprova a renovação do prazo de vigência do Contrato de Prestação de Serviços firmado entre a Companhia e a Agência Brasileira de Regulação da Saneamento Básico da CEDAE, para deliberar sobre a seguinte Ordem do Dia:

Em Assembleia Geral Extraordinária I Eleição do Membro do Conselho de Administração e fixação de sua remuneração II Aprovação do Alteração do Estatuto Social III Administração da Companhia IV Renovação da autorização de funcionamento V Outras matérias necessárias para a divulgação e publicação do Edital de Convocação

(9) ASSUNTOS GERAIS / REGIMENTO INTERNO - O Conselho de Administração resolve aprovar que sejam realizados ajustes na Tabela de Remuneração dos Administradores, bem como na estrutura organizacional da Companhia e no Regulamento Interno da CEDAF e as devidas alterações no Regimento Interno da CEDAE com validade a partir de 01/05/2015. E nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente encerra a reunião, mandando que se lave a ata e os senhores membros e assistente estejam devidamente designados para analisar as Resoluções do Conselho de Administração e designada para assinar as Atas das Reuniões do Conselho de Administração, ficando assim constituída a Junta de Administração da Companhia para o biênio 2015/2016.

Estatual de Águas e Esgotos - CEDAE Rio de Janeiro, 14 de maio de 2015.

de 2015

- 1 Leonardo da Cunha e Silva Espindola Dias - Presidente
- 2 Jorge Luiz Ferreira Brand - Vice-Presidente
- 3 Renato Prates Rodrigues - Membro
- 4 Aristides Maria Ricci Corbellini - Membro
- 5 Rodrigo Tostes Sclon de Pontes - Membro
- 6 Icaro Moreno Junior - Membro
- 7 Paulo Cezar Saldanha da Gama Ripper Nogueira - Membro
- 8 Cristiane Batista de Souza - Secretária

O extrato deste Ata foi registrado na JUCERJIA sob nº 00002769802
na data 03/06/2015

Id: 185346

Quatro Por Quatro Empreendimentos e Participações

[illegible]

SEGURO LÍDER DOS CONSÓRCIOS

[illegible][illegible]

EDIFÍCIO ODEBRECHT RJ S.A.
CNPJ/ME nº 19.432.175/0001-40 - NIRE 3330031007-0

Ata de Assembleia Geral Ordinária
Data, horário e local: Em 17 de abril de 2015, às 10:00 horas, na Rua 124, 54ª do Leste, Companhia, localizada na Avenida Cidade de Luro, nº 86, São Carlos, RJ, realizou-se Assembleia Geral Ordinária, convocada e dispensada e publicação de Editais de Convocação, na forma da Lei nº 124, 54ª do Leste nº 6.044/76. Publicações: A Companhia está dispensada de publicação no Balanço Patrimonial e as demais Demonstrações Financeiras referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2014.
Presenças: Acionistas representando a totalidade do capital social, conforme assinaturas constantes no Livro de Presença de Ações.
Mesa: Carlos Gouveia Barreto, *Presidente*, Laura Mariano Gadêlma, *Secretária*.
Deliberações: 1) Autorizada a lavatura da presente Ata, lavrada em 20 de abril de 2015, no Livro de Atas, sob o número 130, 131º da Lei nº 6.044/76. 2) Aprovada a forma Acúta ou angariada das Demonstrações Financeiras referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2014. 3) Aprovada a destinação, a título de saldo do lucro do prejuízo do exercício findo em 31 de dezembro de 2014, em 2015, de R\$ 3.733.177 (três mil, setecentos e trinta e três reais e setecentos e trinta e sete centavos), para aplicação em investimentos. 4) Aprovada renúncia das seguintes pessoas como membros da Diretoria da Companhia para um novo mandato de 7 (dois) anos iniciado nesta data, com término na Assembleia Geral Ordinária a ser realizada em 2016: **Presidente** Carlos Gouveia Barreto, brasileiro, casado, administrador, inscrito no CPF nº 016.617.162-15, portadora da carteira de identidade RG nº 33.191.314-33 SSP/BA residente e domiciliada na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, com endereço comercial na Rua Lemps, nº 124, 54ª do Leste, andar, parte B, Butantã, São Paulo/SP, CEP 05.501-050, com Diretor específico da Companhia. 5) **Presidente** Vinícius Flores Iazetta, brasileiro, casado, engenheiro, inscrito no CPF nº 016.617.162-15, portador da carteira de identidade RG nº 30.012.596-1 SSP/SP residente e domiciliado na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, com endereço comercial na Rua Lemps, nº 124, 54ª do Leste, andar, parte B, Butantã, São Paulo/SP, CEP 05.501-050, com Diretor específico da Companhia. 6) **Presidente** Vinícius Flores Iazetta, brasileiro, casado, engenheiro, inscrito no CPF nº 016.617.162-15, portador da carteira de identidade RG nº 30.012.596-1 SSP/SP residente e domiciliado na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, com endereço comercial na Rua Lemps, nº 124, 54ª do Leste, andar, parte B, Butantã, São Paulo/SP, CEP 05.501-050, com Diretor específico da Companhia. 7) **Presidente** França Tavares de Silva, brasileiro, solteiro, administrador, inscrito nas potadoras da carteira de identidade RG nº 43.861.162-1 SSP/SP, inscrito no CPF nº 016.617.162-15, com Diretor específico da Companhia. 8) **Presidente** França Tavares de Silva, brasileiro, solteiro, administrador, inscrito no CPF nº 016.617.162-15, com Diretor específico da Companhia. 9) **Presidente** França Tavares de Silva, brasileiro, solteiro, administrador, inscrito no CPF nº 016.617.162-15, com Diretor específico da Companhia. 10) **Presidente** França Tavares de Silva, brasileiro, solteiro, administrador, inscrito no CPF nº 016.617.162-15, com Diretor específico da Companhia. 11) **Presidente** França Tavares de Silva, brasileiro, solteiro, administrador, inscrito no CPF nº 016.617.162-15, com Diretor específico da Companhia. 12) **Presidente** França Tavares de Silva, brasileiro, solteiro, administrador, inscrito no CPF nº 016.617.162-15, com Diretor específico da Companhia. 13) **Presidente** França Tavares de Silva, brasileiro, solteiro, administrador, inscrito no CPF nº 016.617.162-15, com Diretor específico da Companhia. 14) **Presidente** França Tavares de Silva, brasileiro, solteiro, administrador, inscrito no CPF nº 016.617.162-15, com Diretor específico da Companhia. 15) **Presidente** França Tavares de Silva, brasileiro, solteiro, administrador, inscrito no CPF nº 016.617.162-15, com Diretor específico da Companhia. 16) **Presidente** França Tavares de Silva, brasileiro, solteiro, administrador, inscrito no CPF nº 016.617.162-15, com Diretor específico da Companhia. 17) **Presidente** França Tavares de Silva, brasileiro, solteiro, administrador, inscrito no CPF nº 016.617.162-15, com Diretor específico da Companhia. 18) **Presidente** França Tavares de Silva, brasileiro, solteiro, administrador, inscrito no CPF nº 016.617.162-15, com Diretor específico da Companhia. 19) **Presidente** França Tavares de Silva, brasileiro, solteiro, administrador, inscrito no CPF nº 016.617.162-15, com Diretor específico da Companhia. 20) **Presidente** França Tavares de Silva, brasileiro, solteiro, administrador, inscrito no CPF nº 016.617.162-15, com Diretor específico da Companhia. 21) **Presidente** França Tavares de Silva, brasileiro, solteiro, administrador, inscrito no CPF nº 016.617.162-15, com Diretor específico da Companhia. 22) **Presidente** França Tavares de Silva, brasileiro, solteiro, administrador, inscrito no CPF nº 016.617.162-15, com Diretor específico da Companhia. 23) **Presidente** França Tavares de Silva, brasileiro, solteiro, administrador, inscrito no CPF nº 016.617.162-15, com Diretor específico da Companhia. 24) **Presidente** França Tavares de Silva, brasileiro, solteiro, administrador, inscrito no CPF nº 016.617.162-15, com Diretor específico da Companhia. 25) **Presidente** França Tavares de Silva, brasileiro, solteiro, administrador, inscrito no CPF nº 016.617.162-15, com Diretor específico da Companhia. 26) **Presidente** França Tavares de Silva, brasileiro, solteiro, administrador, inscrito no CPF nº 016.617.162-15, com Diretor específico da Companhia. 27) **Presidente** França Tavares de Silva, brasileiro, solteiro, administrador, inscrito no CPF nº 016.617.162-15, com Diretor específico da Companhia. 28) **Presidente** França Tavares de Silva, brasileiro, solteiro, administrador, inscrito no CPF nº 016.617.162-15, com Diretor específico da Companhia. 29) **Presidente** França Tavares de Silva, brasileiro, solteiro, administrador, inscrito no CPF nº 016.617.162-15, com Diretor específico da Companhia. 30) **Presidente** França Tavares de Silva, brasileiro, solteiro, administrador, inscrito no CPF nº 016.617.162-15, com Diretor específico da Companhia. 31) **Presidente** França Tavares de Silva, brasileiro, solteiro, administrador, inscrito no CPF nº 016.617.162-15, com Diretor específico da Companhia. 32) **Presidente** França Tavares de Silva, brasileiro, solteiro, administrador, inscrito no CPF nº 016.617.162-15, com Diretor específico da Companhia. 33) **Presidente** França Tavares de Silva, brasileiro, solteiro, administrador, inscrito no CPF nº 016.617.162-15, com Diretor específico da Companhia. 34) **Presidente** França Tavares de Silva, brasileiro, solteiro, administrador, inscrito no CPF nº 016.617.162-15, com Diretor específico da Companhia. 35) **Presidente** França Tavares de Silva, brasileiro, solteiro, administrador, inscrito no CPF nº 016.617.162-15, com Diretor específico da Companhia. 36) **Presidente** França Tavares de Silva, brasileiro, solteiro, administrador, inscrito no CPF nº 016.617.162-15, com Diretor específico da Companhia. 37) **Presidente** França Tavares de Silva, brasileiro, solteiro, administrador, inscrito no CPF nº 016.617.162-15, com Diretor específico da Companhia. 38) **Presidente** França Tavares de Silva, brasileiro, solteiro, administrador, inscrito no CPF nº 016.617.162-15, com Diretor específico da Companhia. 39) **Presidente** França Tavares de Silva, brasileiro, solteiro, administrador, inscrito no CPF nº 016.617.162-15, com Diretor específico da Companhia. 40) **Presidente** França Tavares de Silva, brasileiro, solteiro, administrador, inscrito no CPF nº 016.617.162-15, com Diretor específico da Companhia. 41) **Presidente** França Tavares de Silva, brasileiro, solteiro, administrador, inscrito no CPF nº 016.617.162-15, com Diretor específico da Companhia. 42) **Presidente** França Tavares de Silva, brasileiro, solteiro, administrador, inscrito no CPF nº 016.617.162-15, com Diretor específico da Companhia. 43) **Presidente** França Tavares de Silva, brasileiro, solteiro, administrador, inscrito no CPF nº 016.617.162-15, com Diretor específico da Companhia. 44) **Presidente** França Tavares de Silva, brasileiro, solteiro, administrador, inscrito no CPF nº 016.617.162-15, com Diretor específico da Companhia. 45) **Presidente** França Tavares de Silva, brasileiro, solteiro, administrador, inscrito no CPF nº 016.617.162-15, com Diretor específico da Companhia. 46) **Presidente** França Tavares de Silva, brasileiro, solteiro, administrador, inscrito no CPF nº 016.617.162-15, com Diretor específico da Companhia. 47) **Presidente** França Tavares de Silva, brasileiro, solteiro, administrador, inscrito no CPF nº 016.617.162-15, com Diretor específico da Companhia. 48) **Presidente** França Tavares de Silva, brasileiro, solteiro, administrador, inscrito no CPF nº 016.617.162-15, com Diretor específico da Companhia. 49) **Presidente** França Tavares de Silva, brasileiro, solteiro, administrador, inscrito no CPF nº 016.617.162-15, com Diretor específico da Companhia. 50) **Presidente** França Tavares de Silva, brasileiro, solteiro, administrador, inscrito no CPF nº 016.617.162-15, com Diretor específico da Companhia. 51) **Presidente** França Tavares de Silva, brasileiro, solteiro, administrador, inscrito no CPF nº 016.617.162-15, com Diretor específico da Companhia. 52) **Presidente** França Tavares de Silva, brasileiro, solteiro, administrador, inscrito no CPF nº 016.617.162-15, com Diretor específico da Companhia. 53) **Presidente** França Tavares de Silva, brasileiro, solteiro, administrador, inscrito no CPF nº 016.617.162-15, com Diretor específico da Companhia. 54) **Presidente** França Tavares de Silva, brasileiro, solteiro, administrador, inscrito no CPF nº 016.617.162-15, com Diretor específico da Companhia. 55) **Presidente** França Tavares de Silva, brasileiro, solteiro, administrador, inscrito no CPF nº 016.617.162-15, com Diretor específico da Companhia. 56) **Presidente** França Tavares de Silva, brasileiro, solteiro, administrador, inscrito no CPF nº 016.617.162-15, com Diretor específico da Companhia. 57) **Presidente** França Tavares de Silva, brasileiro, solteiro, administrador, inscrito no CPF nº 016.617.162-15, com Diretor específico da Companhia. 58) **Presidente** França Tavares de Silva, brasileiro, solteiro, administrador, inscrito no CPF nº 016.617.162-15, com Diretor específico da Companhia. 59) **Presidente** França Tavares de Silva, brasileiro, solteiro, administrador, inscrito no CPF nº 016.617.162-15, com Diretor específico da Companhia. 60) **Presidente** França Tavares de Silva, brasileiro, solteiro, administrador, inscrito no CPF nº 016.617.162-15, com Diretor específico da Companhia. 61) **Presidente** França Tavares de Silva, brasileiro, solteiro, administrador, inscrito no CPF nº 016.617.162-15, com Diretor específico da Companhia. 62) **Presidente** França Tavares de Silva, brasileiro, solteiro, administrador, inscrito no CPF nº 016.617.162-15, com Diretor específico da Companhia. 63) **Presidente** França Tavares de Silva, brasileiro, solteiro, administrador, inscrito no CPF nº 016.617.162-15, com Diretor específico da Companhia. 64) **Presidente** França Tavares de Silva, brasileiro, solteiro, administrador, inscrito no CPF nº 016.617.162-15, com Diretor específico da Companhia. 65) **Presidente** França Tavares de Silva, brasileiro, solteiro, administrador, inscrito no CPF nº 016.617.162-15, com Diretor específico da Companhia. 66) **Presidente** França Tavares de Silva, brasileiro, solteiro, administrador, inscrito no CPF nº 016.617.162-15, com Diretor específico da Companhia. 67) **Presidente** França Tavares de Silva, brasileiro, solteiro, administrador, inscrito no CPF nº 016.617.16

passa a ser a seguinte: A) *Diretora Presidente* - Carla Gotteira Barretto *Diretores sem designação específica* B) *Arranjo Vinícius*



**SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS
DO SEGURO DPVAT S.A.**

NIRE nº. 33.3.0028479-6
CNPJ/MF nº. 09.248.608/0001-04

**ATA DA REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO
REALIZADA EM 22 DE SETEMBRO DE 2015**

DATA, HORA E LOCAL: Aos 22 (vinte e dois) dias do mês de setembro de 2015, às 16:00 horas, na sede social da Companhia, na Cidade do Rio de Janeiro, Estado Rio de Janeiro.

CONVOCAÇÃO: Os membros do Conselho de Administração foram convocados por correio eletrônico enviado em 14 de setembro de 2015.

PRESENÇA: Presentes os conselheiros Luiz Tavares Pereira Filho, Rosana Techima Salsano, Bernardo Dieckmann, Celso Damadi, Francisco Alves de Souza, Hélio Hiroshi Kinoshita, Jabis de Mendonça Alexandre, João Gilberto Possiede, Jorge de Souza Andrade, Múcio Novaes de Albuquerque Cavalcanti, Ricardo José Iglesias Teixeira, Roberto Barroso e Valeria Camacho Martins Schmitke. Presentes ainda os conselheiros Antonio Carlos de Oliveira Carneiro, Ivan Luiz Gontijo Júnior, Jorge Carvalho e Paulo de Oliveira Medeiros, que, por força da presença dos respectivos conselheiros titulares, atenderam à reunião sem direito a voto nas matérias constantes da ordem do dia. Presentes, na condição de convidados, Ricardo de Sá Acatauassú Xavier, Marcelo Davoli Lopes, Carlos André Guerra Barreiros, Claudio Mendes Ladeira e Marcus Vinícius Cataldo de Felipe, respectivamente Diretor Presidente, Diretor Jurídico, Diretor de Relações Institucionais, Diretor de Operações e Diretor de Infraestrutura da Companhia.

MESA DE TRABALHO: Presidente: Luiz Tavares Pereira Filho; Secretário: André Leal Faoro.

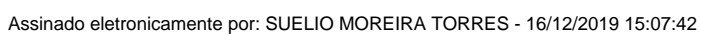
ORDEM DO DIA: (i) Eleição dos membros da Diretoria Executiva; (ii) Rerratificação das designações específicas dos membros da Diretoria Executiva; e (iii) Assuntos Gerais.

DELIBERAÇÕES TOMADAS: Os membros do Conselho deliberaram, por unanimidade: (i) Reeleger **RICARDO DE SÁ ACATAUASSÚ XAVIER**, brasileiro, casado, engenheiro, titular do documento de identidade nº: 03.891.764-7, expedido pelo DETRAN/RJ, inscrito no CPF/MF sob o nº. 728.150.517-53, residente e domiciliado na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro como Diretor-Presidente da Companhia; **CARLOS ANDRÉ GUERRA BARREIROS**, brasileiro, casado, securitário, titular do documento de identidade nº 55.625.648-7, expedido pela SSP/SP, inscrito no CPF/MF sob o nº 832.349.187-91, residente e domiciliado na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, como Diretor sem designação específica da Companhia, como Diretor sem designação específica; **MARCELO DAVOLI LOPES**, brasileiro, casado, advogado, titular do documento de identidade nº. 019842307-X, expedido pela SSP/SP, inscrito no CPF/MF sob o nº. 132.870.808-06, residente e domiciliado na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, como Diretor sem designação específica; **CLAUDIO MENDES LADEIRA**, brasileiro, solteiro, securitário, titular do documento de identidade nº 06766244-5, expedido pelo IFP/RJ, inscrito no CPF/MF sob o nº 912.422.907-53, residente e domiciliado na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, como Diretor sem designação específica e **MARCUS VINÍCIUS CATALDO DE FELIPPE**, brasileiro, casado, engenheiro civil, titular do documento de identidade nº. M-1.777.953, expedido pela SSP/MG, inscrito no CPF/MF sob o nº. 521.462.436-00, residente e domiciliado na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, como Diretor sem designação específica. A posse dos diretores ora eleitos dar-se-á mediante assinatura do respectivo termo no livro de atas da Diretoria Executiva da Companhia. Os diretores eleitos terão mandato de 11 de outubro de 2015 até o dia 11 de outubro de 2016, permanecendo no cargo até a investidura dos seus sucessores. Os

Certidão da ata da Reunião do Conselho de Administração da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A. realizada em 22 de setembro de 2015 às 16:00 horas

Página 1 de 3



[illegible]

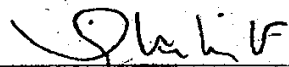
Diretores ora eleitos declaram que não estão incursos em nenhum crime que o impeçam de desempenhar atividade mercantil e, ainda, não estarem inabilitados para tanto, nos termos da lei. Os Diretores eleitos declaram, por fim, que preenchem os requisitos previstos na legislação em vigor, em especial os constantes da Resolução no. 136/2005 do Conselho Nacional de Seguros Privados – CNSP. A remuneração dos membros da Diretoria Executiva observará o limite global de remuneração estabelecido na Assembleia Geral Ordinária da Companhia realizada em 25 de março de 2015; (ii) Re ratificar as designações específicas atribuídas aos membros da Diretoria Executiva, da seguinte forma: (a) Marcus Vinicius Cataldo de Felipe: diretor responsável administrativo-financeiro e diretor responsável pelo acompanhamento, supervisão e cumprimento das normas e procedimentos de contabilidade; (b) Carlos André Guerra Barreiros: diretor responsável pelas relações com a SUSEP; (c) Marcelo Davoli Lopes: diretor responsável pelo cumprimento do disposto na Lei nº 9.613, de 3 de março de 1998 (Circulares SUSEP nº 234/03 e 445/12), e diretor responsável pelos controles internos; (d) Cláudio Mendes Ladeira: diretor responsável técnico (Circular SUSEP nº 234/03 e Resolução CNSP nº 311/14) e diretor responsável pelos controles internos específicos para a prevenção contra fraudes. Os membros do Conselho de Administração não atribuíram a responsabilidade pelo cumprimento das obrigações da Resolução CNSP nº 143/05 uma vez que a Companhia não emite apólices, endossos e/ou realiza operações de cosseguro. As designações específicas deverão ser ratificadas pelos acionistas na próxima Assembleia Geral da Companhia, na forma da regulamentação da SUSEP em vigor. Os conselheiros presentes declaram, expressamente, que foram observadas as disposições legais atinentes à convocação, quórum de instalação e deliberação para esta reunião. Os conselheiros e os diretores ora reeleitos declaram inexistir parentesco, até o terceiro grau, entre administradores e membros do Conselho Fiscal da Companhia, bem como declaram que os integrantes do referido órgão estatutário não integram o quadro de empregados da Companhia; e (iii) Os membros do Conselho de Administração nada discutiram a título de assuntos gerais.

VALIDADE DAS DELIBERAÇÕES: Os membros do Conselho de Administração da Companhia e os membros da Diretoria Executiva ora reeleitos declaram estar cientes de que as deliberações havidas nesta reunião estão condicionadas à homologação pela Superintendência de Seguros Privados – SUSEP.

ENCERRAMENTO, LAVRATURA, APROVAÇÃO E ASSINATURA DA ATA: Nada mais a ser tratado, foi encerrada a reunião e lavrada a presente ata em forma de sumário dos fatos ocorridos e que, após lida e achada correta, foi aprovada e assinada por todos os conselheiros presentes.

Rio de Janeiro, 22 de setembro de 2015

MESA DE TRABALHO:



Luiz Tavares Pereira Filho
Presidente





André Leal Faoro
Secretário

Certidão da ata da Reunião do Conselho de Administração da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A. realizada em 22 de setembro de 2015 às 16:00 horas
Página 2 de 3

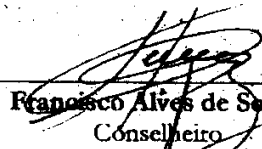


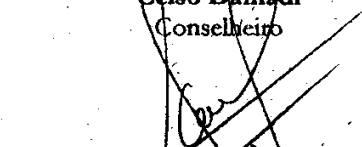


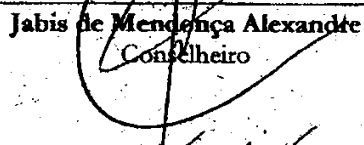

Rosana Techima Salsano
Conselheira Vice-Presidente

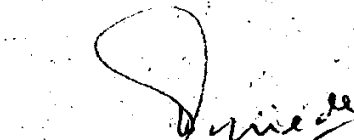

Bernardo Dieckmann
Conselheiro


Celso Damadi
Conselheiro



Francisco Alves de Souza
Conselheiro

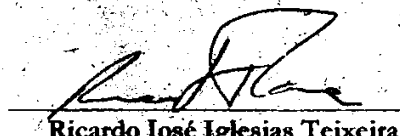

Hélio Hiroshi Kinoshita
Conselheiro



Jabis de Mendonça Alexandre
Conselheiro

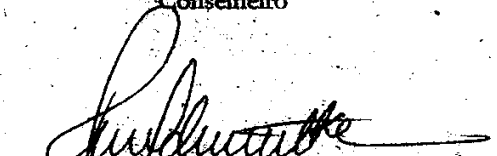

João Gilberto Possiede
Conselheiro


Jorge de Souza Andrade
Conselheiro

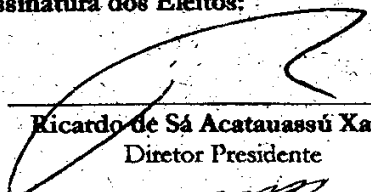

Múcio Novaes de Albuquerque
Cavalcanti
Conselheiro


Ricardo José Iglesias Teixeira
Conselheiro


Roberto Barroso
Conselheiro

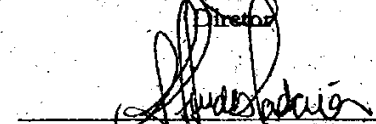

Valeria Camacho Martins Schmitke
Conselheira

Assinatura dos Eleitos:


Ricardo de Sá Acatauassú Xavier
Diretor Presidente


Carlos André Guerra Barreiros
Diretor

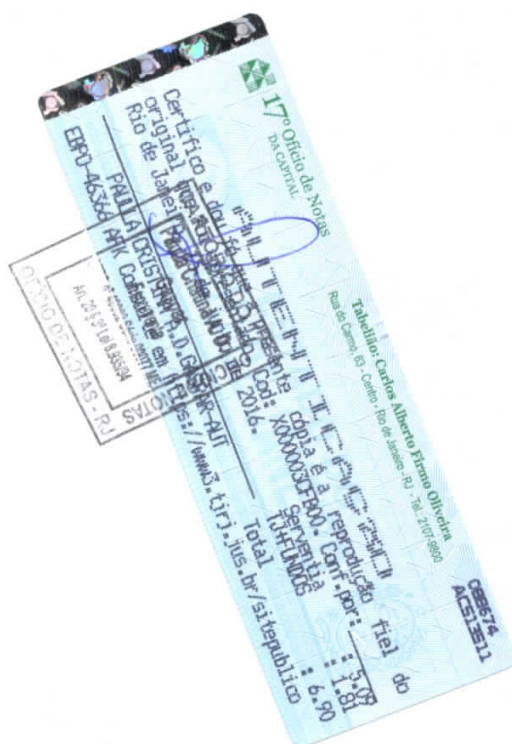

Marcelo Davoli Lopes
Diretor


Claudio Mendes Ladeira
Diretor


Marcus Vinicius Cataldo de Felipe
Diretor

Certidão da ata da Reunião do Conselho de Administração da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A. realizada em 22 de setembro de 2015 às 16:00 horas
Página 3 de 3





17º Ofício de Notas
DA CAPITAL

Tabella Carlos Alberto Firmo Oliveira
Crm. 83 - Canto Rio de Janeiro - RJ - Tel. 2107-8800

CEB574
ACS13510

Original e cópia da presente certidão, com a reprodução fiel do original que foi apresentado, em 15 de janeiro de 2016.

CPF: XXXXXXXX
SERVIDOR
TOTAL

Valor: R\$ 3.09
R\$ 1.81
R\$ 6.90

PAULA DEBORA FADINHA-AM

ERD-46365 XM Consulte em: <https://www3.tjri.jus.br/sitrepulico>



[illegible]

17º Ofício de Notas
DIA CAPITAL

Taboalão Carlos Alberto Fiano Oliveira
Rua do Comércio, 100 - Centro - Rio de Janeiro - RJ - Tel.: 2107-8833

Paula Cristina

Certifico e dou fé que a presente cópia é reprodução fiel do original que foi apresentado para autenticação em 24 de janeiro de 2019.

PAULA CRISTINA A.D. EXERCÍCIO DE NOTAS - DIAS - R\$ 100,00

ERQ-46364 Foi consultada em <https://www3.tjri.jus.br/sitpublico>

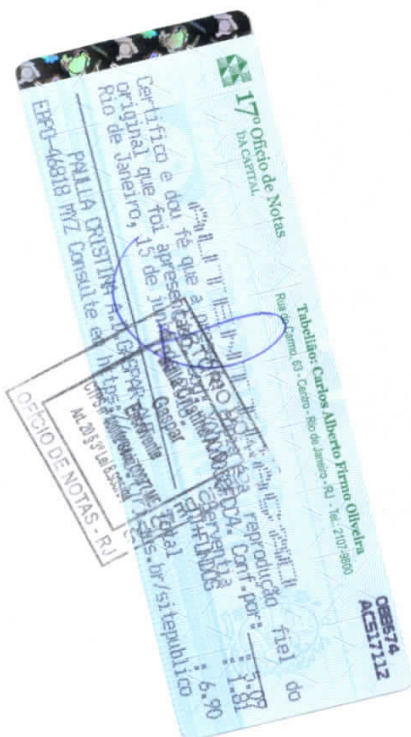
reprodução fiel do	5,07
serviço de autenticação	1,81
TOTAL	6,90

088674
AC51809



Número do documento: 19121615073947000000026153940





SUBSTABELECIMENTO

JOÃO ALVES BARBOSA FILHO, brasileiro, casado, advogado inscrito na OAB/PB 4246-A, **JOÃO PAULO RIBEIRO MARTINS**, brasileiro, solteiro, advogado, inscrito na OAB/ RJ sob o nº 144.819; **JOSELAINE MAURA DE SOUZA FIGUEIREDO**, brasileira, casada, advogada, inscrita na OAB/ RJ sob o nº 140.522; **FERNANDO DE FREITAS BARBOSA**, brasileiro, casado, advogado inscrito na OAB/ RJ sob o n.º 152.629 substabelecem, com reserva de iguais, na pessoa do advogado **SUELIO MOREIRA TORRES**, inscrito na 15477-OAB/PB, os poderes que lhes foram conferidos por **SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.**

Rio de Janeiro, 08 de outubro de 2019.



JOÃO ALVES BARBOSA FILHO - OAB/PB 4246-A

FERNANDO DE FREITAS BARBOSA - OAB RJ 152.629

JOSELAINE MAURA DE SOUZA FIGUEIREDO- OAB RJ 140.522

JOAO PAULO RIBEIRO MARTINS - OAB RJ 144.819

Rua São José, 90 Grupos 810/812, Centro, Rio de Janeiro/RJ – CEP: 20010-020
www.joaobarbosaadvass.com.br



EXMO. SR. DR. JUIZ DE DIREITO DA 3ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE POMBAL/PB

Proc. nº 08014473920188150301

ELIEUDA FERNANDES DA COSTA, já devidamente qualificada nos autos do presente processo que move em face da **SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A**, igualmente qualificada, vem perante V. Exma., através do seu bastante advogado, respeitosamente, em cumprimento ao despacho dos autos, se pronunciar a respeito do laudo pericial judicial, o que faz nos seguintes termos:

O laudo pericial encartado nos autos apurou que a promovente possui incapacidade funcional permanente no Halux esquerdo no percentual de (50%) média que conforme a tabela DPVAT equivale ao valor de R\$675,00 (seiscentos e setenta e cinco reais).

Contudo percebe-se que o médico perito deixou de analisar a invalidez permanente no pé esquerdo da autora, tendo em vista que a documentação médica encartada nos autos deixar claro que a invalidez foi no referido membro.

Cumpre ressaltar que a autora não recebeu nada administrativamente, e por esta razão buscou o judiciário para ver sua invalidez permanente no pé esquerdo devidamente analisada tendo em vista que conforme pedido na inicial, a mesma possui invalidez permanente no pé esquerdo (CID 10 - S92) no percentual de 50% (média) que equivale ao valor total de R\$ 3.375,00 (três mil, trezentos e setenta e cinco reais).

Por esta razão, cabe-nos nesse momento questionar a precisão do laudo em tela, diante da não apreciação da documentação médica comprobatória constante nos autos e falta de quantificação da lesão no membro completo.

PELO EXPOSTO, vem o autor **impugnar** o laudo pericial acostado aos autos, por não concordar, com a falta de graduação da lesão e consequentemente da documentação médica constante nos autos, isto posto, **pugnamos** a V. Ex^a., que se **digne em determinar a realização de perícia médica complementar para que seja avaliada a lesão no pé esquerdo, afim de dirimir as dúvidas suscitadas.**

Termos em que, Pede deferimento.



Pombal, Paraíba, 17 de Dezembro de 2019.

Dr. *Jaques Ramos Wanderley*

Dr.^a *Mayara Queiroga Wanderley*

- OAB/PB 11.984 -

- OAB/PB 18.791—

Dr.^a *Patrícia Rebeca Souza Frteitas*

- OAB/PB 24.064—



EXMO. SR. DR. JUIZ DE DIREITO DA 3ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE POMBAL/PB

Proc. nº 08014473920188150301

ELIEUDA FERNANDES DA COSTA, já devidamente qualificada nos autos da AÇÃO DE COBRANÇA DO SEGURO DPVAT que move em face da **SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A** também já qualificada no processo em epígrafe, atendendo ao despacho emitido por V. Exma., vem apresentar **IMPUGNAÇÃO À CONTESTAÇÃO** do Réu, nos termos seguintes:

I- DO MÉRITO

DA AUSÊNCIA DE LAUDO DO IML QUANTIFICANDO A LESÃO - DA SUPOSTA OBRIGATORIEDADE DE LAUDO PERICIAL E DA NECESSIDADE DE QUANTIFICAÇÃO DA INVALIDEZ PERMANENTE

Alega a Requerida a ausência dos documentos necessários à propositura da ação, em virtude da falta do laudo expedido pelo IML.

Contudo, basta a realização da perícia judicial para comprovar que a autora sofreu lesões de caráter grave ocasionando-lhe deficiência grave em virtude do acidente automobilístico.

O entendimento dos Tribunais pátrios, com efeito, não é outro senão o aqui defendido:



APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT. ALEGAÇÃO DE INÉPCIA DA INICIAL. LAUDO DO IML. PRESCINDIBILIDADE. ARGUIÇÃO DE AUSÊNCIA DE INTERESSE DE AGIR. PAGAMENTO ADMINISTRATIVO. QUE DEVE SER PROPORCIONAL AO GRAU DE INVALIDEZ. INCIDÊNCIA DA CORREÇÃO MONETÁRIA. FIXAÇÃO DO TERMO INICIAL NA DATA DO EVENTO DANOSO. SUCUMBÊNCIA MANTIDA. RECURSO CONHECIDO E IMPROVIDO. **O apelante arguiu inépcia da inicial por ausência do laudo do IML, no entanto pode-se concluir que a ação de cobrança de seguro DPVAT deve ser instruída com "simples prova do acidente e do dano decorrente", sendo dispensável a juntada do laudo do Instituto Médico Legal – IML, mesmo porque o grau de invalidez pode ser apurado mediante perícia médica, na fase probatória.** Não há que se falar em falta de interesse de agir, em razão de estar consolidado o entendimento de que o recibo de quitação passado de forma geral, mas relativo à obtenção de parte do direito legalmente assegurado, não traduz renúncia a este direito e, muito menos, extinção da obrigação. A perícia médica judicial (fls. 85/91) constatou que a parte autora foi acometida de invalidez parcial média do membro superior direito (50% - cinquenta por cento) mais o percentual de 75% (setenta e cinco por cento) sobre a perda parcial moderada da mão direita, e não apenas na mão direita como alega a parte apelante, considerado este como o percentual previsto para a perda anatômica e/ou funcional da mão e de um dos membros superiores, dada a atrofia associada à força motriz. O Superior Tribunal de Justiça já decidiu em sede de Recursos Repetitivos que, em ação de cobrança de indenização pelo DPVAT, os juros de mora a partir da citação e a correção monetária opera-se tendo como o termo a quo a data do evento danoso. (Classe: Apelação, Número do Processo: 0568027-38.2015.8.05.0001, Relator (a): Joalice Maria Guimarães de Jesus, Terceira Câmara Cível, Publicado em: 07/05/2019)

(TJ-BA - APL: 05680273820158050001, Relator: Joalice Maria Guimarães de Jesus, Terceira Câmara Cível, Data de Publicação: 07/05/2019)

Aliás, tal entendimento não é isolado, senão vejamos:

E M E N T A - APELAÇÃO CÍVEL – AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT - SEGURADORA RECORRENTE - AUSÊNCIA DE DOCUMENTO IMPRESCINDÍVEL – LAUDO DO IML- IRRELEVÂNCIA - OUTROS MEIOS DE COMPROVAÇÃO DO ACIDENTE E DOS DANOS DELE DECORRENTES - JUROS DE MORA DESDE A CITAÇÃO E CORREÇÃO MONETÁRIA – A PARTIR DO SINISTRO - DECISÃO MANTIDA – RECURSO NÃO PROVIDO. I- A regra instituída pelo artigo 5º, § 1º, alínea a, e § 5º, da Lei n. 6.194/1974, que exige a apresentação do laudo do IML para o pagamento da indenização do seguro DPVAT, é de observância exclusiva para a hipótese de pedido de quitação administrativa, portanto, não há



imprescindibilidade desse documento se por meio de outros elementos o juiz pode aplicar a lei ao caso concreto. II- A correção monetária é devida desde a data do acidente, ou seja, do efetivo prejuízo, para preservar o poder de compra do valor da indenização e, conseqüentemente, evitar o enriquecimento ilícito ou sem causa da seguradora. Os juros de mora incidem desde a citação.

(TJ-MS - APL: 08241163420178120001 MS 0824116-34.2017.8.12.0001, Relator: Des^a. Tânia Garcia de Freitas Borges, Data de Julgamento: 06/09/2018, 1ª Câmara Cível, Data de Publicação: 10/09/2018)

E ainda:

EMENTA - APELAÇÃO CÍVEL - AÇÃO DE COBRANÇA ç SEGURO OBRIGATÓRIO DPVAT - EXTINÇÃO DO PROCESSO, COM BASE NO ART. 267, IV, DO CPC A AUSÊNCIA DO LAUDO DO INSTITUTO MÉDICO LEGAL (IML) QUANTIFICANDO AS LESÕES SOFRIDAS - DISTINÇÃO ENTRE OS CONCEITOS DE DOCUMENTOS INDISPENSÁVEIS À PROPOSITURA DA AÇÃO E DE DOCUMENTOS ESSENCIAIS PARA A PROVA DO DIREITO ALEGADO - FALTA DE JUNTADA DO REFERIDO DOCUMENTO QUE NÃO OBSTA O JULGAMENTO DO MÉRITO - DEFICIÊNCIA PROBATÓRIA QUE PERMITE SANAÇÃO NO CURSO DO PROCESSO -POSSIBILIDADE DE AFERIÇÃO DA SUPOSTA INCAPACIDADE ATRAVÉS DE PERÍCIA [...] (0114465-97.2012.8.19.0001 – APELACAO - DES. MARIO GUIMARAES NETO - Julgamento: 05/03/2013 - DECIMA SEGUNDA CÂMARA CIVEL)

Destarte, diferentemente do alegado pela promovida, a documentação acompanhada da inicial faz prova constitutiva do direito da autora, requerendo, portanto, que seja rejeitada a alegação de falta de pressuposto processual.

DA APLICABILIDADE DA SÚMULA 474 DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

A Contestante alega ainda a **necessidade de graduação da lesão para os casos de invalidez total e parcial previsão legal, em observância à súmula 474 do STJ.**



No entanto, Vossa Excelência, a exordial possui provas robustas que atestam o grau de invalidez permanente narrado nos autos, não obstante, a perícia médica judicial ter entendido pela lesão permanente apenas no Halux esquerdo no percentual de 50%, a exordial e a documentação médica constante nos autos comprovam que a invalidez permanente da autora no membro (pé esquerdo no percentual de 50%) sendo imprescindível a realização de nova perícia médica judicial para dirimir as dúvidas.

DA IMPOSSIBILIDADE DA INVERSÃO DO ÔNUS DA PROVA

A inversão do ônus da prova é cabível em sede de ação de cobrança de seguro DPVAT, pois não se trata de relação de consumo e sim de obrigação legal.

O art. 373, II, do CPC/2015, dispõe que, quanto à existência de fato impeditivo, modificativo ou extintivo do direito do autor cabe ao réu o ônus da prova.

Entendimento esse pacificado em nossos tribunais.

Vejamos:

TJ-SP - Agravo de Instrumento AI 21624341420148260000 SP
2162434-14.2014.8.26.0000 (TJ-SP)

Data de publicação: 24/03/2015

**AGRAVO DE INSTRUMENTO COBRANÇA DE SEGURO
DPVATRELAÇÃO DE CONSUMO INVERSÃO DO CUSTEIO DA
PROVA. - A relação travada entre a seguradora e o beneficiário do**



seguro DPVAT é de consumo, na forma prevista pelo art. 3º do Código de Defesa do Consumidor, devendo ser aplicado o regramento respectivo, inclusive com a possibilidade de inversão do ônus da prova. Seguradora que deverá custear os honorários de perito particular nomeado; AGRADO PROVIDO. (grifamos)

No caso exposto, restou comprovado a verossimilhança das alegações presente na exordial e hipossuficiência da parte autora em relação a parte ré, motivo este que não afasta a aplicação do código de defesa do consumidor.

DOS JUROS LEGAIS E DA CORREÇÃO MONETÁRIA

Em casos de Seguro Obrigatório DPVAT, quando se tratar de verba indenizatória, a correção monetária deverá iniciar-se a partir da data do ato ilícito que ensejou prejuízo para a vítima, compreendendo, portanto, a data do evento danoso

Deste modo entende o **SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA** em sua **Súmula 43** que assim preleciona: **"Incide correção monetária sobre dívida por ato ilícito a partir da data do efetivo prejuízo". Senão, vejamos:**

AGRAVO REGIMENTAL EM RECURSO ESPECIAL. SEGURO DPVAT. CORREÇÃO MONETÁRIA DA INDENIZAÇÃO SECURITÁRIA. TERMO INICIAL. DATA DO EVENTO DANOSO. AGRADO DESPROVIDO. 1. É inviável o conhecimento de alegada violação a dispositivos constitucionais por se tratar de matéria reservada à análise do Supremo Tribunal Federal. 2. **A correção monetária da indenização decorrente do seguro DPVAT (artigos 3º e 5º da Lei 6.194/74 com a redação dada pela Lei 11.482/2007, na qual convertida a Medida Provisória 340/2006), consoante orientação jurisprudencial desta Corte, deve incidir a partir da data do evento danoso até o dia do pagamento, à luz da Súmula 43/STJ.** Entendimento sedimentado pelo rito do art. 543-C do



CPC. 3. Agravo regimental parcialmente conhecido, e, nessa parte, desprovido.
(Grifei)

(STJ - AgRg no REsp: 1470320 SC 2014/0180911-2, Relator: Ministro MARCO BUZZI, Data de Publicação: DJe 29/09/2015; Data de Julgamento: 22/09/2015, T4 - QUARTA TURMA)

Motivo pelo qual é a partir da data do acidente que a correção monetária deve incidir.

-

DOS HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS

Aduz a promovida que o quantum de honorários advocatícios a serem concedidos ao procurador da Promovente deve ser arbitrado no valor de 10%.

No entanto, tal argumento não merece prosperar, pois, como se extrai do art. 20 do CPC, os honorários advocatícios deverão ser arbitrados entre o quantum de 10% à 20%.

A sentença a ser proferida por este MM Juízo estabelecerá o valor dos honorários nesta limitação legal, nem inferior, nem superior ao que estabelece o art. 85, e seu § 2º do NCPC/15 estabelecem que:

Art. 85. A sentença condenará o vencido a pagar honorários ao advogado do vencedor.

(...)

§ 2º Os honorários serão fixados entre o mínimo de dez e o máximo de vinte por cento sobre o valor da condenação, do proveito econômico obtido ou, não sendo possível mensurá-lo, sobre o valor atualizado da causa, atendidos:



I - o grau de zelo do profissional;

II - o lugar de prestação do serviço;

III - a natureza e a importância da causa;

IV - o trabalho realizado pelo advogado e o tempo exigido para o seu serviço.

A partir da leitura deste artigo, percebe-se que é completamente legal o valor que estiver na margem entre 10% e 20%, ficando a cargo do juiz decidir acerca deste assunto de acordo com o § 2º do referido artigo, partindo de uma apreciação equitativa do juiz, observados o zelo do advogado, o local da prestação do serviço, bem como a natureza e importância da causa, trabalho realizado e tempo dedicado ao serviço.

Diante do exposto, requer que no mérito seja a presente ação julgada procedente, determinando-se a realização de nova perícia médica que apure o grau de invalidez no pé esquerdo da autor, para assim condenar a ré nos exatos termos da inicial.

Termos em que, Pede deferimento.

Pombal, Paraíba. 17 de Dezembro de 2019.

BEL. JAQUES RAMOS WANDERLEY

OAB/PB 11.984



BELA. PATRÍCIA REBECA SOUZA FREITAS

OAB/PB 24.064





ESTADO DA PARAÍBA
PODER JUDICIÁRIO
3ª Vara Mista da Comarca de Pombal

Processo nº: 0801447-39.2018.8.15.0301

Classe: PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)

Assunto: [Seguro]

Autor(a): ELIEUDA FERNANDES DA COSTA

Ré(u): SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.

SENTENÇA

Vistos.

Cuida-se de ação de cobrança do Seguro DPVAT proposta por **Elieuda Fernandes da Costa** contra a **Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S/A**, ambos já identificados nos autos, onde a autora alega que em 22/06/2016, foi vítima de um acidente de trânsito, tendo sofrido politraumatismo no pé esquerdo, além de escoriações ao longo do corpo e que mesmo após a realização de procedimento médico, permanece impossibilitado de praticar suas atividades diárias, ficando com debilidade permanente do membro, fazendo jus ao pagamento do valor total da indenização de seguro DPVAT, que equivale a R\$ 3.375,00 (três mil trezentos e setenta e cinco reais).

Juntou documentos.

Designada audiência concentrada para tentativa de conciliatória e realização de perícia, esta restou infrutífera.

Realizada perícia (ID 26832320, fls. 02/04).

No ID 26335960 a parte ré apresentou contestação, postulando no mérito a pela improcedência da demanda.

Impugnação à contestação no ID 27117415.

Intimadas as partes para manifestarem sobre o laudo pericial, apenas a autora apresentou petição (ID 27117021).

Em seguida, vieram-me os autos conclusos para julgamento.

É o breve relatório. **DECIDO.**

A presente ação se fundamenta na Lei nº 6.194/74, que "dispõe sobre Seguro Obrigatório de Danos Pessoais causados por veículos automotores de via terrestre, ou por sua carga, a pessoas transportadas ou não".

No que diz com o valor da indenização, esclarece-se que o seguro DPVAT tem por objetivo garantir a satisfação de indenização das vítimas de acidentes causados por veículos automotores que circulam por vias terrestres, cobrindo danos pessoais decorrentes deste tipo de evento danoso.

Ainda, estabelece o art. 3º da Lei do DPVAT, o que segue:



“Os danos pessoais cobertos pelo seguro estabelecido no art. 2º desta Lei compreendem as indenizações por morte, por invalidez permanente, total ou parcial, e por despesas de assistência médica e suplementares, nos valores e conforme as regras que se seguem, por pessoa vitimada:

I - R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) - no caso de morte; (Incluído pela Lei nº 11.482, de 2007)

II - até R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) - no caso de invalidez permanente; e

III - até R\$ 2.700,00 (dois mil e setecentos reais) - como reembolso à vítima - no caso de despesas de assistência médica e suplementares devidamente comprovadas.

A graduação da invalidez da vítima de acidente de trânsito foi introduzida pela Medida Provisória nº 451/2008, posteriormente convertida na Lei nº 11.945/2009, que atualmente regula a matéria em seus artigos 30 a 32.

A respeito dessa questão, a Súmula n. 474 do STJ, disciplina que “a indenização do seguro DPVAT, em caso de invalidez parcial do beneficiário, será paga de forma proporcional ao grau da invalidez.”

Sendo imprescindível a graduação da invalidez da vítima do acidente de trânsito, imperativo aplicar os percentuais previstos na tabela criada pela Lei nº 11.945/2009.

A Lei n. 6.194/74 dispõe em seu art. 3º, inc. II, §1º acerca da classificação da invalidez como total ou parcial, subdividindo-se esta em completa ou incompleta, conforme a extensão da perda anatômica ou funcional. Determina, também, que deverá ser realizado o enquadramento da lesão em um dos segmentos da tabela anexa à Lei, para fins de estabelecimento do percentual da perda suportada.

In casu, o laudo pericial realizado pelo perito nomeado pelo Juízo no ID 26832320 (fls. 02/04), foi conclusivo no sentido de que a parte autora, em razão do acidente de trânsito narrado na exordial, restou acometida de invalidez parcial incompleta no dedo do pé esquerdo (hálux esquerdo), na ordem de 50%.

Tratando-se, portanto, de invalidez permanente parcial incompleta, deve ser observado o disposto no §1º do art. 3º do mencionado diploma legal, que determina:

“No caso da cobertura de que trata o inciso II do caput deste artigo, deverão ser enquadradas na tabela anexa a esta Lei as lesões diretamente decorrentes de acidente e que não sejam suscetíveis de amenização proporcionada por qualquer medida terapêutica, classificando-se a invalidez permanente como total ou parcial, subdividindo-se a invalidez permanente parcial em completa e incompleta, conforme a extensão das perdas anatômicas ou funcionais, observado o disposto abaixo:

I - quando se tratar de invalidez permanente parcial completa, a perda anatômica ou funcional será diretamente enquadrada em um dos segmentos orgânicos ou corporais previstos na tabela anexa, correspondendo a indenização ao valor resultante da aplicação do percentual ali estabelecido ao valor máximo da cobertura;

II - quando se tratar de invalidez permanente parcial incompleta, será efetuado o enquadramento da perda anatômica ou funcional na forma prevista no inciso I deste parágrafo, procedendo-se, em seguida, à redução proporcional da indenização que corresponderá a 75% (setenta e cinco por cento) para as perdas de repercussão intensa, 50% (cinquenta por cento) para as de média repercussão, 25% (vinte e cinco por cento) para as de leve repercussão, adotando-se ainda o percentual de 10% (dez por cento), nos casos de sequelas residuais.”

Na tabela referida no dispositivo a Lei prevê que, em caso de perda anatômica e/ou funcional completa de qualquer um dos dedos do pé, o percentual da perda será de até 10% da indenização máxima (R\$ 1.350,00).

O grau de limitação funcional da função do tornozelo esquerdo da parte autora, conforme laudo do ID 26832320 (fls. 02/04), é da ordem de 50%.

Sendo assim, faz jus o demandante a uma indenização, relativamente ao tornozelo direito, no valor de R\$ 675,00 (50% sobre 10% de R\$ 13.500,00).



A **correção monetária** sobre o valor da indenização deve ter como termo inicial a data do evento danoso, conforme decidiu o STJ em recurso repetitivo, entendimento posteriormente convertido na Súmula 580 do STJ:

“A incidência de atualização monetária nas indenizações por morte ou invalidez do seguro DPVAT, prevista no § 7º do art. 5º da Lei n. 6194/74, redação dada pela Lei n. 11.482/2007, opera-se desde a data do evento danoso.” (REsp 1483620/SC, Rel. Ministro Paulo de Tarso Sanseverino, Segunda Seção, julgado em 27/05/2015, DJe 02/06/2015).”

Quanto ao termo inicial dos **juros moratórios**, aplica-se o entendimento fixado também em recurso repetitivo (REsp 1098365/PR, Rel. Ministro LUIS Felipe Salomão, Segunda Seção, julgado em 28/10/2009, DJe 26/11/2009), levado à Súmula 426 do STJ: “Os juros de mora na indenização do seguro DPVAT fluem a partir da citação”.

ANTE TODO O EXPOSTO, na forma no art. 487, I, do CPC, julgo **PARCIALMENTE PROCEDENTE** o pedido formulado na inicial, pelo que condeno a parte demandada a pagar a parte autora o valor de R\$ 675,00 (seiscentos e setenta e cinco reais), incidindo juros de mora de 1% ao mês desde a citação inicial (Súmula 426 do STJ), e correção monetária pelo INPC desde a data do evento danoso (Súmula 580 do STJ).

Em razão da sucumbência recíproca, considerando a proporção em que cada parte sucumbente e tendo em vista o disposto no art. 86, *caput*, do CPC, condeno a parte autora a pagar 80% das custas e despesas processuais, e a parte requerida a pagar os restantes 20%. Fixo os honorários advocatícios em 20% do valor da condenação, sendo 16% a ser pago pela parte autora ao patrono da parte ré, e 4% a ser pago pela parte ré ao patrono da parte autora, observando-se, se for o caso, a suspensão da exigibilidade de que trata o art. 98, §3º, do CPC, quanto aos beneficiários da gratuidade judicial.

Defiro o pedido da demanda para que todas as intimações da parte promovida na pessoa de **Dr. Suelio Moreira Torres, OAB-PB n.º 15.477**. Anotações necessárias.

Tendo em vista que o perito nomeado judicialmente apresentou o laudo pericial e que a parte ré efetuou o pagamento correspondente (ID 26528571), **expeça-se** alvará em favor do médico perito.

Sentença Publicada e Registrada eletronicamente. Intimem-se.

Pombal – PB, na data da assinatura eletrônica.

[Documento datado e assinado eletronicamente - art. 2º, lei 11.419/2006]

JOSE EMANUEL DA SILVA E SOUSA - Juiz de Direito





TRIBUNAL DE JUSTIÇA
PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DA PARAÍBA
3ª VARA MISTA DA COMARCA DE POMBAL

PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)

PROCESSO: Nº 0801447-39.2018.8.15.0301

CERTIDÃO

Certifico e dou fé, que de ordem do Dr. **José Emanuel da Silva e Sousa**, MM. Juiz de Direito da 3ª Vara Mista da Comarca de Pombal-PB, expedi intimação às partes, por seus advogados, para tomarem conhecimento do inteiro teor da r. Sentença ID n. 30214748 dos autos.

Pombal, 8 de maio de 2020.

[Documento datado e assinado eletronicamente - art. 2º, lei 11.419/2006]

LUCIANA ELIAS DE ALENCAR

Técnico Judiciário



Recurso apelatório, em anexo.





**JAQUES RAMOS
WANDERLEY**

ADVOCACIA E CONSULTORIA

**EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA 3ª VARA
DA COMARCA DE POMBAL, PARAÍBA.**

Processo nº 0801447-39.2018.815.0301

ELIEUDA FERNANDES DA COSTA, já devidamente qualificado nos autos da presente AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT que movem em face de **SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DPVAT S.A.**, não se conformando com sentença de primeira instância, no prazo legal, vem interpor

RECURSO DE APELAÇÃO

Contra a Sentença *a quo* que **julgou parcialmente procedente o pedido inicial**, requerendo desde já o regular processamento das razões em anexo, a fim de que, seja remetido os autos ao Egrégio Tribunal de Justiça da Paraíba, para melhor análise dos fatos e provas, reformando-se a r. sentença.

Pede-se por fim que seja concedido os beneplácitos da Justiça Gratuita, por ser o recorrente modesto agricultor, não percebendo remuneração fixa, que lhe permita arcar com as custas e honorários de advogado sem prejuízo de sua própria subsistência, desta forma se declara pobre na forma da lei 1.060/50.

*Termos em que,
Pede Deferimento.*

Pombal, Paraíba, 01 de junho de 2020.

Dr. Jaques Ramos Wanderley
- OAB/PB 11.984 -

Dr.ª Thaís Nóbrega de Souza
- OAB/PB 22.419-

Pombal-PB – Rua. Bel. Francisco Almeida, 219, centro, CEP: 58.840-000
Fones: Tele-Fax (83) 3431-1825 - (83) – 3431-1825– (83) 9974-6390

Página 1 | 6





**JAQUES RAMOS
WANDERLEY**

ADVOCACIA E CONSULTORIA

EGRÉGIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA PARAÍBA

EMÉRITO RELATOR

ÍNCLITO PROCURADOR

CULTOS JULGADORES

AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT

PROCESSO Nº: 0801447-39.2018.815.0301

RECORRENTE: **ELIEUDA FERNANDES DA COSTA**

RECORRIDO: SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DPVAT S.A

I - DA TEMPESTIVIDADE

D. Juízo, inicialmente, insta aclarar a tempestividade do presente recurso.

A r. sentença, aqui atacada, foi publicada e este causídico registrou ciência do expediente de publicação no dia 11/05/2020 (segunda-feira), iniciando-se o prazo para interpor o recurso apelatório em 12/05/2020 (terça-feira). Logo, expira-se o prazo em 01/06/2020 (segunda-feira), tendo em vista o prazo recursal é de 15 (quinze) dias úteis, consoante dispõe o art. 224 c/c o art. 1.010 do NCPC/2015.

II- DOS FATOS E FUNDAMENTOS PARA A REFORMA DA SENTENÇA

A presente lide refere-se a uma ação de cobrança movida pelo APELANTE contra a SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DPVAT S.A, objetivando receber indenização, referente ao seguro obrigatório DPVAT, a que faz jus, em decorrência de acidente de trânsito ocorrido no dia 22/06/2016.

Em decorrência do acidente de trânsito em comento, o autor sofreu politraumatismo com fratura no PÉ ESQUERDO, foi submetido a tratamento medicamentoso e fisioterápico, contudo, mesmo após o tratamento, permanece impossibilitado de praticar suas atividades diárias que necessitem de força do uso

Pombal-PB – Rua. Bel. Francisco Almeida, 219, centro, CEP: 58.840-000
Fones: Tele-Fax (83) 3431-1825 - (83) – 3431-1825– (83) 9974-6390

Página 2 | 6



do membro inferior esquerdo, as lesões encontram-se comprovadas em documentos médicos encartados aos autos.

O laudo pericial encartado nos autos apurou que a promovente possui incapacidade funcional permanente no Hálux esquerdo no percentual de (50%), que conforme a tabela DPVAT equivale ao valor de R\$ 675,00 (seiscentos e setenta e cinco reais). Contudo, percebe-se que o médico perito deixou de analisar a invalidez permanente no **pé esquerdo** da autora.

O Ilustre Magistrado *a quo*, julgou a ação parcialmente procedente se embasando no laudo pericial, porém, como será demonstrado adiante, tal laudo encontra-se eivado de vícios, de forma que, a decisão torna-se injusta para com a parte autora, devendo para tanto, ser de pronto, reformada.

Assim, a parte autora tem direito a receber a indenização referente ao percentual de debilidade do PÉ ESQUERDO, e não apenas do Hálux (dedo), como entendeu o Ilustre Magistrado. Cumpre ressaltar que o autor já havia exposto os argumentos aqui utilizados em sede de manifestação de laudo em doc. de id nº 27117021, e mesmo diante disso o magistrado a quo entendeu que a parte deveria receber apenas a quantia referente a lesão do Hálux (dedo).

Conforme explicado e comprovado no decorrer da ação, a parte autora não recebeu indenização administrativamente, devendo pois receber o total equivalente ao percentual de 50% do PÉ ESQUERDO em R\$ 3.375,00 (três mil, trezentos e setenta e cinco reais).

Inconformados com a INJUSTA decisão, pugnamos pela REFORMA através do presente recurso.

II.1- DA NECESSIDADE DE REFORMA DA SENTENÇA A QUO

Eclético relator, conforme explicado a sentença merece reforma, uma vez que o douto magistrado julgou conforme o laudo pericial, o qual encontra-se eivado de vícios, e mesmo a Autora apresentando tempestivamente impugnação ao laudo e requerendo a designação de perícia complementar, o M.M Juiz a quo não se manifestou julgou a demanda nos termos do laudo pericial.

Perceba, doutos julgadores, que a documentação encartada aos autos dar conta que o sinistro ocasionou a Autora politraumatismo/fratura no pé esquerdo





**JAQUES RAMOS
WANDERLEY**

ADVOCACIA E CONSULTORIA

(ficha de primeiro atendimento e atestado médico (CID S92) id nº 17262532 fls. 01 e 03):

SECRETARIA DO ESTADO DA SAUDE
HOSPITAL REGIONAL DE POMBAL
"SENADOR RUI CARNEIRO"

FICHA DE ATENDIMENTO AMBULATORIAL

CÓDIGO DA UNIDADE: 000734/0 CNPJ/CPF: 08.778.268/0004-03

☐ AZUL ☐ VERDE ☐ AMARELA ☐ LARANJA ☐ VERMELHA

ENFERMARIA: _____ LEITO: _____

PACIENTE:
NOME: Eliando Fernandes da Costa
COR: MARRON DATA DE NASCIMENTO: 19/08/83 IDADE: 32 SEXO: F
NOME DA MÃE: Maria Emmanoela da Costa PROFISSÃO: Agricultura
CARTÃO DO SUS: 708 6055 6047 0154 RG/CNH: _____
MUNICÍPIO: Pombal ENDEREÇO: Dona Emma Guedes
ESTADO: PB CEP: 58.840-00 CÓDIGO DO MUNICÍPIO: _____ DATA DE ATEND.: 22/06/2016

SINAIS VITAIS:
PA: _____ SPO: _____ FC: _____ R: _____ HGT: _____
T: _____ PESO: _____ GESTANTE: () SIM () NÃO SE SIM, SEMANAS: _____

QUEIXAS: _____
MEDICAÇÃO EM USO: _____
ALÉRGICO: () SIM () NÃO SE SIM, AO QUE: _____

ANAMNESE E EXAME FÍSICO SUMÁRIOS:
paciente em quadro de acidente
de motocicleta com lesão
de pé esquerdo.

SECRETARIA DE SAUDE
ATESTADO MÉDICO

Atesto, para os devidos fins, que
Eliando Fernandes da Costa
portador (a) do RG _____, foi submetido(a) à
consulta médica nesta data, no horário das 16 horas,
sendo portador da infecção CID-10 (592)
Em decorrência, deverá permanecer afastado(a) de suas
atividades laborativas por um período de 60
(sessenta) dias, a partir desta data.

Pombal-PB - Rua. Bel. Francisco Almeida, 219, centro, CEP: 58.840-000
Fones: Tele-Fax (83) 3431-1825 - (83) - 3431-1825- (83) 9974-6390





**JAQUES RAMOS
WANDERLEY**

ADVOCACIA E CONSULTORIA

Percebe-se, contudo, que apesar da documentação encartada aos autos, ser clara ao descrever a lesão ocasionada a Recorrente, oriunda do sinistro, o médico perito deixou de analisar a invalidez permanente no pé esquerdo da autora, analisando apenas a lesão do dedo do pé (Hálux). Desta forma, o perito, sem nenhum embasamento documental, enquadrou a debilidade da Autora como sendo apenas a título de hálux (dedo) e não do pé inteiro, como de fato persiste (id nº 26832320/ fls.3).

1ª Lesão	<u>Hálux +</u>	() 10% Residual () 25% Leve (x) 50% Média () 75% Int
2ª Lesão		() 10% Residual () 25% Leve () 50% Média () 75% Int
3ª Lesão		() 10% Residual () 25% Leve () 50% Média () 75% Int
4ª Lesão		() 10% Residual () 25% Leve () 50% Média () 75% Int

Cumprе ressaltar que a autora não recebeu nada administrativamente, e por esta razão buscou o judiciário para ver sua invalidez permanente no pé esquerdo devidamente analisada tendo em vista que conforme pedido na inicial, a mesma possui invalidez permanente no pé esquerdo (CID 10 - S92) no percentual de 50% (média) que equivale ao valor total de R\$ 3.375,00 (três mil, trezentos e setenta e cinco reais).

Por esta razão, cabe-nos nesse momento questionar a precisão do laudo em tela, diante da não apreciação da documentação médica comprobatória constante nos autos e falta de quantificação da lesão no membro completo.

Observa-se Doutos Julgadores, que as lesões ocorridas em detrimento do sinistro estão claras diante da documentação médica acostada aos autos, que o que se está pleiteando é apenas o **reconhecimento das lesões que de fato persistem a Autora, e a impedem de ter sua vida normal, pleiteia-se apenas os valores referentes a 50% (cinquenta por cento) da debilidade permanente do pé esquerdo, conforme a Tabela da SUSEP**, lesões estas que causaram perda da função do membro, configurando assim a invalidez permanente.

Por isso, confiante nos argumentos e fundamentos jurídicos declinados acima, espera o Recorrente seja feita justiça, reconhecendo-lhe o sacramentado direito a indenização do seguro obrigatório conforme estabelecido na Lei 6.194/74.

Nos termos expostos acima, evidenciada está a necessidade deste Tribunal, composta por doutos julgadores de notável saber jurídico e de experiência inquestionáveis, reformar, senão anular, a r. sentença do juízo a quo, como medida de se corrigir tamanha injustiça que ora se combate no presente recurso.

Pombal-PB – Rua. Bel. Francisco Almeida, 219, centro, CEP: 58.840-000
Fones: Tele-Fax (83) 3431-1825 - (83) – 3431-1825– (83) 9974-6390

Página 5 | 6



IV - DOS PEDIDOS

Pelo exposto, REQUER a Vossas Excelências, o conhecimento do presente recurso, reformando-se a sentença, para que passe a reconhecer a quantificação das lesões encartadas nas documentações médicas, qual seja, a debilidade permanente no PÉ ESQUERDO, o qual quantificado em 50% (cinquenta por cento), totaliza-se a quantia de R\$ 3.375,00 (três mil, trezentos e setenta e cinco reais), a título de indenização. Caso, assim não entenda, REQUER, a anulação da sentença com o retorno dos autos para fase instrutória, com a designação de perícia médica COMPLEMENTAR, para que enquadre a lesão permanente no PÉ ESQUERDO, tal como consta na documentação médica acostada aos autos.

*Termos em que,
Pede Deferimento.*

Pombal, Paraíba, 01 de junho 2020.

Dr. Jaques Ramos Wanderley
- OAB/PB 11.984 -

Dr.^a Thaís Nóbrega de Souza
- OAB/PB 22.419-





PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DA PARAÍBA
3ª VARA MISTA DA COMARCA DE POMBAL

PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)

PROCESSO: Nº 0801447-39.2018.8.15.0301

ATO ORDINATÓRIO

ATO ORDINATÓRIO **art. 84¹**, **Anexo 2-M**, praticado nos termos da Portaria nº 01/2018, de 20 de julho de 2018, da lavra do Dr. José Emanuel da Silva e Sousa, e do Provimento CGJ nº 04/2014 c/c art. 349 e seguintes do Código de Normas da CGJ, por:

- () mandado
- () nota de foro
- () precatória
- () ofício
- () via postal
- () edital
- () em cartório
- (X) outros

Expedi intimação ao **apelado/promovido** para, querendo, oferecer contrarrazões, no prazo de 15 (quinze) dias, (art. 1.010, §1º, do CPC/2015).

Pombal, 8 de junho de 2020.

[Documento datado e assinado eletronicamente - art. 2º, lei 11.419/2006]

LUCIANA ELIAS DE ALENCAR

Técnico Judiciário

¹**Art. 84** - Interposta **apelação** no rito **comum**, o servidor intimará o apelado para, querendo, apresentar contrarrazões, no prazo de 15 (quinze) dias (art. 1.010, §1º, do CPC/2015).



EM ANEXO





EXMO. SR. DR. JUIZ DE DIREITO DA 3 VARA CÍVEL DE POMBAL- PB

Processo: 08014473920188150301

SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A, empresa seguradora previamente qualificadas nos autos do processo em epígrafe, neste ato, representada, por seus advogados que esta subscreve, nos autos da **AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT**, que lhe promove **ELIEUDA FERNANDES DA COSTA**, em trâmite perante este Douto Juízo, vem mui respeitosamente, à presença de V. Ex.^ª, apresentar suas **CONTRARRAZÕES AO RECURSO**, o que faz consubstanciado nas razões anexas, requerendo seu regular processamento e ulterior envio à Câmara Cível.

Termo em que,
Pede Juntada.

POMBAL, 12 de junho de 2020.

JOÃO BARBOSA

OAB/PB 4246-A

SUELIO MOREIRA TORRES

15477 - OAB/PB



PROCESSO ORIGINÁRIO DA 3ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE POMBAL / PB

Processo n.º 08014473920188150301

APELANTE: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A

APELADA: ELIEUDA FERNANDES DA COSTA

CONTRARRAZÕES DO RECURSO

COLEDA CÂMARA,

INCLÍTOS JULGADORES,

DAS RAZÕES PARA MANUTENÇÃO DA SENTENÇA

Trata-se de ação proposta visando o recebimento do Seguro Obrigatório DPVAT, em que o Apelante sustenta ter sofrido acidente automobilístico que resultou sua invalidez permanente.

Desta forma, ajuizou a presente demanda com o fito de receber a integralidade do prêmio do DPVAT, sem que fizesse prova de sua invalidez total.

Todavia, o Juízo monocrático, corretamente, acabou por julgar improcedente o pedido do apelante.

Data máxima vênia, não pode a r. sentença ser reformada, vez que em conformidade com os ditames legais e a jurisprudência dominante, como se passa a demonstrar.

DO PAGAMENTO PROPORCIONAL À LESÃO

Conforme verifica-se dos documentos acostados pela parte Apelante, a mesmo foi vítima de acidente ocasionado por veículo automotor na data de **22/06/2016**.

Mister destacar aos ilustres Julgadores a edição da Medida Provisória nº 451/08, atualmente convertida na Lei nº 11.945/2009, em vigência desde 15 de dezembro de 2008, que alterou o texto dos arts. 3º e 5º da Lei nº 6.194/74 em seu art. 31, assim como anexou tabela à aludida Lei, estabelecendo percentuais indenizatórios aos danos corporais, subdividindo-os em totais e parciais¹.

¹PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. EXISTÊNCIA DE OMISSÃO. ATRIBUIÇÃO DE EFEITO MODIFICATIVO. POSSIBILIDADE. APLICAÇÃO DA RESOLUÇÃO CNSP Nº 273 DE 19/12/2012. EMBARGOS ACOLHIDOS, COM EFEITO MODIFICATIVO. PRECEDENTES STJ. DECISÃO UNÂNIME. 1. Ao julgar o Recurso Especial Repetitivo nº 1.303.038-RS, que discutia a aplicação da gradação da invalidez permanente parcial incompleta aos acidentes anteriores à MP 451/08, o STJ, por meio do Acórdão transitado em julgado, em 30/04/2014, decidiu pela validade da utilização de Tabela do CNSP para estabelecer a
Rua São José, 90, 8º andar, Centro, Rio de Janeiro/RJ – CEP: 20010-020
www.joaobarbosaadvass.com.br



Por certo, a mencionada Lei 11.945/09 deverá ser aplicada ao caso concreto, em respeito ao princípio *tempus regit actum* (Art. 6º, §1º, LINDB).

Recentemente, a Suprema Corte firmou posicionamento sobre a constitucionalidade da inovação legal trazida originariamente pela MP 451/08, conforme se verifica no julgamento da ADI 4627/DF.

Ademais, a jurisprudência é pacífica quanto à necessidade de quantificação, sendo este o entendimento consagrado através da Súmula 474, do STJ².

Em continuidade, tem-se a aludida Lei prevê graus diferenciados de invalidez permanente, classificando-a em total ou parcial, esta última subdividida em completa e incompleta, o que de certo deverá ser observado.

Dentro desse contexto, a Medida Provisória nº 451/2008 (posteriormente convertida na Lei 11.945/09), complementando a Lei 6.194/74, especificou em termos objetivos o percentual do valor máximo da indenização de acordo com os tipos de invalidez permanente.

Outrossim, conforme antedito, a referida inovação legal, no art. 3º, §1º, II, da Lei 6.194/74, trouxe a figura da invalidez parcial incompleta, que é exatamente o caso dos autos.

Destarte, para se chegar ao valor indenizável devido, na presente hipótese de invalidez parcial incompleta, devem ser observadas duas etapas:

Identifica-se o tipo de dano corporal segmentar na Tabela, aplicando-se o respectivo percentual de perda;

Sobre o valor encontrado, aplica-se os percentuais de acordo com o grau de repercussão: intensa – 75%; média – 50%; leve – 25%; e sequela residual – 10%.

Para uma melhor visualização, segue tabela demonstrando o valor devido ao autor, com base na lesão suportada:

Danos Corporais Segmentares (Parciais)	Percentuais	Valor da Indenização
Outras Repercussões em Órgãos e Estruturas Corporais	das Perdas	
Perda anatômica e/ou funcional completa de qualquer um dos dedos do pé	10	R\$ 1.350,00

Repercussão	Valor da Indenização
50% (grau moderado)	R\$ 675,00

Evidente, pois, inexistir qualquer direito de indenização integral a parte Apelada, devendo ser respeitada a proporcionalidade do grau de invalidez.

proporcionalidade da indenização ao grau de invalidez, na hipótese de sinistro anterior a 16/12/2008, data da entrada em vigor da Medida Provisória 451/08.2. Tendo em vista que do acidente automobilístico, o qual vitimou o apelante, ora embargado, decorreu debilidade permanente, conforme Laudo Traumatológico presente nos autos, aplica-se ao caso a Resolução CNSP Nº 273 DE 19/12/2012, devendo-se quantificar a indenização DPVAT, prevista no art. 3º, II, da Lei Nº 6.194/74, ALTERADA PELA LEI Nº 11.482/2007, conforme o grau e local da invalidez permanente sofrida pela vítima, nos termos da perícia médica a ser realizada para tal fim.3. "A possibilidade de atribuição de efeitos modificativos a embargos declaratórios resulta da presença de omissão verificada no acórdão embargado" (STJ, Relator: Ministra LAURITA VAZ, Data de Julgamento: 14/09/2010, T5 - QUINTA TURMA).4. Embargos acolhidos, com efeito modificativo. Decisão unânime. Embargos de Declaração 240917-6 - 0044662-52.2010.8.17.0001 - Relator(a) Roberto da Silva Maia - 1ª Câmara Cível - Data do Julgamento - 03/02/2015

² **Súmula 474 | Superior Tribunal de Justiça** "A indenização do seguro DPVAT, em caso de invalidez parcial do beneficiário, será paga de forma proporcional ao grau da invalidez."



Sendo assim, não merece reforma a r. Sentença, haja vista que o valor indenizatório liquidado na seara administrativa na monta de R\$ 0,00 (), respeitou a prova pericial constante nos autos, conforme cálculo apresentado acima, não havendo nenhuma diferença a ser paga à parte Apelante.

CONCLUSÃO

Diante do exposto e por tudo mais que dos autos consta, confia a Apelada no alto grau de conhecimento e zelo desta Egrégia Câmara Cível, **para que seja negado provimento ao RECURSO DE APELAÇÃO**, interposto pelo Autor, ora Apelante.

Desta feita, roga a recorrida pela manutenção integral da Sentença prolatada pelo Douto Magistrado *a quo*.

Nestes Termos,
Pede Deferimento,

POMBAL, 12 de junho de 2020.

JOÃO BARBOSA
OAB/PB 4246-A

SUELIO MOREIRA TORRES
15477 - OAB/PB



SUBSTABELECIMENTO

JOÃO ALVES BARBOSA FILHO, brasileiro, casado, advogado inscrito na OAB/PB 4246-A, **JOÃO PAULO RIBEIRO MARTINS**, brasileiro, solteiro, advogado, inscrito na OAB/ RJ sob o nº 144.819; **JOSELAINE MAURA DE SOUZA FIGUEIREDO**, brasileira, casada, advogada, inscrita na OAB/ RJ sob o nº 140.522; **FERNANDO DE FREITAS BARBOSA**, brasileiro, casado, advogado inscrito na OAB/ RJ sob o n.º 152.629 substabelecem, com reserva de iguais, na pessoa do advogado **SUELIO MOREIRA TORRES**, inscrito na 15477 - OAB/PB, os poderes que lhes foram conferidos por **SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A e SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A**, nos autos de Ação de Cobrança de Seguro DPVAT, que lhe move **ELIEUDA FERNANDES DA COSTA**, em curso perante a **3ª VARA CÍVEL** da comarca de **POMBAL**, nos autos do Processo nº 08014473920188150301.

Rio de Janeiro, 12 de junho de 2020.



JOÃO ALVES BARBOSA FILHO - OAB/PB 4246-A

FERNANDO DE FREITAS BARBOSA - OAB RJ 152.629

JOSELAINE MAURA DE SOUZA FIGUEIREDO- OAB RJ 140.522

JOAO PAULO RIBEIRO MARTINS - OAB RJ 144.819

Rua São José, 90, 8º andar, Centro, Rio de Janeiro/RJ – CEP: 20010-020
www.joaobarbosaadvass.com.br



Rua São José, 90, 8º andar, Centro, Rio de Janeiro/RJ – CEP: 20010-020
www.joaobarbosaadvass.com.br



Assinado eletronicamente por: SUELIO MOREIRA TORRES - 15/06/2020 10:54:59
<http://pje.tjpb.jus.br:80/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20061510545912900000030253753>
Número do documento: 20061510545912900000030253753

EM ANEXO





Cálculo de Atualização Monetária

Dados básicos informados para cálculo

Descrição do cálculo	
Valor Nominal	R\$ 675,00
Indexador e metodologia de cálculo	INPC-IBGE - Calculado pelo critério mês cheio.
Período da correção	Abril/2016 a Abril/2020
Taxa de juros (%)	1 % a.m. simples
Período dos juros	30/10/2019 a 30/6/2020
Honorários (%)	4 %

Dados calculados

Fator de correção do período	1461 dias	1,148378
Percentual correspondente	1461 dias	14,837767 %
Valor corrigido para 1/4/2020	(=)	R\$ 775,15
Juros(244 dias-8,00000%)	(+)	R\$ 62,01
Sub Total	(=)	R\$ 837,16
Honorários (4%)	(+)	R\$ 33,49
Valor total	(=)	R\$ 870,65

Retornar [Imprimir](#)





N° DA PARCELA		DATA DO DEPÓSITO	AGÊNCIA (PREF / DV)	N° DA CONTA JUDICIAL
0		13/06/2020	0521	4500113712750
DATA DA GUIA	N° DA GUIA	N° DO PROCESSO	TRIBUNAL	TIPO DE JUSTIÇA
12/06/2020	2666097	08014473920188150301	TRIBUNAL DE JUSTICA	
COMARCA	ORGÃO/VARA	DEPOSITANTE	VALOR DO DEPÓSITO (R\$)	
POMBAL	3 VARA DA POMBAL	RÉU	870,65	
NOME DO RÉU/IMPETRADO		TIPO DE PESSOA	CPF / CNPJ	
		Jurídico		
NOME DO AUTOR / IMPETRANTE		TIPO DE PESSOA	CPF / CNPJ	
ELIEUDA FERNANDES DA COSTA		Física	06023178430	
AUTENTICAÇÃO ELETRÔNICA				
C7EF4177E06EF3D1				
CÓDIGO DE BARRAS				





EXMO. SR. DR. JUIZ DE DIREITO DA 3ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE POMBAL/PB

PROCESSO: 08014473920188150301

SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A, previamente qualificada nos autos do processo em epígrafe, neste ato, representada por seus advogados que esta subscrevem, nos autos da **AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT**, que lhe promove **ELIEUDA FERNANDES DA COSTA**, em trâmite perante este Douto Juízo, vem respeitosamente, à presença de V. Exa., **requerer a juntada do Comprovante de Pagamento da liquidação**.

Assim, pugna a ré pela intimação da parte autora nos termos do art. 526, §1º, NCPC, havendo extinção com a concordância expressa ou em sendo ultrapassado o prazo de 05 dias sem manifestação, deverá ser extinta a execução nos termos do art. 526, §3º c/c 924, II, NCPC.

Por fim, que seja observado exclusivamente o nome do advogado SUELIO MOREIRA TORRES 15477/PB, para efeito de intimações futuras, sob pena de nulidade das mesmas.

Termos em que,

Pede Juntada.

POMBAL, 17 de junho de 2020.

João Barbosa
OAB/PB 4246-A


SUELIO MOREIRA TORRES
15477 - OAB/PB


~




EM ANEXO



 Poder Judiciário do Estado da Paraíba Guia de Recolhimento de Custas e Taxas Lei nº 5.672/92, Lei nº 6.682/98 e Lei nº 6.688/98 (Via da parte)			Número do boleto: 030.3.20.00422/01
Nº do Processo: 0801447-39.2018.815.0301	Comarca: Pombal	Classe Processual: PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL - CÍVEL - 7	Data de emissão: 22/06/2020
Número da guia: 030.2020.600422 Tipo da Guia: Custas Finais			Data de vencimento: 30/06/2020
Detalhamento: - Custas Processuais: R\$ 20,71 Promovente: ELIEUDA FERNANDES DA COSTA - Taxa Judiciária: R\$ 10,36 Promovido: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO - Taxa bancária: R\$ 1,35 Valor da causa: R\$ 870,65			UFR vigente: R\$ 51,78
Observações: - Pagar nas agências do Banco do Brasil ou nos correspondentes bancários.			Conta FEJPA: 1618-7/228.039-6
866000000004 324209283187 520200630033 032000422017			Parcela: 1/1
			Valor total: R\$ 156,69
			Desconto total: R\$ 124,27
			Valor final: R\$ 32,42

 Poder Judiciário do Estado da Paraíba Guia de Recolhimento de Custas e Taxas Lei nº 5.672/92, Lei nº 6.682/98 e Lei nº 6.688/98 (Via do processo)			Número do boleto: 030.3.20.00422/01
Nº do Processo: 0801447-39.2018.815.0301	Comarca: Pombal	Classe Processual: PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL - CÍVEL - 7	Data de emissão: 22/06/2020
Número da guia: 030.2020.600422 Tipo de Guia: Custas Finais			Data de vencimento: 30/06/2020
Promovente: ELIEUDA FERNANDES DA COSTA Promovido: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.			UFR vigente: R\$ 51,78
Valor da causa: R\$ 870,65			Conta FEJPA: 1618-7/228.039-6
Detalhamento: - Custas Processuais: R\$ 20,71 - Taxa Judiciária: R\$ 10,36 - Taxa bancária: R\$ 1,35			Parcela: 1/1
			Valor total: R\$ 156,69
			Desconto total: R\$ 124,27
			Valor final: R\$ 32,42

 Poder Judiciário do Estado da Paraíba Guia de Recolhimento de Custas e Taxas Lei nº 5.672/92, Lei nº 6.682/98 e Lei nº 6.688/98 (Via do banco)			Número do boleto: 030.3.20.00422/01
Nº do Processo: 0801447-39.2018.815.0301	Comarca: Pombal	Classe Processual: PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL - CÍVEL - 7	Data de emissão: 22/06/2020
Número da guia: 030.2020.600422 Tipo de Guia: Custas Finais			Data de vencimento: 30/06/2020
Detalhamento: - Custas Processuais: R\$ 20,71 Promovente: ELIEUDA FERNANDES DA COSTA - Taxa Judiciária: R\$ 10,36 Promovido: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO - Taxa bancária: R\$ 1,35 Valor da causa: R\$ 870,65			UFR vigente: R\$ 51,78
Observações: - Pagar nas agências do Banco do Brasil ou nos correspondentes bancários.			Conta FEJPA: 1618-7/228.039-6
866000000004 324209283187 520200630033 032000422017			Parcela: 1/1
			Valor total: R\$ 156,69
			Desconto total: R\$ 124,27
			Valor final: R\$ 32,42



Nº DA PARCELA	DATA DO DEPÓSITO	AGÊNCIA (PREF / DV)	Nº DA CONTA JUDICIAL
	25/06/2020	0	0
DATA DA GUIA	Nº DO PROCESSO		TIPO DE JUSTIÇA
25/06/2020	08014473920188150301		ESTADUAL
UF/COMARCA	ORGÃO/VARA	DEPOSITANTE	VALOR DO DEPÓSITO (R\$)
PB	Vara Cível	RÉU	32,42
NOME DO RÉU/IMPETRADO		TIPO DE PESSOA	CPF / CNPJ
SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S/A		Jurídica	092486080000104
NOME DO AUTOR / IMPETRANTE		TIPO DE PESSOA	CPF / CNPJ
ELIEUDA FERNANDES DA COSTA		FÍSICA	06023178430
AUTENTICAÇÃO ELETRÔNICA			
C0590E44957B892A			
CÓDIGO DE BARRAS			
866000000000 4 32420928318 7 52020063003 3 03200042201 7			





JOÃO BARBOSA

EXMO. SR. DR. JUIZ DE DIREITO DA 3ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE POMBAL/PB

PROCESSO: 08014473920188150301

SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A, previamente qualificada nos autos do processo em epígrafe, neste ato, representada por seus advogados que esta subscrevem, nos autos da **AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT**, que lhe promove **ELIEUDA FERNANDES DA COSTA**, em trâmite perante este Douto Juízo, vem respeitosamente, à presença de V. Exa., **requerer a juntada da inclusa guia de recolhimento de custas finais, bem como diante do cumprimento da obrigação e da satisfação do credor, requer a baixa do processo no cartório distribuidor e o subsequente arquivamento dos autos.**

Por oportuno, em caso de verificado saldo remanescente a ser recolhido, pugna-se pela intimação da demandada, em nome do seu causídico abaixo apontado.

Por derradeiro, requer, ainda a ré que seja observado exclusivamente o nome do advogado SUELIO MOREIRA TORRES, 15477/PB, para efeito de intimações futuras, sob pena de nulidade das mesmas.

Termos em que,

Pede Juntada.

POMBAL, 9 de julho de 2020.

João Barbosa
OAB/PB 4246-A

SUELIO MOREIRA TORRES
15477 - OAB/PB

~





ESTADO DA PARAÍBA

PODER JUDICIÁRIO

COMARCA DE POMBAL – 1ª VARA MISTA

DESPACHO

PROCESSO Nº 0801447-39.2018.8.15.0301

Vistos.

Intimem-se as partes para, no prazo de 15 (quinze) dias, tomarem conhecimento acerca da redistribuição dos presentes autos para esta unidade jurisdicional, em decorrência da desinstalação da 3ª Vara Mista de Pombal (RESOLUÇÃO TJPB Nº 32/2020, artigo 3º).

Patos/PB, 5 de novembro de 2020.

Luiz Gonzaga Pereira de Melo Filho

JUIZ DE DIREITO



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DA PARAÍBA
COMARCA DE POMBAL

Juízo do(a) 1ª Vara Mista de Pombal

Rua José G. de Santana, 414, Centro, POMBAL - PB - CEP: 58840-000

Tel.: () ; e-mail:

Telefone do Telejudiciário: (83) 3216-1440 ou (83) 3216-1581

v.

EXPEDIENTE DE INTIMAÇÃO DE DESPACHO

Nº	DO	PROCESSO:	0801447-39.2018.8.15.0301
CLASSE	DO	PROCESSO:	PROCEDIMENTO
ASSUNTO(S) DO PROCESSO:	[Seguro]	COMUM	CÍVEL (7)

AUTOR: ELIEUDA FERNANDES DA COSTA
REU: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.

De ordem do(a) Excelentíssimo(a) Dr(a). , MM Juiz(a) de Direito deste 1ª Vara Mista de Pombal, e em cumprimento a determinação constante dos autos da ação de nº 0801447-39.2018.8.15.0301 (número identificador do documento transcrito abaixo), **ficam as partes**, através de seus advogados abaixo indicados, **INTIMADAS** para tomarem ciência do seguinte **DESPACHO**: "Intimem-se as partes para, no prazo de 15 (quinze) dias, tomarem conhecimento acerca da redistribuição dos presentes autos para esta unidade jurisdicional, em decorrência da desinstalação da 3ª Vara Mista de Pombal (RESOLUÇÃO TJPB Nº 32/2020, artigo 3º)".

Advogado do(a) AUTOR: JAQUES RAMOS WANDERLEY - PB11984

Advogado do(a) REU: SUELIO MOREIRA TORRES - PB15477

Prazo: 15 dias

De ordem do(a) MM Juiz(a) de Direito, **ficam as partes e seus advogados ADVERTIDOS** que a presente intimação foi encaminhada, **via sistema**, exclusivamente ao(s) advogado(s) que se encontrava(m), no momento da expedição, devidamente cadastrado(s) e validado(s) no PJe/TJPB, conforme disposto na Lei Federal nº 11.419/2006. **Observação:** A eventual ausência de credenciamento resulta na intimação automática apenas do(s) advogado(s) habilitado(s) que esteja(m) devidamente cadastrado(s) e validado(s) no sistema PJe do TJPB, uma vez que a prática de atos processuais em geral por meio eletrônico somente é admitida mediante uso de assinatura eletrônica, sendo, portanto, obrigatório o credenciamento prévio no Poder Judiciário, conforme arts. 2º, 5º e 9º da Lei 11.419/2006 c/c art. 7º da Resolução 185/2013/CNJ.

POMBAL-PB, em 20 de janeiro de 2021

De ordem, IVANOSKA SALGADO DE ASSIS BANDEIRA
Técnico Judiciário

PARA VISUALIZAR O DESPACHO ACESSSE O LINK: <https://pje.tjpb.jus.br/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam> NO CAMPO "Número do documento" INFORME O IDENTIFICADOR DO DOCUMENTO: XXXX



**EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA 1ª VARA DA COMARCA DE
POMBAL, PARAÍBA**

Processo nº: 0801447-39.2018.8.15.0301

ELIEUDA FERNANDES DA COSTA, já qualificadas nos autos do presente processo que move em face da SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS S/A, vem, por meio do seu bastante advogado, em atendimento ao despacho dos autos, informar que tomou conhecimento do procedimento de redistribuição do presente processo, e nada tem o opor, requerendo desde já o prosseguimento do feito.

Termos em que,

Pede Deferimento.

Pombal - PB, 03 de fevereiro de 2021.

Dr. Jaques Ramos Wanderley

OAB/PB 11.984

Dr.^a Thaís Nóbrega de Souza

OAB/PB 22.419





ESTADO DA PARAÍBA

PODER JUDICIÁRIO

COMARCA DE POMBAL – 1ª VARA MISTA

DESPACHO

PROCESSO Nº 0801447-39.2018.8.15.0301

Vistos.

Remetam-se os autos ao Egrégio Tribunal de Justiça da Paraíba (NCPC, art. 1.010, § 3º).

Pombal/PB, 14 de abril de 2021.

Luiz Gonzaga Pereira de Melo Filho

JUIZ DE DIREITO

